



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 20

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 18 de abril de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada das Sras. e Srs. Deputadas/os, iniciou-se o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, com a apresentação dos seguintes Votos:

- [Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Padre José Simões Borges](#), apresentado pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*).

O voto referenciado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Padre José Simões Borges](#), apresentado pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

Seguiu-se a votação, que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Protesto contra a política de ameaça nuclear desenvolvida pelo regime norte-coreano, sublinhando, ao mesmo tempo, a importância do](#)

diálogo para a resolução dos conflitos internacionais, apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Sobre o mesmo, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por maioria.

Seguidamente, passou-se à leitura de Declarações Políticas.

Primeiramente, proferiu uma Declaração Política o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), tendo usado da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Duarte Freitas (*PSD*) e Berto Messias (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

A segunda Declaração Política foi apresentada pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Sobre a mesma, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Duarte Freitas (*PSD*), bem como o Sr. Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Finalizando o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, passou-se ao tratamento de assuntos de interesse político relevante, tendo proferido uma comunicação o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*).

Participaram no debate os Srs. Deputados Rogério Veiros (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*) e Luís Silveira (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

De seguida, passou-se para a **Agenda da Reunião**.

Sobre o ponto 9, Projeto de Resolução n.º 26/X – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a região recentemente”, apresentado pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), intervieram no debate os Srs. Deputados Costa Pereira (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*), as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*) e Benilde Oliveira (*PS*), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Apresentado o ponto 10 da Agenda da Reunião, **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 28/X – “Recomenda ao Governo que proceda às negociações necessárias com as organizações representativas dos trabalhadores das empresas do Grupo SATA, evitando a realização das greves previstas”**, pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, passou-se para o ponto 11, **Projeto de Resolução n.º 28/X – “Recomenda ao Governo que proceda às negociações necessárias com as organizações representativas dos trabalhadores das empresas do Grupo SATA, evitando a realização das greves previstas”**, apresentado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Participaram no debate a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

O diploma foi rejeitado por maioria.

Relativamente ao ponto 12 da Agenda da Reunião, **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010/A, de 5 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem efetuado na Região Autónoma dos Açores por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg”**, o mesmo foi apresentado pelo Sr. Deputado José Contente (*PS*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Passando para o ponto seguinte da Agenda, **projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010/A, de 5 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável ao**

transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem efetuado na Região Autónoma dos Açores por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg”, apresentado pelo Sr. Deputado José Contente (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Silva (*CDS-PP*), Jorge Macedo (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação, o projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

O ponto 14, **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 29/X – “Regularização das transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias”**, apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), foi aprovado por unanimidade.

Finalizando os trabalhos, passou-se para o último ponto da Agenda da Reunião, **Projeto de Resolução n.º 29/X – “Regularização das transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias”**.

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados Domingos Cunha (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), a Sra. Deputada Aida Amaral (*PSD*), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 42 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Peço ao Sr. Secretário para proceder à chamada.

Secretário: Bom dia.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

André Cláudio Gambão **Rodrigues**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Iasalde Fraga **Nunes**

Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Carlos Martins **Maciel**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Francisco José Ferreira **Silva**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputadas/os, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, estão a entrar na galeria alunos acompanhados pelos seus professores, da turma do 7º G, da Escola Secundária Manuel de Arriaga, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Sras. e Srs. Deputados, esta manhã de trabalhos está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Como é da praxe, vamos começar pela apresentação dos votos.

Para apresentação de um voto de pesar, tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila, do Partido Socialista.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Falecimento do Padre José Simões Borges

José Simões Borges, carinhosamente tratado pelos graciosenses por Padre Simões, era um homem notável. Destacou-se ao exercer o sacerdócio, a sua vocação, pela proximidade que mantinha com o seu rebanho quer nas horas de festa e alegria quer nas alturas em que o infortúnio batia à porta dos seus paroquianos.

Mas o Padre Simões não foi só um sacerdote. Foi também professor e gestor escolar, no entanto é na cultura que se transformou numa figura incontornável, deixando uma marca indelével na memória coletiva da Ilha Graciosa.

Da música ao folclore, da rádio ao teatro, não esquecendo os cargos que desempenhou como dirigente de instituições desportivas, culturais e de solidariedade social, o Padre Simões viveu feliz entre os seus paroquianos. Na sua casa, sempre de porta aberta, vivia rodeado de registos em papéis e bobines com história e com histórias que gostava de contar aos seus visitantes.

O Padre Simões nasceu a 15 de março de 1928, na freguesia do Cabo da Praia, na Ilha Terceira e faleceu ontem, dia 17 de abril de 2013.

Foi ordenado em 16 de novembro de 1952. No ano seguinte paroquiou na freguesia da Conceição, em Angra do Heroísmo, tendo rumado a S. Jorge em 1955. Quatro anos depois regressa à Terceira e é colocado na freguesia da Fonte do Bastardo.

Em 1 de julho de 1964 vai até à Ilha Graciosa ficando responsável pelas igrejas da Ribeirinha e Vitória. Em 1985 passou a dirigir a paróquia de Guadalupe.

Foi professor de 1979 a 1994 na Escola Preparatória da Graciosa onde desempenhou o cargo de Presidente do Conselho Executivo durante 10 anos.

Violinista, compositor e maestro, o Padre Simões colaborou com diversos grupos musicais, nomeadamente com o conjunto Selvagens do Ritmo e as filarmónicas Recreio dos Artistas e União e Progresso de Guadalupe.

Foi colaborador dos programas “A Voz da Força Aérea no Atlântico” da Rádio Lajes, “Manhãs de Sábado” da RDP e “Pensamentos” da Rádio Graciosa.

Deixa ainda na nossa memória a celebração da eucaristia no interior da Caldeira e o acompanhamento com violino de uma descida do então Presidente da República Mário Soares à Furna do Enxofre.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores, reunida na cidade da Horta no dia 18 abril de 2013, aprova um voto de pesar pelo falecimento do Padre José Simões Borges, sacerdote dos Açores, homem de cultura,

cidadão do mundo, amigo fraterno de tantos que com ele partilharam a vida.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Ouvidoria da Graciosa e à Diocese de Angra e Ilhas dos Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2013.

Os Deputados, *José Ávila, Berto Messias, José San-Bento, Francisco César, Miguel Costa e Arlinda Nunes.*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de pesar pelo Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Faleceu ontem, 17 de abril de 2013, no Hospital de Angra do Heroísmo, vítima de doença prolongada, o Padre José Simões Borges.

José Simões Borges, nasceu a 15 de março de 1928 na Freguesia do Cabo da Praia, Concelho da Praia da Vitória.

Ingressou no Seminário de Angra, onde tirou o Curso Teológico dos Seminários e Complementar dos Liceus, tendo sido ordenado padre a 16 de novembro de 1952.

Na sua atividade eclesiástica passou por diversas paróquias açorianas. Em outubro de 1953 iniciava o seu magistério no Santuário da Conceição, em Angra do Heroísmo, tendo depois passado por Santa Maria Madalena, na ilha

do Pico, em 1954, onde se destacou o seu trabalho em obras de preservação daquela igreja.

Em 1955 vai para a ilha de São Jorge, onde esteve 4 anos colocado nos Biscoitos da Calheta, até rumar novamente à Terceira, para exercer na Paróquia da Fonte do Bastardo, onde permaneceria por 5 anos.

Simões Borges desembarcou na ilha Graciosa a 1 de julho de 1964 para prestar serviço na Paróquia de Santa Cruz da Graciosa.

Em 1967 passou para a Freguesia de Guadalupe, colocado nos Curatos de Ribeirinha e Vitória até 1985, ano em que tomou posse na Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, onde exerceu o seu múnus sacerdotal durante 20 anos.

Entre muitas obras por ele orientadas destacam-se as de restauro da Igreja de Guadalupe após o sismo de 1989.

Depois de mais de 50 anos dedicados à Igreja, assume apenas funções no Curato de Santo António da Vitória até ao dia 8 de novembro de 2010.

Desde 1 de outubro de 1969 exerceu funções de docente na antiga Escola Preparatória da Graciosa, como professor de educação musical e educação moral e cristã. Nesta escola foi ainda, durante dez anos, Presidente do então Conselho Diretivo, um mandato que se iniciou em 1975, tendo no ano letivo 1990/1991 sido presidente do Conselho Pedagógico daquela escola, tendo-se reformado do ensino em 1994.

Simões Borges esteve sempre ao serviço da população também na área cultural, tendo sido membro de direções, fundador e dinamizador de diversos clubes associações e grupos musicais, em que se destaca o Graciosa Futebol Clube, Sociedade Recreativa da Vitória, Clube Central de Guadalupe e Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa.

Violinista e compositor, a sua veia artística levou-o ainda a colaborar na preparação de músicas para o Conjunto "Selvagens do Ritmo", foi regente das Filarmónicas Recreio dos Artistas e União e Progresso de Guadalupe, e fundou a 6 de abril de 1978 o Grupo Folclórico da Casa do Povo de Guadalupe.

Foi igualmente ensaísta e levou à cena algumas peças de teatro.

Pelas ilhas em que passou também teve um papel importante nesta área, nomeadamente ao fundar o grupo de Violas, Orfeão e Grupo de Teatro dos Biscoitos da Calheta, em São Jorge.

Na ilha Terceira fundou a Orquestra Filarmónica de Angra do Heroísmo e na Fonte do Bastardo fundou os grupos de folclore e de teatro e variedades.

Muito interessado em cultura procurou formação nesta área, tendo concluído o curso de regentes amadores de bandas de músicas civis e curso do património artístico natural e etnográfico em 1992.

Simões Borges foi ainda colaborador de diversos programas de rádio tendo sido correspondente na Graciosa da Rádio Clube de Angra e RDP Açores - Antena 1, destacando-se em programas como a “Voz da Força Aérea no Atlântico”, “Manhãs de Sábado” e programa “Pensamentos” da Rádio Graciosa.

Em 2003 publicou um livro de crónicas que partilhava nas "Manhãs de Sábado" com os ouvintes da Antena 1.

Como momento único na sua vida, Simões Borges sempre assinalou ter, em 1967, levado a efeito uma celebração eucarística única, feita pela primeira vez na Furna do Enxofre, que foi acompanhada musicalmente pelo conjunto musical: “Selvagens do Ritmo”.

Como violinista assumiu particular importância o momento em que desceu à Furna do Enxofre na ilha Graciosa, tocando violino para o então Presidente da República, Dr. Mário Soares.

O empenho que colocou na defesa das questões graciosenses e a disponibilidade que sempre demonstrou para com as instituições que representou deram-lhe o merecido reconhecimento público, e foi assim que viu ser descerrado um busto em sua homenagem no Largo de Guadalupe na ilha Graciosa, que também passou a designar-se Largo Padre José Simões Borges, tendo ainda recebido o título de cidadão honorário da ilha Graciosa atribuído pela Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Em 2009 foi igualmente homenageado pelos paroquianos da Vitória, na ilha Graciosa, por ocasião do centenário da Igreja.

Em 2010 recebeu a medalha de mérito municipal da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe a aprovação do seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu pesar pelo falecimento do Senhor Padre José Simões Borges, cujo percurso de vida sempre demonstrou o seu empenho nas questões a que se dedicou, assim como pela sua terra de adoção e pelas gentes da ilha Graciosa

Que deste voto seja dado conhecimento à família enlutada.

Horta, sala de Sessões, 18 de abril de 2013.

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas, João Bruto da Costa, Valdemiro Vasconcelos, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo e Luís Garcia.*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar, então, à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Voto de Protesto

Contra a política de ameaça nuclear desenvolvida pelo regime norte-coreano, sublinhando, ao mesmo tempo, a importância do diálogo para a resolução dos conflitos internacionais.

A humanidade despertou, nos últimos meses, para a ameaça nuclear. Desde o final da Guerra Fria que o mundo não era confrontado, de uma forma tão explícita, com os horrores e a retórica de um confronto nuclear.

O regime comunista da Coreia do Norte ameaça hoje a paz mundial e constitui um fator de desestabilização da política internacional. Nesta conjuntura, os povos de todo o mundo têm vindo a condenar a política belicista e chantagista do regime estalinista da Coreia do Norte.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: É necessário que o regime perceba que a comunidade internacional de Estados e de povos livres não cederá a qualquer tipo de chantagem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É essencial que o regime norte-coreano...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... regresse à mesa das negociações e dê mostras, inequívocas, de respeito pela integridade e segurança dos outros Estados e povos.

A Região Autónoma dos Açores, enquanto comunidade política de natureza inquebrantavelmente democrática e pacífica, deve associar-se ao clamor internacional que condena a retórica de ameaça nuclear do regime norte-coreano, tendo até em conta os laços inquebrantáveis que nos ligam a um dos países ameaçados: os Estados Unidos, país onde se encontra radicada uma parte substancial da diáspora açoriana.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação deste Voto de Protesto contra a política de ameaça nuclear desenvolvida pelo regime norte-coreano, sublinhando, ao mesmo tempo, a importância do diálogo para a resolução dos conflitos internacionais.

Horta, 18 de abril de 2013

O Deputado do PPM, Paulo Estêvão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Devia ter pedido para dar conhecimento ao Presidente da Coreia do Norte!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sras. e Srs. Deputados?

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai-se abster neste voto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai-se abster?!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Que vergonha!

O Orador: E vai-se abster pelas seguintes razões.

Primeiro, porque considero que só mesmo quem não tem nada a dizer sobre os Açores é que pode vir apresentar...

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PS, PSD e CDS-PP)

... aqui um voto destes.

Segundo, porque tem uma visão unilateral do problema, uma vez que para haver um belicista tem de haver, certamente, mais belicistas. E, portanto, a análise não é feita de uma forma rigorosa. Há, com certeza, essa ameaça, e têm havido essas ameaças, mas essa ameaça não pode ser olhada apenas de uma forma unilateral.

E, depois, a vacuidade deste voto comprova-se,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É mesmo melhor o senhor abster-se!

O Orador: ... de facto, na parte resolutiva.

Gostava de saber e perguntar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão a quem é que nós vamos dar conhecimento deste voto, porque V. Excia. não indicou.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem de dar conhecimento a ninguém!

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado recebeu pressões!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É absolutamente incompreensível que, num parlamento democrático, um deputado de um partido que se diz democrático tenha o topete de se abster num voto que condena...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isto não é democracia, Sr. Deputado?

O Orador: ... uma ameaça nuclear de um regime radicalista comunista. Portanto, o seu fanatismo (é fanatismo) vai ao ponto de perdoar o seu país amigo, norte-coreano, comunista, convidado para o congresso do PCP, convidado para a Festa do Avante.

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

O que estamos aqui a ver é o Sr. Deputado Aníbal Pires, comunista convicto, amigo de um ditador...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Amigo?!

O Orador: ... comunista que quer iniciar uma guerra nuclear. E é isso que o Sr. Deputado Aníbal Pires teve dificuldade em condenar: condenar um ditador, um louco que quer iniciar uma guerra nuclear. E isso, Sr. Deputado, não há fanatismo que lhe valha, não há adjetivação para adjetivar esse seu comportamento.

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

Deputado José San-Bento (PS): Prescindo.

Presidente: Prescindi.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que considero a postura do PCP-Açores e do Sr. Deputado Aníbal Pires absolutamente inqualificável, porque nós, neste momento, não podemos olhar para a segurança mundial olhando apenas para aquela que é a segurança relativa ou porque os Açores se encontram a uma grande distância...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... da ameaça nuclear que é exercida.

A ameaça nuclear é sobre a humanidade. Só há um país que está a ameaçar nuclearmente os outros e esse país é o regime comunista da Coreia do Norte e é necessário que essa condenação seja uma condenação explícita de todos os povos livres que vivem em democracia e que devem condenar explicitamente qualquer tipo de coação sobre a segurança mundial e sobre a segurança daqueles povos daquela região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas num confronto nuclear, nós que estamos a milhares de quilómetros de distância, neste mundo globalizado, ninguém está seguro e as consequências chegam a todos. Por isso é que eu considere que o Parlamento dos Açores deveria também juntar-se aos outros povos e aos outros parlamentos como, por exemplo, a Assembleia da República, que também tomou uma posição sobre este assunto, tendo o PCP sido o único partido que votou contra a tomada de posição da Assembleia da República em relação à condenação da ameaça nuclear exercida pelo regime comunista da Coreia do Norte.

Sr. Deputado, lamento a sua posição. Esperava uma atitude de maior coerência e de maior coragem política da sua parte.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para um protesto. Fui acusado de falta de coragem, que é coisa que não admito!

Presidente: Tem três minutos para um protesto, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não lhe admito que, quando se refere à minha pessoa, diga que eu tenho falta de coragem, porque se há alguém nesta sala a quem não falta coragem é ao deputado do PCP e é ao cidadão Aníbal Pires.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então vote a favor!

O Orador: Agora, V. Excia., como não tem mais nada a dizer sobre os Açores, nem neste Plenário, socorre-se destes subterfúgios, destes números circenses para chamar sobre si a atenção mediática.

Isso, sim, Sr. Deputado, isso, sim! E isso não é sinónimo de coragem.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso não é um protesto!

O Orador: Aquilo que V. Excia. faz não é sinónimo de coragem. Coragem, se o senhor tivesse, era dizer que a ameaça nuclear é, de facto, um perigo para a humanidade, mas que não reside apenas num país, reside num conjunto de países.

E, portanto, isso é que V. Excia. se esqueceu de dizer. V. Excia. teria, certamente, a aprovação do PCP e do cidadão Aníbal Pires para o seu voto, se não tivesse feito um voto completamente unilateral, com uma marca ideológica que é dogmática.

A sua marca ideológica, aquilo que transparece no voto que aqui trouxe é que é dogmático e, aliás, há uma coisa. Porque estamos a viver numa democracia e porque eu sou um democrata, parece que me assiste o direito de tomar três posições: votar favoravelmente, abster-me ou votar contra. E a posição que a Representação Parlamentar do PCP e o cidadão Aníbal Pires tomaram foi de se absterem.

Parece-me que é perfeitamente legítima. Agora, Sr. Deputado, com esses números circenses e de circo muito baratinho...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o que é isto? É uma ofensa!

O Orador: ... que V. Excia. aqui nos traz, por amor de Deus, para chamar a atenção mediática sobre V. Excia., santa paciência!

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contra protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, está V. Excia. muito exaltada, porque V. Excia. não teve – repito e reitero – a coragem política de condenar o regime terrorista, um regime que ameaça. É o único regime e o único país que, neste momento, ameaça os outros com a chantagem nuclear, Sr. Deputado, e o senhor ofende este Parlamento quando fala em números circenses. Aqui, neste Parlamento, cada um toma, politicamente, as suas decisões e dá a sua opinião sobre os assuntos regionais, nacionais e, quando for caso disso (e este caso exige), internacionais.

E, portanto, o Parlamento dos Açores não é nenhuma paróquia. O Parlamento dos Açores tem uma visão cosmopolita do mundo, tem uma visão solidária do mundo e este voto condena a política nuclear da Coreia do Norte, Sr. Deputado, e apela ao diálogo, e apela à resolução dos conflitos internacionais através do diálogo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E o Sr. Deputado está numa posição muito ingrata, como também o PCP já esteve na Assembleia da República, onde votou sozinho quando um voto foi apresentado e foi votado por todos os outros partidos do sistema democrático português.

Sr. Deputado, o problema é seu, o senhor convive muito mal quando apoia, e o PCP apoia explicitamente o regime, a ditadura comunista da Coreia do Norte.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Defesa da honra. Eu não posso admitir que seja reiteradamente acusado de falta de coragem! Eu não posso admitir isso!

Presidente: Sr. Deputado! O senhor fez um protesto, eu dei-lhe a palavra. Não me parece...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu não posso admitir que, reiteradamente, me tenha sido dito que eu não tenho coragem, Sra. Presidente!

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão apenas fez o seu contra protesto. Não me parece que tenha havido aqui nenhuma expressão ofensiva...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Houve sim, senhora!

Presidente: ... nem da sua honra...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sra. Presidente, quem tem de determinar isso sou eu!

Eu é que sei se a minha honra foi ofendida ou não! O ofendido fui eu!

(Risos das bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já fundamentei. Fui reiteradamente acusado de falta de coragem!

Presidente: O Sr. Deputado fez um protesto pela questão da “falta de coragem”. Dei-lhe a palavra. Não houve nas afirmações do Sr. Deputado Paulo Estêvão, nenhuma outra expressão ofensiva...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Houve sim!

Presidente: ... que, efetivamente, lhe dê o direito de usar da palavra novamente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, eu aceito, ainda que sob protesto, a decisão da Sra. Presidente.

Mas que, de facto, houve reiteradamente a acusação de falta de coragem, houve, e isso é uma coisa que não admito nem ao Deputado Paulo Estêvão nem a ninguém.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, agora, sim, parece-me que não há mais intervenções.
Vamos passar à votação do Voto de Protesto.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vergonha é o senhor!

Secretária: O voto apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 19 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PPM e uma abstenção do PCP.

Presidente: Damos por encerrada a apresentação de votos.

Vamos passar para as declarações políticas.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados; Senhor Presidente do Governo e demais membros do Governo:

No passado mês de março, aquando da discussão do Plano e Orçamento para o corrente ano, o CDS-PP alertou, nesta Assembleia, para as graves carências económicas e financeiras por que passam muitas famílias açorianas. Já em fevereiro havíamos suscitado um debate de urgência precisamente sobre a situação social, económica e financeira da Região.

Em qualquer dos casos, apesar da situação de pobreza na Região, dos relatos de fome (que quase diariamente surgem na comunicação social) ou dos pedidos de ajuda desesperados que todos recebemos, todos os dias, o CDS-PP foi acusado de estar a puxar os Açores para baixo!

Os Açores apresentam, em termos de coesão social, fragilidades gritantes no contexto nacional, nomeadamente pela existência de um nível de esperança média de vida e índices de qualificação do nosso capital humano inferiores à

média nacional. Aliás, as disparidades inter-ilhas e dentro de cada uma das ilhas são significativas, em particular, quando comparamos a realidade urbana com a realidade rural.

Tudo isto está identificado e bem fundamentado em vários estudos, entre eles, o estudo sobre “Coesão económica e social – 2005”, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

(Estamos a falar de um estudo de há 8 anos).

No referido estudo, fica aliás claro o papel determinante que as transferências do Orçamento de Estado e dos fundos estruturais da União Europeia têm assumido no aumento do grau de coesão económica face ao contexto nacional.

Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados;

A conjuntura atual impõe realismo. Por mais planos, por mais milhões e, às vezes, por mais ilusões ou por mais vias que o Governo apresente, a verdade é que hoje estamos numa situação social e de pobreza dramática e preocupante.

Já desde 2005, pelo menos, que o sociólogo Fernando Diogo advertia para o problema da pobreza nos Açores, e passo a citar: *“para se erradicar a pobreza a solução não se pode concentrar apenas nos pobres, tem de englobar toda a sociedade. Um dos aspectos cruciais a investir será a escolaridade”*.

(É justamente o aspeto. Estamos no último lugar da tabela nacional em todas as disciplinas).

Ora, a única medida que se percebe que o Governo Regional utiliza para combater a pobreza é o Rendimento Social de Inserção e a sua disseminação, segundo o mesmo sociólogo, *“não resolve o problema, mas apenas o mitiga”* e indo mais longe afirma que *“resolver o problema da pobreza com o RSI é como pedir a um carpinteiro para construir uma ponte de cimento”*.

O CDS por trazer a realidade a este Parlamento e por confrontar, democrática e legitimamente, o Governo Regional e a maioria socialista com esta realidade foi acusado de lançar o caos, o pânico e a descrença na sociedade Açoriana. Não! O caos das falências, o pânico do desemprego e a descrença num futuro com futuro, já não são sintomas, mas antes uma triste realidade.

Em Janeiro, através de estudos e estatísticas amplamente divulgados pela comunicação social, ficou a saber-se que, no ano passado, nos Açores, as insolvências das empresas aumentaram 96%. Já o número de insolvências de pessoas singulares aumentou mais de 500% (de 27, em 2011, para 158, em 2012).

Ainda no primeiro mês do ano ficamos a saber que mais de 60% dos alunos açorianos, a frequentar o ensino público, beneficiam de apoios da ação social escolar, ou seja, mais de 25 mil crianças passam por carências, nomeadamente alimentares, e, face a 2011, registou-se um aumento de quase um milhar.

Em fevereiro, a Unidade de Aconselhamento Técnico a Cidadãos em Situação de Endividamento do Instituto de Desenvolvimento Social dos Açores assumiu que presta apoio a 611 famílias que pediram ajuda para renegociação de dívidas – um aumento de 400%.

Em março, voltamos a ser confrontados com dados (do EUROSTAT) que preocupam: o poder de compra dos Açorianos continua 25% abaixo da média europeia.

Já este mês fomos confrontados com várias (muitas) notícias sobre fome nas escolas, ao ponto de grupos de professores estarem a criar bancos alimentares para ajudar os alunos mais carenciados, e, já esta semana, o Presidente da Comissão de Pais da Escola Roberto Ivens denunciou que mais de 100 alunos – 100 alunos – daquele estabelecimento estão sinalizados por “falta de alimentação”.

Secretário Regional da Educação (*Luiz Fagundes Duarte*): Mas comem na escola!

O Orador: Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados:

O que hoje é evidente e comprovado...

Secretário Regional da Educação (*Luiz Fagundes Duarte*): Comem na escola!

O Orador: ... é que a fome que se manifesta nas escolas é uma realidade sociofamiliar para a qual a Solidariedade Social nos Açores não tem resposta.

Passado um semestre da tomada de posse do Governo, do novo Governo ou do Governo novo, e da nova Secretária Regional da Solidariedade Social, ainda

não percebemos a existência de governação nesta área, ao ponto de não conhecermos qualquer medida – uma – ativa e imediata para combater este fenómeno de emergência social,...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, isso não é verdade! Não apoiado!

O Orador: ... nem sequer como pensa enfrentar no futuro um problema que se agudiza a cada dia que passa.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é a maledicência do CDS-PP!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é que é Governo na República?

O Orador: Ao fim de mais de 150 dias de mandato reconhecemos,...

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Artur Lima está a fazer a sua declaração política.

Deputados Berto Messias (PS) e Aníbal Pires (PCP): Os apartes são regimentais!

O Orador: ... sem dúvida, uma qualidade à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social: sacudir a água do capote, pois especializou-se em atirar as culpas da pobreza nos Açores para cima de outros.

Questionamo-la diretamente: Senhora Secretária, pode explicar a esta Assembleia, e aos açorianos, o que faz diariamente aquele instituto, com nome pomposo que lhe deram – o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores? (É o nome que deram ao instituto).

E eu pergunto:

Que contacto tem com a realidade?

Que contacto tem com as famílias?

Que medidas pró-ativas adota para identificar casos de pobreza? Para identificar situações de pobreza no dia-a-dia, indo aos lares, indo a casa, indo à família, fazendo o trabalho que deve fazer de campo para evitar a montante as situações que depois se verificam a jusante?

Que trabalho é desenvolvido por este instituto?

Que medidas são tomadas, Sra. Secretária?

Agradecia que esclarecesse este Parlamento.

Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados;

Perante todos estes dados,...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, estamos no período de declarações políticas, não de interpelação ao Governo!

O Orador: ... a que faltaram somar as mais altas taxas de sempre de desemprego ou de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, ninguém ouve a Secretária Regional da Solidariedade Social,...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é uma declaração política!

O Orador: ... ninguém conhece uma única medida, uma única proposta, sequer um único pensamento sobre como combater a pobreza.

É pouco, muito pouco, para quem tem tão grandes responsabilidades neste tempo de crise.

Termino citando, novamente, Fernando Diogo: “A pobreza é devastadora nos Açores”!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Peço às Sras. e Srs. Deputados que se queiram inscrever sobre esta declaração política.

(Pausa)

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

A forma como o Deputado Artur Lima abordou esta declaração política, parecia mais uma interpelação ao Governo, designadamente à Secretária Regional da Solidariedade Social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenho de lhe pedir autorização?!

O Orador: Não, não tem.

Aproveitando a forma como V. Excia. colocou a questão, seguiria exatamente a mesma estratégia e perguntaria à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social se as políticas de solidariedade social e, designadamente, o orçamento da solidariedade social, não dependem do Orçamento nacional. E, portanto, se isto é verdade e, já agora, que informasse a Câmara se, de facto, houve ou não reforço dessas verbas face ao contexto que se vive.

Por outro lado, é bom também que as açorianas e açorianos percebam o seguinte (e isto tem sido dito aqui várias vezes, por várias bancadas). Efetivamente, a pobreza e a exclusão aumentaram nos últimos meses; o desemprego aumentou nos últimos meses e a Região Autónoma dos Açores não tem conseguido responder a este aumento, quer da recessão económica, quer da grave crise social que estamos a viver.

Mas se olharmos para os indicadores, verificamos claramente que esses indicadores dispararam exatamente a partir do momento em que começa a ser implementado o Programa da Troika, subscrito pelo Partido Socialista e apoiado e louvado pelo PSD através do famoso Professor Eduardo Catroga, e também subscrito e apoiado pelo CDS-PP.

Para além disto, os indicadores, estes indicadores, tomam, de facto, foros de grande dramatismo e de um problema, digamos, que tem hoje uma dimensão que todos nós sentimos quando o Governo do CDS-PP e do PSD chegam ao poder. E isso é claro, isso é nítido, basta olhar para os gráficos. É a partir dessa altura que dispara a pobreza, que dispara a recessão económica e aquilo que podemos dizer é que se hoje temos um grave problema de exclusão social no país e na região, isso deve-se a essa enorme fábrica de fazer pobres que é o Governo da República, o Governo do CDS-PP, o Governo do PSD.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Piedade Lalanda*): Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu registo a preocupação do Sr. Deputado Artur Lima pelas questões sociais e particularmente pela minha atuação como Secretária Regional. Registo uma sensibilidade às questões sociais que imagino que decorre da sua orientação ideológica, que se funda na democracia cristã, uma orientação que, por sinal, está um bocadinho a perder terreno no CDS da República.

Acho que, ou por decisão do próprio CDS, ou por contaminação do próprio PSD, o que se está a passar na República não é propriamente uma preocupação com os mais desfavorecidos.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Quero é dos Açores!

A Oradora: O que nós temos assistido na política do Governo CDS-PP/ PSD é um corte sistemático ao apoio às pessoas mais carenciadas,...

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

A Oradora: ... um corte sistemático nas transferências para os idosos - e ontem aqui aprovámos uma medida para contrariar exatamente o impacto desta política da República nos nossos pensionistas açorianos. E, portanto, revela bem que o senhor aqui defende muito a pobreza, mas não diz como, ninguém o ouviu dizer qual é a sua alternativa.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Estou à espera da sua!

A Oradora: Mas gostava de ver em que é que o senhor critica, porque era bom também ouvir qual é a forma. Se o senhor defende aquilo que se está a fazer a nível da República, que é trabalhar na emergência social, é muito fácil a gente regredir (aliás, já estamos a regredir no país a esse nível, 10, 20 ou 50 anos) e voltarmos outra vez a uma política assistencialista que coloca as pessoas à porta das igrejas, que coloca outra vez os valores da mendicidade a subirem.

Não é essa a visão do Governo Regional,...

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

A Oradora: ... não essa a visão do Partido Socialista e,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então qual é?

A Oradora: ... portanto, a política social é uma política que tende para a autonomização dos beneficiários. Esse é o eixo fundamental das intervenções de política social. Seja no apoio aos idosos, seja no apoio às crianças, seja no apoio aos jovens, o que se pretende a vários níveis, e posso dar-lhe vários exemplos, é criar sistemas de autonomização.

Coloco-lhe o exemplo muito claro nos jovens.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É essa a visão, mas não é essa a prática!

A Oradora: Os jovens, os lares de jovens, por exemplo, os lares de acolhimento eram estruturas massificadas, eram estruturas grandes onde se colocavam 50, 60 jovens. Hoje em dia, são pequenas casas, casas com poucos jovens, com 12, 14 jovens, em função das idades, que depois, à medida que avançam na idade,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sabe para onde é que eles vão? O problema é esse!

A Oradora: ... vão entrando em estruturas de maior transição e de maior autonomização.

Os juízos de valor, o senhor fica com eles, agora, em termos de política social o que se pretende é a autonomização daqueles que são apoiados pelo sistema de Ação Social. E essa, por exemplo, é uma das funções do IDSA, que o senhor tanto desconhece.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa e outras!

A Oradora: O IDSA é uma estrutura operacional de política social que intervém em várias áreas, seja na infância, seja no apoio à deficiência, seja no apoio aos idosos, e concretiza esta orientação de autonomização das famílias beneficiárias.

Portanto, eu penso que a primeira questão, a primeira grande diferença que temos aqui é que nós estamos a trabalhar no sentido de ajudar,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que fazem de porta a porta na campanha eleitoral!

A Oradora: ... através de uma rede de equipamentos sociais, a que haja um apoio direto aos diferentes grupos da sociedade e uma tendência para a sua autonomização, para a sua dignificação através desses apoios ou através dessa estrutura de equipamentos sociais, e o que se vê e o que se pretende e o que se sente através do impacto da política do CDS-PP e do PSD na República é exatamente retirar essa autonomia, tornar as pessoas mais dependentes do estado, tornar as pessoas mais dependentes do sistema de apoio, de preferência que seja dado em géneros, que seja dado em vales, que seja dado de uma forma que as pessoas não sejam respeitadas na sua dignidade. E eu penso que o senhor, quando questiona a região (O que é que está a fazer para lutar contra a pobreza?), não põe como pressuposto, não coloca na sua argumentação que a região perdeu 12 milhões de euros ao nível da Segurança Social. Isso não o incomoda minimamente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Em quê?

A Oradora: Que nós tenhamos tido um corte de 12 milhões de euros e que nós estejamos, neste momento, a confrontar-nos com menos 2,6 milhões de euros para fazermos face a essa rede de equipamentos que a República sabe que existe na região, que a República se não sabe, devia saber, que é uma região arquipelágica, que nós temos que ter em todas as ilhas um lar de idosos, que nós temos que ter numa ilha como o Corvo um lar de idosos, mesmo que não seja ocupado, que nós temos de ter uma creche,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Graças ao CDS!

A Oradora: ... é essa a realidade que se paga na região. É uma estrutura arquipelágica de uma rede de equipamentos que é muito mais.

Eu queria só aqui dizer à Câmara que o Sr. Ministro da Solidariedade Social, que é do seu partido,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande Ministro!

A Oradora: ... teve a comparação feliz de dizer: “Oh, minha senhora, o Corvo é como Bragança”. É exatamente!

A visão da República é que o Corvo é como Bragança e, portanto, a gente aqui mete-se num comboio...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é que disse?

A Oradora: O Sr. Ministro Mota Soares disse, numa reunião tida no Ministério: “Eu compreendo as distâncias...”

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É muito grave!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que ele disse?

A Oradora: Numa reunião tida no Ministério, o Sr. Ministro disse: “ Eu compreendo o problema da insularidade, que é exatamente como Bragança”. Eu disse: “Oh, Sr. Ministro, desculpe, mas o Corvo não é Bragança”.

E, portanto, é bom que se perceba que quando se corta 2,6 milhões de euros na verba para os acordos de cooperação está a criar-se uma enorme dificuldade à região para fazer face ao apoio direto às populações.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária da Solidariedade Social, Srs. Membros do Governo:

Eu devo confessar que não é comum nós vermos tamanha sinceridade da parte de um deputado numa manifestação pública sobre o seu desconhecimento naquilo que é feito na luta contra a pobreza.

O Sr. Deputado Artur Lima teve essa sinceridade. O senhor, de facto, está muito longe de conhecer o problema.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado alerta-nos aqui, mais uma vez, para situações que nós conhecemos muito bem e situações que, evidentemente, nos preocupam.

O senhor fez essas denúncias num tom que, certamente, o deixa muito orgulhoso e que, certamente, o convence de que fez um grande trabalho, mas

que nos parece que se limitou a fazer aquilo que a direita raras vezes resiste, que é a exploração da pobreza e da miséria para efeitos político-partidários.

Deputados Berto Messias e Ricardo Cabral (PS): Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era o que faltava!

O Orador: Nós, Sr. Deputado, assumimos as nossas responsabilidades e eu quero dizer-lhe que o combate à pobreza é uma prioridade central do Governo do PS.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Sempre foi e continuará a ser, mas não é aquela luta que a direita conservadora defende da caridadezinha dessas medidas discricionárias. Nós combatemos a pobreza com aquilo que é a visão política do PS, uma luta integrada e multidimensional de luta contra a pobreza. Nós não nos limitamos a apoios pecuniários, nós articulamos aquilo que são políticas de habitação, políticas de emprego e políticas de educação. É assim, em rede, que se luta contra a pobreza,...

Deputados Artur Lima e Luís Silveira (CDS-PP): Resultados!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sem resultados!

O Orador: ... envolvendo dezenas e dezenas de entidades e de parceiros da sociedade civil.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Deixamos aqui também o registo sobre a importância e o mérito do trabalho que as IPSS têm. Aliás, o próprio Deputado Luís Silveira, por acenar, concorda comigo. Também nas escolas, Sr. Deputado. Meta isso na sua cabeça. O senhor não conhece o trabalho que é feito em matéria das equipas multidisciplinares. É verdade! Isso já foi dito, foi assumido aqui pelo Sr. Presidente do Governo. As crianças são sinalizadas nas escolas como tendo problemas sociais, problemas eventualmente relacionados com alimentação. Esses casos são resolvidos dentro das escolas e através das equipas multidisciplinares, onde constam técnicos dos serviços do Governo Regional, que tratam desses problemas, as próprias famílias são recenseadas, acompanhadas e abordadas com soluções fora da escola.

E, portanto, é isso que acontece e é esse trabalho que os governos do PS fazem há muito tempo, Sr. Deputado. Antes dessas questões estarem nas páginas dos jornais e preocuparem o CDS-PP, já os governos do PS tinham esse tratamento, tinham esse trabalho e têm o mérito de quem conhece os assuntos reconhece-os sem qualquer problema.

Nós apresentamos muita obra feita. Não negamos as dificuldades, não escondemos os problemas, mas temos muita obra feita e vamos continuar, orgulhosamente, a encarar e a procurar resolver esses problemas muito sérios, porque os açorianos sabem que elegeram uma maioria do PS para apoiar um governo que tenha esta postura. Não esconde a cabeça na areia e, sobretudo, olha em frente.

E nós não faremos, Sr. Deputado, como aquilo que foi um absoluto escândalo, que merece a indignação de qualquer cidadão português, aquilo que foi uma obra, uma medida aprovada pelo seu “ministro da lambreta”, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Quando um ministro tem a coragem de dizer que por haver abusos em apoios sociais com problemas administrativos e de processamentos desses apoios, disse o “senhor ministro da lambreta”, que “havendo esses abusos, nós cortamos os apoios”. Isto é um escândalo, Sr. Deputado,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... é um escândalo que devia envergonhar o CDS-PP dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Quando há problemas nos abusos de algumas prestações sociais, o que é uma raridade, diga-se de passagem, nós resolvemos esses assuntos melhorando a fiscalização, melhorando o acompanhamento desses processos, mas mantendo os apoios a quem precisa, porque esses apoios, Sr. Deputado, não são subsídios à pobreza, são apoios para resolver problemas muito sérios...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e que devem convocar aquilo que é o mais nobre da participação política e da participação cívica.

E, portanto, Sr. Deputado, só mesmo para terminar. O senhor também teve uma abordagem em relação às falências e ao desemprego, mas deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, esse é um exercício primário que lhe fica mal fazer. O senhor juntou-se àquilo que é a postura do PSD: vir aqui explorar os efeitos, nos Açores, das péssimas políticas que o seu Governo da República está a fazer e a ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... implementar em Portugal, no continente.

Por isso é que nós voltamos a dizer, já como dissemos no último plenário, “as más políticas nacionais podem destruir as boas políticas regionais”.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E isso é um aspeto que nós temos de ter sempre em atenção.

Por isso, Sr. Deputado, no fundo, aquilo que o senhor tentou aqui fazer mais uma vez foi fingir que nada tem a ver com o Governo da República, mas desculpe-me que lhe diga, Sr. Deputado Artur Lima, o senhor, neste Parlamento, é o embaixador das políticas de austeridade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu quero felicitá-lo por mais uma vez,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor está como o coelhinho! Conhece a história do coelhinho?

O Orador: ... com coragem e com frontalidade, trazer a este Parlamento e aos açorianos uma situação de extrema gravidade.

Nós somos a região com maior índice de pobreza no país e é chocante observar como este Governo Regional e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estão completamente desfasados da realidade e do povo açoriano.

Constituem, hoje, o Governo Regional e o Partido Socialista, um grupo de privilegiados que está há 17 anos no poder,...

(Apartes inaudíveis do Deputado José San-Bento)

O Orador: ... que se desligou da realidade tão difícil que é vivida pelo povo açoriano. Os senhores são um grupo de privilegiados que, como o Sr. Deputado San-Bento dizia,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agora digam-me lá se isto não é um número de circo?!

O Orador: ... “olha para a frente”.

O que eu lhe peço, Sr. Deputado, e o que peço ao Governo Regional é que olhem para trás, para aqueles que ficaram para trás em termos de condições de vida, que vivem em situações dramáticas, que os senhores não estão a resolver.

O povo açoriano fica absolutamente chocado quando observa os vossos discursos e os senhores não têm nada para dizer ao povo açoriano, e dizem “a culpa não é nossa, a culpa é dos outros,...

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que eu disse! Eu disse que assumíamos as nossas responsabilidades!

O Orador: ... nós estamos aqui, mas nós não conseguimos fazer nada, nós não temos uma política de combate à pobreza”.

Deputado José San-Bento (PS): Seja leal!

O Orador: Os senhores têm uma política chocante de negarem a evidência, de negarem aquelas que são as dificuldades tremendas que a nossa população está a passar e cada vez que os senhores negam, cada vez que os senhores dizem que não sucede, cada vez que os senhores dizem que não existem dificuldades, que

a pobreza não está a aumentar, que as famílias não têm fome, que não têm dificuldade em chegar ao final do mês, cada vez que dizem isso os senhores estão a aumentar a distância que vos separa entre o grupo de privilegiados que está há quase 20 anos no poder e o povo açoriano que está a passar por enormíssimas dificuldades.

Os senhores não estão a observar a realidade, porque os senhores há muito que constituem um grupo de privilegiados no seio da sociedade açoriana,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... um grupo que não combate a pobreza com eficácia, com determinação e que faz tudo para a negar, para negar...

Deputado Francisco César (PS): O senhor parece um artista de circo!

O Orador: ... que ela não existe e que o problema não é vosso, por um partido que governa há 16 anos esta Região Autónoma dos Açores e que tem todos os mecanismos para resolver o problema. Os senhores não o fazem, porque começam por o negar.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): É uma questão de género!

Deputado José San-Bento (PS): Demagogia!

Deputado Francisco César (PS): Artista de circo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate que aqui estamos a ter é da maior importância para a nossa região e nomeadamente também para nós, em concreto, como responsáveis políticos, quer seja como deputados, quer seja como membros do Governo.

Estamos a falar de uma situação de pobreza e de dificuldade que existe nos Açores e que não podemos, de modo algum, fechar os olhos ou tapar esta situação.

Há uma situação que já há bastante tempo é denunciada por sociólogos, por políticos, por professores que, recentemente, e cada vez mais, com cada vez

maior incidência, sai nos jornais e não nos podemos alhear disto. São concidadãos nossos que estão a passar por imensas dificuldades, são pais que não têm capacidade para dar alimento aos filhos e que esperam que, muitas vezes, sejam as escolas ou outras entidades e IPSS que possam fazê-lo, porque não têm essa condição.

Portanto, é um assunto da maior seriedade e devemos tratá-lo como tal. Não podemos resumi-lo àquilo que tem sido hábito ultimamente por parte do Partido Socialista, que é a cassette da República. Eu não sei se o Deputado Aníbal Pires emprestou a cassette ao Partido Socialista...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!

O Orador: ... para gravarem agora um novo registo.

Mas a verdade é que tudo o que acontece,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, o Deputado do PCP há muito tempo que deixou de usar cassette! Cassete usa o PSD! A nossa tecnologia é outra!

O Orador: ... segundo o Partido Socialista, tem um responsável na República. Esta é a primeira resposta do Partido Socialista...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É *blu-ray*!

O Orador: ... e do Governo...

Presidente: Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado Duarte Freitas usar da palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado não fala porque não quer!

Presidente: Os apartes são regimentais, naturalmente, mas não devem interferir no uso da palavra.

Sr. Deputado Duarte Freitas, faça o favor de continuar.

O Orador: Sra. Presidente, muito obrigado.

Aquilo que eu pretendia dizer é que, face às dificuldades e às críticas, a primeira reação do Partido Socialista e do Governo é de atacar os outros, atacar a República, atacar as oposições, criticar as suas posições e, muitas vezes, pedindo, de alguma forma, apoio, pedindo, de alguma forma, diálogo, mais ou menos em privado, depois, em público,...

Deputado Berto Messias (PS): Nem o senhor acredita nisso que está a dizer!

O Orador: ... utiliza todos os seus instrumentos para atacar quem tenta ajudar, muitas vezes, o Governo a ajudar-se a si próprio e aos açorianos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Desresponsabilizam-se e têm uma inércia na utilização de competências próprias da autonomia.

Nós temos condições, temos autonomia, temos órgãos de Governo próprio para resolver problemas, não para arranjar desculpas;...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nós temos competências nesta Casa para resolver problemas, não para arranjar desculpas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Ainda há pouco tempo tivemos aqui mais um exemplo. Quando nós trazemos propostas, soluções autonómicas, constitucionais, aproveitando, sem limite, as nossas prerrogativas constitucionais, os senhores só tentam apoucar e diminuir para tentar disfarçar a situação dramática que existe nos Açores, muitas vezes por culpa das dívidas e das más políticas do Governo Regional.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas gostaria, em concreto, de referir-me às boas políticas que o Sr. Deputado José San-Bento falava.

Eu vou dar-vos um exemplo muito claro destas boas políticas e do que é que está aqui por de trás destas boas políticas.

O Fundo de Compensação Social, que, naturalmente, deve estar incluído nesta lógica das boas políticas, não é verdade, Sr. Deputado José San-Bento? Sim, senhor.

Engraçado. O Fundo de Compensação Social, em 2012, tinha um orçamento de 11 milhões de euros – em 2012. Em 2013, tem um orçamento de 8 milhões de euros, portanto menos 3 milhões de euros. Isto são as boas políticas!

E o que é que diz o conteúdo do Orçamento sobre o que é que é este Fundo de Compensação Social?

Repare bem. Diz: “Para mecanismos de apoio para favorecer as famílias açorianas, com o objetivo de minimizar os impactos da austeridade nacional”. É extraordinário! Então, quer dizer que a austeridade nacional diminuiu de 2012 para 2013, por isso é que os senhores passaram de 11 para 8 milhões.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Ou então foram as eleições de 2012 e já não há em 2013?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM)

O Orador: Rapidamente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se percebe o que é que são as boas políticas e o que é que está por de trás de muito do diálogo,...

Deputado Berto Messias (PS): É isto que o maior partido da oposição tem para dizer aos açorianos?

O Orador: ... do debate e da narrativa do Partido Socialista.

Só para terminar, Sr. Deputado Berto Messias, já que está com vontade, em aparte, de vir a debate.

Ainda há pouco tempo vi na televisão (já não me recordo bem quem era o deputado socialista, mas era da ilha Terceira). Foi citado por uma determinada pessoa que, há alguns meses, tinha ido pedir a esse deputado um apoio e que até lhe tinham dado apoio para a prestação do carro...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor sabe que eu não posso participar no debate!

O Orador: ... e agora, passado algum tempo, nem para a prestação do carro, nem da casa, nem de nada.

Isto é um exemplo em concreto daquilo que é ao pormenor a lógica das políticas do Governo socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E por aqui fica desmascarado, não só por terem diminuído, de 2012 para 2013, aquilo que estava previsto para o Fundo de Compensação Social, como, em concreto, fazem política na rua.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor dirige-se a mim quando eu não posso participar no debate. Fica registado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições...

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado refere-se mim quando eu não posso participar no debate.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado Berto Messias (PS): Fica registado essa deslealdade do Grupo Parlamentar do PSD para comigo! Mas não faltarão oportunidades!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com os nossos trabalhos.

A Mesa não tem mais inscrições.

Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(Pausa)

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Ouvi com atenção...

Presidente: Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado Artur Lima usar da palavra.

O Orador: Uma coisa são apartes, outra coisa são diálogos.

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Espero que o cronómetro esteja parado, porque eu ainda não comecei.

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Depois discute com o Sr. Deputado António Ventura a prestação do carro lá fora.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de usar da palavra.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Secretária Regional, ouvi atentamente V. Excia. sobre aquilo que disse, mas antes permita-me que diga ao Sr. Deputado José San-Bento que também usou aqui de uma sinceridade extrema. É que o problema é tão profundo, tão profundo que o senhor aqui confessou que o desconhece na sua globalidade e na sua profundidade.

Agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa. O tom jocoso e de desconsideração que usa para com o Sr. Ministro Mota Soares revela, talvez, da sua parte alguma dor de cotovelo,...

Deputado Berto Messias (PS): Não se perca com *fait divers*!

O Orador: ... porque o Sr. Ministro Mota Soares chegou onde chegou por mérito próprio.

Deputado José San-Bento (PS): Sim, sim!

Deputado Berto Messias (PS): Andar de lambreta não é depreciativo! Eu gosto de andar de lambreta!

O Orador: Foi cabeça de lista e foi eleito, foi Secretário-geral de um partido e foi eleito, e nunca andou a reboque de ninguém para chegar onde chegou, Sr. Deputado. É um homem com muito valor. Eu percebo que isso o incomode,...

Deputado José San-Bento (PS): Não me incomoda nada!

O Orador: ... mas tenho pena.

Sra. Secretária, vamos, então, agora ao debate sério sobre a questão.

A Sra. Secretária referiu aqui que houve o corte de 2,5 milhões de euros da República. Esqueceu-se de referir que, do corte global, 60% dizia respeito, juntamente, ao RSI. Mas a Sra. Secretária também se esqueceu de referir...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Os acordos de cooperação!

O Orador: ... que há 1 milhão 67 mil 738 euros, atribuídos pelo Governo da República ao Governo dos Açores,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Para o Programa de Emergência Alimentar!

O Orador: ... para o Programa de Emergência Alimentar que agora se verifica nos Açores e que foram cabimentados 389 mil e que apenas executou 6 mil e 100. Eu pergunto: com este dinheiro todo (o Governo da República mandou mais de 1 milhão de euros), como é que se compreende que o Governo Regional...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Conhece as regras do programa?

O Orador: ... ainda não tenha aproveitado esse dinheiro para fazer face à fome? Isto é incompreensível, isto é inaceitável, isto é inexplicável.

Os senhores pedem 1 milhão de euros –...

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ninguém pediu nada!

O Orador: ... 1 milhão e 67 mil euros.

(Foi pedido pelo Governo dos Açores, Sr. Vice-presidente).

Cabimentou até agora 389 mil e apenas executou 6 mil e as crianças e as famílias andam a passar fome nos Açores. É esta uma ajuda da República que os senhores nem sequer sabem utilizar ou não querem utilizar e andam com desculpas esfarrapadas para cima e para baixo.

E devo-lhe dizer uma coisa, Sra. Secretária, os estudos que eu lhe referi não são de agora, são de 2004, são de 2005, são de 2003. Têm 8, 9 e 10 anos e os senhores é que estão no Governo.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

O Orador: E sabe o que é que aconteceu nesta última década de 2003/ 2013? A pobreza aumentou nos Açores!

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Não! Fale de 2011!

O Orador: A região com mais pobres e a segunda em desigualdade.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Isso é mentira!

O Orador: Os Açores têm 17.9 de risco de pobreza, 3 pontos acima da média nacional, Sra. Secretária. Aumentou, Sra. Secretária. O problema não é de agora, já vem de trás.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Exatamente! Tem uma tendência decrescente!

O Orador: E sabe por que é que não muda? Porque a política é a mesma, porque estão formatados para essa política, porque não têm ideias,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): E a nível nacional?

O Orador: ... porque o sistema da...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Desceu a nível nacional? De quem é a culpa do aumento da pobreza a nível nacional?!

O Orador: ... Segurança Social nos Açores está formatado, Sra. Secretária, para se autossustentar a si próprio e não para ajudar os outros. Isso é que é a verdade nos Açores.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Não! Isso é juízo de valor!

O Orador: Não há uma mudança de paradigma na Assistência Social, na Segurança Social, nos Açores.

Eu percebo que esteja nervosa, mas deixe-me falar.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Não estou! Tenho é pena de não poder falar!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que abrevie, porque o seu tempo está a terminar.

O Orador: Percebo que esteja nervosa, muito inquieta, mas pronto, a sua fé cristã também lhe há de permitir acalmar-se.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Eu vou terminar, Sra. Presidente, mas, como compreende, está a ser-me difícil terminar.

Sra. Presidente, para terminar.

Sra. Secretária Regional, eu gostaria de não ter vindo aqui dizer isso, agora, não fui eu que inventei, não sou eu que fabrico estatísticas, não sou eu que faço notícias.

Olhe: “Cem alunos na Roberto Ivens por falta de alimentação”.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Jornais!

O Orador: “Há fome na escola”.

Secretário Regional da Educação (Luiz Fagundes Duarte): Mentira!

O Orador: Jornal! “Associação cria movimento cívico contra a fome”.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Faça o comunicado aos conselhos diretivos!

O Orador: “Pescadores sem dinheiro para comida, luz e água”.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Não são estatísticas! São estatísticas do jornal!

O Orador: Olhe, Sra. Secretária, está aqui tudo.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Eu registo o seu esforço!

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Está a estatística, estão as notícias, está tudo aqui, Sra. Secretária.

Presidente: Sr. Deputado, já terminou a sua intervenção ou não?

O Orador: E, portanto, os senhores persistem em negar uma realidade...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Fontes estatísticas!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... e, mais do que isso, são incapazes,...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem de terminar!

O Orador: ... impotentes de combater a pobreza e, ainda por cima,...

Presidente: Sr. Deputado.

O Orador: ... vêm para aqui armar-se e criticar os outros,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Armar? Mas quem é que se está a armar?

O Orador: ... quando não exercem a autonomia, ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... as vossas competências,...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... e mudam o sistema de Segurança Social...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... para acudir a quem mais precisa e a quem apenas...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... os senhores querem servir.

Presidente: Não me obrigue a desligar o microfone.

O Orador: São seleccionados e identificados.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, eu percebo a exaltação do debate, mas não faça com que eu tenha de estar aqui este tempo todo a pedir a sua atenção.

Sr. Presidente do Governo, pediu a palavra para?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Diga, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): A interpelação tem a ver com o Regimento desta Casa.

Eu gostava de saber se, de acordo com o Regimento desta Casa, no Período de Declarações Políticas, é possível ao Governo esclarecer, prestar os esclarecimentos das questões que se suscitaram,...

Deputado José San Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... nomeadamente nesta intervenção que acabámos de assistir e se o Regimento desta Assembleia...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Governo não falou?!

O Orador: ... não permite apenas que o Governo...

Deputado Luís Garcia (PSD): A Sra. Secretária teve a oportunidade de esclarecer!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até parece que o Governo não falou!

O Orador: ... faça uma única intervenção, não tendo a oportunidade de esclarecer,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Parece que vamos escolher as figuras regimentais que dão jeito ao Governo para esclarecer!

O Orador: ... como é normal noutras figuras regimentais, a Câmara e dar conta daquilo que é o seu entendimento e a sua ação sobre esta matéria.

Esta é a interpelação.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Residente do Governo, a Declaração Política permite que haja a apresentação da mesma, pois cada Grupo e Representação Parlamentar, assim como o Governo, tem a possibilidade de intervir, encerrando o declarante. E, portanto, foi isto que foi feito aqui. Também a Mesa...

Deputado Luís Garcia (PSD): Use as figuras regimentais que existem para esclarecer a Câmara!

Presidente: ... não entendeu que o Sr. Deputado Artur Lima o tenha interpelado diretamente.

Sr. Deputado Berto Messias, também tinha pedido a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Era para uma interpelação, mas prescindindo.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eu gostaria, Sra. Presidente, se me permite, que me dissesse quanto tempo eu gastei no total. Eu gostaria de saber em quanto tempo eu ultrapassei os 15 minutos que tenho direito.

Deputado José San-Bento (PS): Em que é que isso interessa?

Presidente: Um minuto e meio, Sr. Deputado.

(Pausa)

O Sr. Deputado fez a pergunta. Está a fazer outra pergunta à Mesa?

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou a fazer outra interpelação, Sra. Presidente.

Se me permite, e com o devido respeito, já houve aqui casos de serem ultrapassados 2, 3 e 4 minutos. De qualquer maneira, eu respeitei a Sra. Presidente e, no entusiasmo, excedi-me, mas houve já quem se excedesse muito mais do que eu.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, eu gostaria apenas de esclarecer que, naturalmente, a tolerância no tempo de intervenção tem sido dada a todos os partidos. A questão que se colocou aqui foi que, efetivamente, eu estava a chamar a sua atenção e o Sr. Deputado, acredito e, naturalmente compreendendo que, na emoção do debate, que também é necessária e importante, não me conseguiu ouvir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouvi, ouvi!

Presidente: ... de nenhuma das vezes que lhe pedi para terminar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Era para perguntar à Mesa se tem conhecimento, através dos registos, de quem é que foi, quem é que elaborou a proposta de regimento que está em vigor e se essa proposta que está em vigor não foi elaborada e subscrita pelo atual Presidente do Governo Regional,...

Deputado Francisco César (PS): A questão não é essa! É a figura regimental!

O Orador: ... então Deputado Vasco Cordeiro?

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): O que é que isso tem a ver?

Presidente: Oh, Sr. Deputado!

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço alguma calma.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Isso é gozar com a cara de toda a gente que está aqui dentro!

Presidente: Sr. Presidente do Governo, agradeço alguma calma.

Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Berto Messias, pediu a palavra para?

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Eu julguei que já estaria esclarecida, no entanto, tendo em conta as duas interpelações, do Sr. Deputado Artur Lima e do Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu terei que, outra vez, perguntar e pedir à Mesa para explicar em que figura regimental nós estamos, neste momento,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é patético!

O Orador: ... porque o que está em causa é a figura regimental, não é o tempo que está atribuído, nem sequer a arquitetura e organização do Regimento. Não é isso que está em causa! O que está em causa, e daí a minha interpelação, é perguntar a V. Excia. qual é esta figura regimental e quais são as regras da figura regimental da Declaração Política.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): A Sra. Presidente já esclareceu!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, essa questão já foi por mim esclarecida e, como todos sabem, estamos na Declaração Política e a Mesa entendeu que, em momento algum, o Sr. Deputado Artur Lima tenha pedido esclarecimentos diretamente que impedissem o normal decorrer dos trabalhos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem, Sra. Presidente!

Presidente: Eu penso que o assunto fica aqui encerrado e esclarecido.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 08 minutos.

Para uma Declaração Política, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Para uma declaração política vestida de laranja?!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A propósito do chumbo do Tribunal Constitucional de várias normas do orçamento de Estado, nomeadamente a espoliação do subsídio de férias aos/às trabalhadores/as do sector público e pensionistas,...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

A Oradora: ... o Senhor Presidente do Governo Regional e Presidente do Partido Socialista/Açores assumiu a sua congratulação com o acórdão do Tribunal Constitucional, avançando, desde logo, que o seu Governo teria todo o gosto em pagar tais subsídios.

Como é evidente, o Bloco de Esquerda não questiona os gostos do Senhor Presidente do Governo Regional.

Denuncia, isso sim, a contradição política de quem, há menos de um mês, em sede de discussão do Orçamento da Região, negou o pagamento deste subsídio aos mesmos trabalhadores/as dos Açores.

Acresce que, na sequência das diversas declarações aos Órgãos de Comunicação Social, sobre esta matéria, o Senhor Presidente do Governo Regional, assumiu, perante os/as Açorianos/as, declarações que não são verdadeiras e que são, no nosso entendimento, atentatórias da Autonomia.

Afirmou o Senhor Presidente e cito “A Região não tinha poderes, ao abrigo da nossa Autonomia, para ir em sentido inverso e em sentido contrário à Lei do Orçamento de Estado”, fim de citação.

Tais declarações são de uma enorme gravidade, acentuando-se o facto de serem proferidas pelo Presidente do Governo Regional e, desde logo, repito, por não serem verdadeiras.

A Constituição da República Portuguesa, o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, assim como a Lei de Finanças Regionais em vigor permitem, à luz da Autonomia que consagram, que os órgãos de governo próprios da Região decidam, no caso concreto dos subsídios de férias, o seu pagamento ou não, independentemente do Orçamento de Estado.

E, a prová-lo, aí está a existência da Remuneração Compensatória, na nossa Região.

Lembro, ao Senhor Presidente do Governo Regional, que esta discussão sobre o pagamento dos subsídios de férias e de Natal, nesta Região, tem dois anos, tendo sido feita aquando do Orçamento regional de 2012 e de 2013. Ora, por ocasião dos cortes de dois subsídios, em 2012, nem o anterior e atual Vice-Presidente, nem o seu antecessor, na Presidência do Governo, jamais assumiram tal posição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Pelo contrário, apresentaram-na como uma opção política, em linha com o Orçamento da República, nunca negando a possibilidade, no quadro da Autonomia, de a tomarem ou não.

Aliás, na recente discussão do Orçamento Regional, o Senhor Vice-Presidente, instado pelo Bloco de Esquerda para clarificar se não pagava o subsídio de férias, em virtude do Memorando de Entendimento, assinado entre a Região e o Governo da República, a resposta não podia ter sido mais clara: não havia, para o caso, qualquer relação de causa e efeito.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Exatamente!

A Oradora: Nunca, até hoje, tínhamos assistido, por parte dos mais altos representantes de cargos de governo próprio da Região, a negarem os poderes autonómicos, para efeitos de cálculo político.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

A Oradora: Como demonstrei, não são verdadeiras as declarações do Senhor Presidente, mas são ainda mais graves porque o dever do Presidente do Governo de uma Região Autónoma só pode ser a defesa da Autonomia, com todas as suas prerrogativas, e nunca ser ele próprio a negar essas mesmas prerrogativas, para efeitos políticos imediatos.

Tanto mais grave, são as palavras do Senhor Presidente do Governo Regional, num contexto político em que a Autonomia sofre, por parte do atual Governo da República – o mais anti-autonomista, desde 1976 –, o mais vil ataque de que temos memória.

E os exemplos deste ataque, que são muitos e variados, têm sido muito justamente denunciados, quer por partidos políticos, nesta Casa, quer por organizações, quer por cidadãos/ãs, individualmente.

Considerar que a Autonomia está debaixo de fogo, por parte do Governo PSD/CDS, não é mera retórica, nem figura de estilo. É, antes de tudo, uma triste constatação a que a vida nos tem obrigado.

E tudo o que a Autonomia dispensa é ver a segunda figura política da Região minorizar, aos olhos do Governo da República, a própria capacidade e os poderes da Autonomia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem dito!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor parece uma rolha de cortiça! Tanto está de um lado como está do outro! Sempre à tona!

A Oradora: Foi, pois, Senhor Presidente do Governo, um mau serviço prestado aos Açores e aos/às Açorianos/as, tão ou mais grave – lamento dizê-lo – do que a perigosa proximidade das políticas económicas do seu Governo, às imposições da troika.

Comungamos, com os/as Açorianos/as que, a par da Democracia, a Autonomia é um valor maior e, por isso mesmo, convidamo-lo, Senhor Presidente do Governo Regional, a corrigir as declarações que proferiu.

Disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sim senhor! O senhor é um verdadeiro contorcionista!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Olha os ciúmes!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sou um democrata, é o que sou!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está sempre à tona!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa agradece que se inscrevam para esta fase do debate.

(Pausa)

Não havendo, vamos dar, então, a palavra à senhora...

Não há inscrições?

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há bocado queixava-se de falta de tempo!

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que é fundamental que se responda ao repto lançado pela Sra. Deputada Zuraida Soares, uma vez que não podemos, ou não pode o PS e o Governo Regional, ter uma posição dúbia acerca destas questões.

De facto, e relativamente à compensação por aquilo que tem vindo a ser designado por mim como um roubo ou confisco do 13º mês e do subsídio de férias aos trabalhadores da Administração Pública, já veio aqui, a esta Câmara, por várias vezes e de várias formas, em sede de discussão do Plano e Orçamento, com propostas de diferentes partidos, desde o Bloco de Esquerda ao PCP e até ao PPM, e já foi também aqui apresentado sobre a forma de proposta de Decreto Legislativo Regional no sentido de se encontrar uma compensação

para os trabalhadores da Administração Regional que viram ser subtraído substantiva parte do seu rendimento anual.

Quando foram feitas essas propostas, foram sempre feitas com base num pressuposto, na premissa das nossas competências autonómicas, mas não só, também pelo facto de terem sido encontrados, ao longo da história da autonomia, os complementos regionais, o acréscimo salarial, a diferenciação fiscal e, mais tarde, a remuneração compensatória, enfim, um conjunto de mecanismos que, no pleno uso das nossas competências, visavam apoiar os trabalhadores da região, quer da Administração Pública, quer do setor privado, de modo a fazer face àquilo que designamos por custos de insularidade e que, de facto, eles não se alteraram apesar de estarem, de alguma forma, afastados do discurso político mais recente.

E a verdade é esta: houve sempre recusa por parte do Governo Regional, mesmo quando o argumento era, “Mas, meus senhores, Sr. Presidente, isto é um apoio que se dá à economia dos Açores. Colocar mais rendimento disponível nas famílias é a melhor forma de ajudar a economia regional”.

Mas não houve argumento, de facto, que fizesse demover o Partido Socialista e o Governo Regional para que compensasse os trabalhadores da Administração Pública Regional deste confisco, deste roubo que foi feito aos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Ao invés disso, o anterior Governo Regional preferiu diluir o dinheiro roubado aos trabalhadores para o utilizar sabe-se lá muito bem em quê.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: E, portanto, face ao agrado com que o Sr. Presidente do Governo Regional veio comunicar, face à sua satisfação por poder pagar o subsídio de férias que, pelos vistos, agora vai ser (já foi) trocado, já não é o subsídio é o subsídio de Natal, enfim, era bom que ouvíssemos aqui, por parte do Sr. Presidente do Governo Regional e por parte da bancada do Partido Socialista...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... alguma justificação sobre isto e por que é que não foram utilizados em devido tempo as competências autonómicas, deixando assim, certamente, não só os trabalhadores da Administração Pública Regional agradados, mas também o Sr. Presidente do Governo Regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Deputado Aníbal Pires (PCP): De facto, o Sr. Deputado Paulo Estêvão é um contorcionista! Um verdadeiro artista! O senhor é um verdadeiro artista!

Presidente: Não havendo, tem, então, a palavra...

Sr. Vice-presidente, tem a palavra.

(*) Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria, a posição do Governo dos Açores é muito clara.

Nós estamos num estado de direito e cada instituição tem de cumprir as suas funções. Não se pode confundir a concordância ou não com uma lei com o seu cumprimento legal. Não podemos identificar o facto de não concordarmos com a lei para a não cumprir. E o que a senhora tenta fazer aqui é confundir as regras básicas de um estado de direito.

Neste caso concreto, as instituições funcionaram. Cabia ao Tribunal Constitucional definir da conformidade constitucional ou não desta norma, e foi assim que o Tribunal Constitucional agiu.

Não podia a Sra. Deputada solicitar que o Governo dos Açores fizesse aquilo que era competência do Tribunal Constitucional, como não pode a Sra. Deputada agir não cumprindo uma lei pelo simples facto de não concordar com ela. Cabe às instituições próprias definirem da conformidade legal ou não da legislação.

E foi isto que foi feito e o que foi dito e reafirmado. Aliás, como tivemos oportunidade de dizer aqui antes do Orçamento da Região de 2012, claramente, nós tínhamos preparado para fazer o Orçamento nesse enquadramento sem essa

redução, essa redução foi introduzida, foi cumprida nos termos da lei e, neste momento, o que nós estamos a fazer com todo o gosto é repor aquilo que, na nossa opinião, nunca deveria ter sido tirado, e que foi repostado pela única entidade em Portugal que tinha competência legal para decretar a reposição, que era o Tribunal Constitucional.

Isto não se trata de confundir conceitos de autonomia, trata-se, sim, de respeito integral pelas instituições e para que o resultado final seja aquele que se pretende, que era beneficiar os açorianos, beneficiar as famílias e beneficiar, por essa via indireta, também as empresas.

O segundo aspeto essencial sobre esta matéria é que nós temos, estamos, e como teve oportunidade de referir aquando da minha pergunta, com todas as condições para usarmos as nossas prerrogativas autonómicas para criar medidas a favor dos Açores. Ainda ontem o fizemos, reforçando o Complemento Regional de Pensão para aquelas pessoas que, por via de uma medida nacional de aumento dos impostos sobre os pensionistas com menos rendimento, iam perder.

E dou-lhe mais um exemplo sobre um tema que foi aqui discutido.

Ao contrário do que foi dito aqui, há pouco, há mais alunos açorianos apoiados pela Ação Social Escolar, há. Mas sabe porquê?

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Cláudio Almeida (PSD): Mais pobreza!

O Orador: Sabem porquê?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a falar para mim?

O Orador: Porque pura e simplesmente, no âmbito das nossas medidas compensatórias, nós decidimos que o montante de rendimento das famílias que podia ser apoiado no âmbito da Ação Social Escolar é três vezes superior àquele que acontece no continente. Ou seja, aqui, nos Açores, no âmbito das nossas competências autonómicas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: É verdade!

... temos capacidade e temos uma política de apoiar a Ação Social Escolar, logo os alunos que tenham rendimentos até três vezes superior àqueles que no

continente têm direito. Por isso, temos mais alunos apoiados, por isso temos melhores condições para apoiar quem precisa nas escolas, porque nos Açores temos cinco escalões de rendimento, até a um rendimento *per capita* de 305 euros que podem receber apoios sociais, e no continente o apoio social vai apenas às famílias que têm rendimentos *per capita* de 104 euros, tendo uma média de uma família de quatro pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então não é 5, é 3!

O Orador: Se os alunos, se os mesmos alunos com o mesmo rendimento, ou seja, dois terços dos alunos no continente não teriam apoio social. Isto é, temos aqui três vezes mais alunos de apoio social do que no continente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande baralhação!

O Orador: ... com exatamente o mesmo rendimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais pobreza!

O Orador: Isto quer dizer, claramente, que nós temos e diariamente usamos as nossas competências autonómicas para reforçar os apoios às famílias e às empresas.

Agora, não devemos confundir essas mesmas competências com a capacidade de incumprimento da legislação que existia. Coube ao Tribunal Constitucional, a entidade que clarificou esta matéria. Fez a sua função, repôs a verdade, repôs a solução com a qual nós concordávamos e assim será feito sem pormos em causa a nossa autonomia, sem pormos em causa as instituições, sem entrarmos em incumprimento ou em ilegalidade e, assim, resolvemos todos, em conjunto, um problema que carecia de uma solução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, vão aumentar o IVA para 23%?!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-presidente.

Uma vez que a Mesa não tem mais inscrições, vou dar a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para tecer duas ou três considerações sobre a Declaração Política da Sra. Deputada Zuraida Soares, do Bloco de Esquerda.

Em primeiro lugar, dizer que a Sra. Deputada vem, digamos, requestrar um debate que nós já tivemos oportunidade de fazer aqui por variadíssimas vezes, decorrente de propostas suas, de propostas do PCP relativamente à reposição ou não desses subsídios, que foram retirados e cortados aos portugueses pelo Governo da República.

A Sra. Deputada, admito que involuntariamente, quase que faz um favor ao PSD e ao CDS-PP, desviando as atenções daquilo que é essencial e de quem foram os responsáveis...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem será?!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): E quem é que ficou com o dinheirinho?

O Orador: ... pelo corte destes subsídios no nosso país: o Governo da República do PSD e do CDS-PP,...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Quem é que votou?

O Orador: ... uma medida, aliás, da exclusiva responsabilidade do Governo da República, porque, como se sabe, esta não era uma medida imposta pelo Memorando da Troika.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o dinheirinho?

O Orador: E, portanto, admito que é involuntário, mas a Sra. Deputada quase que faz este favor à direita açoriana e à direita portuguesa.

Deputados Artur Lima e Luís Silveira (CDS-PP): E o dinheirinho?

O Orador: Esta é uma matéria que foi amplamente discutida. A posição do Governo e do Partido Socialista foi amplamente referida. Somos e fomos contra os cortes deste subsídio, temos agora uma decisão do Tribunal Constitucional, com a qual, tal como já foi afirmado noutras circunstâncias pelo Sr. Presidente do Partido Socialista e por vários interlocutores do PS, nós concordamos, porque entendemos que será também um bom contributo para a nossa economia.

Realçamos uma matéria que para nós é essencial e que, aliás, vai em contraciclo com a postura que tem tido este Governo da República de pôr em causa

permanentemente a Constituição da República Portuguesa e o quadro legal que rege o nosso país. E, portanto, esta decisão mostra também que a nossa Constituição, felizmente, não está suspensa e, por outro lado, há também aqui, permitam-me que vos diga, uma forte carga, até ideológica, se quisermos, de defesa do rendimento do trabalho.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Eu julgo que esta é também uma questão muito relevante e que todos os partidos devem...

E esta é também uma matéria muito cara para o Partido Socialista, afirmar a importância dos rendimentos decorrentes do trabalho dos nossos trabalhadores. E o Partido Socialista tem sido um defensor ativo dessa questão e da defesa dos direitos dos trabalhadores e, felizmente, esta decisão do Tribunal Constitucional vem dar razão a esta matriz ideológica e matriz programática e vem também contrariar um Governo da República que, diga-se, em abono da verdade, está moribundo e que teve a grande proeza de conseguir, em dois anos consecutivos, apresentar dois orçamentos de estado inconstitucionais.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, nenhuma boa decisão do Tribunal Constitucional poderá reabilitar um mau Governo da República.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje temos um mau Governo da República, um Governo da República que já não responde verdadeiramente aos problemas e aos desafios do nosso país, em contraciclo e em contraponto com aquilo que estamos a fazer nos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, nós não escamoteamos os problemas, nós não andamos em estado de negação. O Partido Socialista reconhece, naturalmente, os problemas que assolam hoje as famílias açorianas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Já tivemos oportunidade de discutir aqui essa matéria variadíssimas vezes. Temos consciência das dificuldades que muitas famílias e muitas empresas açorianas estão hoje a passar. Sabemos, e quem quiser ter uma abordagem honesta e séria a esta questão sabe e terá que admitir que isso

decorre, em grande medida, não só das questões macroeconómicas e da profunda crise que assola muitos países europeus, mas também da austeridade nacional que é hoje imposta às famílias.

E não precisa ser-se economista para se saber que, quer um aumento significativo da carga fiscal, quer também os cortes de subsídios que serão, felizmente, agora repostos, tem, como se sabe, um peso muito significativo nas famílias, numa economia estruturada como está hoje estruturada a economia dos Açores. Tem impactos profundíssimos na nossa economia, no consumo, no investimento privado e também em desequilíbrios estruturais, que começam a adensar-se, por causa disso, na nossa balança comercial.

E, portanto, quem quiser ter uma abordagem séria e honesta sobre esta matéria terá que, naturalmente, admitir os erros, naturalmente, admitir os problemas que tem a nossa economia, terá que admitir os problemas que muitas famílias estão hoje a viver, mas terá também que ter uma análise séria e rigorosa sobre os problemas que originam essa situação.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E há também ainda outra vertente, para terminar, que me parece fundamental, que é o papel que devem ter os governos e os agentes do sistema político, neste momento, num momento de profunda crise, em que todos devem estar à altura das suas responsabilidades.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobretudo os senhores!

Deputado José San-Bento (PS): Já exerce!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exerce pouco!

O Orador: Todos devem estar dispostos e disponíveis para contribuírem ativamente com propostas sérias, exequíveis e concretas, para que possamos ajudar os nossos concidadãos a ultrapassar esta fase difícil.

Dizia a Sra. Deputada que é dever do Governo dos Açores, é dever do Presidente do Partido Socialista defender os seus concidadãos.

Pois, não tenho a mínima dúvida que é isso que o Sr. Presidente Vasco Cordeiro e o Governo têm feito, é isso que o Partido Socialista tem feito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem dias!

O Orador: Nenhum governo pode dizer que faz tudo bem. Nenhum governo pode sequer dizer que resolve todos os problemas,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas qualquer governo tem a obrigação de dizer que todos os dias faz tudo o que está ao seu alcance...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... para minimizar os impactos negativos da atual conjuntura,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem dias!

O Orador: ... e este Governo e o Partido Socialista têm feito isto diariamente e é, naturalmente, isto que vai continuar a fazer.

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Pedi o Rei Francisco I de França,...

(Risos de alguns Deputados da Câmara)

... que lhe explicassem qual era a cláusula do testamento de Adão que deixava a Portugal e a Espanha a divisão e a exploração dos novos continentes. Era isto que perguntava o Rei Francisco! E eu pergunto, hoje, ao Governo...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não pode perguntar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É retórica!

O Orador: ... da Região Autónoma dos Açores...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não pode perguntar!

O Orador: ... qual é a cláusula...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Porque não pode responder!

O Orador: ... da Constituição da República Portuguesa e qual é a cláusula do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores que vos impedia ou que vos impede de pagar os subsídios...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... de férias que são devidos aos trabalhadores açorianos?

Qual é a cláusula? Não existe nenhuma cláusula!

Os senhores, nesta matéria,...

E por isso se levantaram dessa bancada alguns responsáveis, incluindo o Presidente do Governo Regional, porque não gostam de ser confrontados com a verdade, não gostam de ser confrontados com aquelas que são as vossas responsabilidades, não gostam de ser confrontados com a vossa hipocrisia nesta matéria.

A verdade é que os senhores se escondem por normas do Estatuto Político-Administrativo que não existem, que se escondem por normas da Constituição que não existem, para não pagarem aquilo que deviam pagar.

O que os senhores deviam ter dito com seriedade política, que agora pedem à oposição, é que não pagam porque os senhores construíram um grave problema orçamental na Região Autónoma dos Açores. Os senhores deviam ter tido a frontalidade de dizer isto, mas não, utilizaram a velha fórmula de dizer “a culpa é do Governo da República, nós não podemos fazer nada, porque nós temos aqui um estatuto que não cumprimos, temos aqui obrigações estatutárias que não cumprimos, temos direitos estatutários que não cumprimos e utilizamos o Governo da República para fazer aquilo que não queremos fazer”, ou seja, os senhores não queriam pagar os subsídios. Por isso é que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... o Sr. Presidente do Governo Regional foi completamente hipócrita naquilo que disse quando disse que pagava com gosto. Se quisesse pagar com gosto, tinha pago na altura devida...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e tinha pago por decisão dos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Os senhores nesta matéria, repito, são de uma hipocrisia terrível e é isso que eu vos digo com toda a frontalidade neste Parlamento, e termino, Sra. Presidente,...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... mais uma vez, denunciando aquela que é a atitude do Governo Regional de se esconder, de inventar falsas desculpas, de não ler o Estatuto, de não cumprir o Estatuto e de, de facto,...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ... não cumprir aquilo que é o seu dever e o seu dever, desde o início, foi pagar os subsídios aos trabalhadores dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Agora sim, não havendo mais inscrições, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares, para encerrar o debate.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por momentos temi ter de dizer como o povo, “Quem cala consente”, mas afinal não e ainda bem.

A nosso aviso, a autonomia defende-se e só se defende quando é exercida. Só se defende a autonomia exercendo-a. E é nosso aviso, também, não se exerce e não se defende a autonomia com secretismos, com posições dúbias, com afirmações contraditórias. E é a isto que nós temos assistido na nossa região, nos últimos tempos.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sra. Deputada! Não diga isso!

A Oradora: A confusão, Sr. Vice-presidente, não é o Bloco de Esquerda que a introduz na narrativa, a confusão é o próprio Governo Regional quando diz

umas vezes que não paga porque não quer, outras vezes que não paga porque não pode. E o Sr. Vice-presidente é um dos responsáveis por esta opacidade, porque, questionado incontáveis vezes pelo Bloco de Esquerda dentro desta Casa, fora desta Casa e em debates públicos,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Deve ser da cor da camisa!

A Oradora: ... “não paga por causa do Memorando?”, o Sr. Vice-presidente sempre disse não! Não pagamos porque...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não? O memorando é uma coisa, a lei é outra!

A Oradora: ... temos o dinheiro (mais), temos o dinheiro, mas não pagamos!

A opacidade, a contradição é do Governo Regional,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Lei!

A Oradora: ... a confusão é do Governo Regional, é voluntária, não é do Bloco de Esquerda.

E mais uma vez, não fazendo a deselegância de o questionar, sabendo que não me pode responder, vou deixar um desafio ao Sr. Vice-presidente e a todo o Governo Regional e à bancada do Partido Socialista que é: quando tiverem condições para o fazer, fora desta Casa, sobretudo para os açorianos e para as açorianas, dizerem claramente às nossas populações qual é o artigo da Constituição, do Estatuto Político-Administrativo desta região e da Lei de Finanças Regionais que impede o Governo Regional de devolver os dois subsídios confiscados...

Deputado Berto Messias (PS): Já discutimos isso aqui tanta vez. A Sra. Deputada já sabe a nossa posição!

A Oradora: ... nesta região nos dois últimos anos.

Deputado Berto Messias (PS): Nós vivemos num estado de direito!

A Oradora: É a isso que os senhores ficam obrigados, uma vez que não podem responder neste momento e, portanto, não faço a pergunta diretamente.

Deputado Berto Messias (PS): Oh, senhora, nós já discutimos isso aqui tanta vez!

A Oradora: Depois disse o Sr. Deputado Berto Messias que este era um debate requeentado. Olhe que não é! Para cada funcionário público e para cada aposentado desta região, Sr. Deputado, é tudo menos um debate requeentado! É um debate com que eles se confrontam diariamente quando metem a mão no bolso para comprar um medicamento e não têm dinheiro;...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Deputada, isso é uma demagogia lamentável! Eu não me referia a isso!

A Oradora: ... quando querem dinheiro para pagar a renda da casa, para pagar o empréstimo da casa, a eletricidade, a água e a comida e não têm. Este é um debate eterno...

(Apartes inaudíveis dos Deputados Berto Messias e José San-Bento)

A Oradora: ... e devia ser o principal debate da nossa região. E se não é requeentado não é também porque o Bloco de Esquerda não o permite, é porque o Sr. Presidente do Governo Regional fez o favor de o colocar novamente na agenda política quando afirmou que esta região não tinha, à luz das suas prerrogativas autonómicas, capacidade para decidir se pagava ou não...

Deputado Berto Messias (PS): Mas essa questão já está resolvida! Isso é que é importante para os trabalhadores!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Falta os de 2012!

A Oradora: ... e isto é falso, isto é falso, Sras. e Srs. Deputados.

Finalmente, a cada um as suas responsabilidades, Sras. e Srs. Deputados. O Governo da República tem responsabilidades colossais, o Governo Regional tem as suas responsabilidades e o jogo de pingue-pongue permanente de atirar as responsabilidades uns aos outros, estando no meio os açorianos e as açorianas, não honra nem a democracia nem a autonomia...

Deputada Berta Cabral (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... nem esta Casa e também não honra os membros do Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Mas os subsídios vão ser repostos! Isto é que é importante!

A Oradora: Já agora, gostaria de explicar, para terminar, a que é que me refiro quando falo em secretismos, que também não são uma forma de exercer a autonomia e de a defender.

O Governo Regional assinou com o Governo da República o Memorando de Entendimento nas costas do povo açoriano, prometendo falsamente, mil vezes, nesta Casa,...

(Apartes inaudíveis do Deputado Berto Messias)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... trazê-lo aqui às palavras, ao conhecimento, ao debate dos representantes do povo açoriano, coisa que nunca fez.

Deputado Berto Messias (PS): Fez, fez!

A Oradora: Isto é secretismo!

O Governo Regional assinou um acordo técnico com o Governo da República sobre o pagamento do IVA nesta região.

Sras. e Srs. Deputados, foi uma delegação de deputados e deputadas desta Casa à Assembleia da República defender a Lei de Finanças Regionais e criticar, e com razão e justamente, a proposta de Lei de Finanças Regionais sem saber que tipo de acordo técnico...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tivesse feito as contas! Não sabe fazer contas?

A Oradora: ... é que tinha sido assinado.

Essa é a sua obrigação, Sr. Vice-presidente. Esclarecer esta Casa, informar esta Casa e informar o povo açoriano, é a sua obrigação.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não sabe fazer contas? Não tem de fazer contas?

A Oradora: Não é a minha obrigação fazer contas.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ah não! Eu é que as vou fazer?!

A Oradora: A sua primeira...

Não! Não! Quem fez o acordo foi o senhor, não foi o Bloco de Esquerda. Quem tem contas a prestar é o Governo Regional, não é o Bloco de Esquerda.

E mais uma vez secretismo!

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Isso é incompetência!

A Oradora: Tanto secretismo que nem o tal da própria Assembleia da República tinha conhecimento do acordo técnico feito e fez as contas no desconhecimento desse acordo.

Isto é que é verdadeiramente secretismo, Sr. Vice-presidente, isto é que é não exercer a autonomia, é corroê-la por dentro, é retirar todo o valor e toda a potencialidade que isso tem. E, portanto, isso é um ónus que, neste momento, está da parte da bancada do Partido Socialista e da bancada do Governo Regional.

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

Apenas para dizer que este debate, requegado ou não, virá a esta Casa, pela voz do Bloco de Esquerda, cada vez que o Governo Regional se esconder por de trás do “diz que disse”, do “diz hoje uma coisa e amanhã outra”, confundindo os açorianos e as açorianas, não lhes dizendo a verdade e, portanto, não exercendo a autonomia.

Muito obrigada.

Deputada Berta Cabral (*PSD*) e **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De seguida tínhamos uma declaração política, mas o Sr. Deputado Aníbal Pires já não tem tempo, portanto não a poderá proferir.

De seguida, temos as inscrições para o Período de Tratamento de...

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra?

Deputado Berto Messias (PS): É para uma interpelação, Sra. Presidente, para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Garcia (PSD): Que vergonha!

Presidente: Sr. Deputado?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para fazer uma pergunta.

Quem é que estava inscrito e de que partido é o deputado que estava inscrito para intervir?

Presidente: Tínhamos uma intervenção do Sr. Deputado António Pedroso.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias?

Deputado Berto Messias (PS): Eu não tinha conhecimento dessa inscrição e, portanto, naturalmente, retiro o pedido de intervalo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do Deputado Luís Rendeiro)

Presidente: Sendo assim, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi um excelente serviço que fez ao Deputado António! Muito bem, António!

Deputado António Pedroso (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

A produção do queijo de S. Jorge é a principal indústria desta ilha da qual a maioria dos jorgenses depende direta ou indiretamente.

Neste momento esta atividade está a passar momentos de grande dificuldade, atingindo os atrasos nos pagamentos do leite aos produtores em cerca de 8 meses.

Estes atrasos crónicos provocam um efeito dominó na economia de S. Jorge, afetando dezenas de empresas e centenas de famílias.

Há famílias que já não têm dinheiro para pagar as contas da mercearia.

Há agricultores jorgenses que sentem embaraço e vergonha de mostrar as misérias que estão passando.

Qualquer dia, nem o leite será entregue nas fábricas porque não vai haver gásóleo para as viaturas o transportarem.

Na recente visita do Governo à ilha de S. Jorge, foi mais uma vez reconfirmado, perante o Conselho de Ilha, pela voz do Senhor Presidente do Governo, que não haveria mais cheques para pagar dívidas do sector cooperativo. Não há mais dinheiro disse com voz límpida e sincera o Senhor Presidente do Governo, perante o olhar estupefacto dos presentes.

Acrescentou, no entanto, que o governo estava disponível para ajudar numa solução.

Minhas senhoras e meus senhores,

Sendo este um problema de insustentabilidade financeira e incapacidade de pagar os compromissos com a banca, não havendo injeção de dinheiro público neste sector moribundo, é curioso pensar qual vai ser a colaboração do Governo.

Será assistir ao velório, acender as velas ou enterrar o morto e rezar por alma?

O problema do sector cooperativo de S. Jorge não é filho de pai desconhecido, quem fecundou as cooperativas para deixar os jorgenses com a criança nos braços sabemos todos muito bem quem foi.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi o governo socialista e não deve fugir agora às suas responsabilidades paternais.

O modelo atual do sector cooperativo em S. Jorge foi criado e imposto pelo governo socialista como sendo a melhor via ao desenvolvimento económico nesta área.

É verdade que o novo governo velho ainda vai dizer, que criticar o modelo errado que foi seguido é puxar os Açores para baixo, mas o que nós precisamos mesmo é que o governo comece a puxar depressa o sector cooperativo da ilha de S. Jorge para cima.

A construção de infraestruturas, algumas delas sobredimensionadas, foi da total responsabilidade do Governo Regional.

Não foram os jorgenses que desenharam os projetos, nem adjudicaram as construções.

Não nos surpreende que a solução futura ainda passe pela construção de um novo serviço público leiteiro marítimo inter-ilhas, desde que a dimensão do projeto seja financiado com crédito e favoreça interesses do governo socialista.

Com tantos estudos de viabilidade económica que são exigidos aos privados, para qualquer micro projeto apresentado, não é admissível, terem criado estruturas físicas que ultrapassam os 8 milhões de dívida, sabendo de antemão que estes empréstimos iriam estrangular mortalmente o sector.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é admissível também, e os jorgenses não podem aceitar, que se aponte como solução a redução do preço do leite ao produtor.

Não podemos aceitar mais esta medida de austeridade regional para somar à austeridade nacional.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Os agricultores já são muito mal pagos, e a atividade agropecuária é cada vez menos atrativa para os jovens.

Não se admite que as soluções passem por mais endividamento a somar ao endividamento. A tendência dos governos socialistas de Lisboa e dos Açores de resolver tudo com crédito, foi o que nos trouxe até onde estamos hoje.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Sim, sim! Agora não há créditos nenhuns!

O Orador: Atualmente, com uma dívida apurada neste sector que já ultrapassa os quinze milhões de euros, S. Jorge necessita urgentemente de uma solução sustentável, mas também necessita de soluções de emergência. As famílias dos agricultores jorgenses estão asfixiadas economicamente e não aguentam mais.

O PSD/Açores entende que é urgente que o governo regional...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A culpa agora é do Governo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! É do César-pai!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É do Max!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E do Sr. Vice-presidente!

O Orador: ... ajude os agricultores jorgenses, que se encontram sem receber e a sofrer a austeridade, que é imposta às suas vidas pelo modelo cooperativo errado do partido socialista.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Como temos dito, é hora de se realizar o estudo pedido pelo PSD/Açores sobre a sustentabilidade do sector cooperativo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Esse estudo é, para nós, imprescindível de forma a conhecer a realidade desse sector e a adotar medidas que possam, de uma vez por todas, salvar as cooperativas de S. Jorge.

Temos vindo a apresentar várias soluções. Como dissemos, é urgente a criação de um fundo de apoio a estas empresas com a participação da banca e da Região.

Se não agirmos depressa, pode ser demasiado tarde!

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PPM e do Deputado Luís Silveira)

Presidente: Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Pedroso, o assunto que o senhor trouxe a esta Assembleia é um assunto que preocupa, obviamente, a maioria dos jorgenses e é um assunto transversal a toda a ilha e da maior importância.

Eu gostaria aqui de lhe dizer que, em primeiro lugar, aquela que foi a proposta do PSD para que se faça um estudo aprofundado sobre o setor cooperativo nos Açores é uma matéria com a qual o Partido Socialista está de acordo e que, aliás, o grupo já está constituído para se começar a fazer esse trabalho. É algo que deixa satisfeito o Partido Socialista, porque há matérias que realmente precisam ser devidamente esclarecidas e há matérias que, finalmente, após esse estudo, o PSD possa, ao fim de muitos anos, mas muitos anos, vir a conseguir perceber e que até hoje nunca conseguiu perceber sobre o setor cooperativo e nomeadamente sobre aquilo que se passa em São Jorge.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor já sabe a conclusão do estudo?

O Orador: Depois, Sr. Deputado, relativamente àquilo que é o apoio do Governo Regional e aquilo que tem sido o apoio incondicional do Governo Regional ao setor cooperativo em S. Jorge, ao longo dos últimos anos, essa é uma matéria sobre a qual não há dúvidas.

O Governo Regional tem sabido estar ao lado das cooperativas de São Jorge,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: ... ao lado do setor cooperativo e ajudando o setor cooperativo para que ele tenha sucesso. E isso aconteceu no saneamento financeiro...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): As cooperativas dizem o contrário!

O Orador: (O senhor quando quiser ir a São Jorge discutir cooperativas comigo pode ir!)

Deputado Luís Garcia (PSD): Não precisa ir a São Jorge, pode ser aqui!

O Orador: ... e aconteceu no apoio e na aprovação daqueles projetos que as cooperativas colocaram para aprovação.

Não foi o Governo Regional que esteve dentro de qualquer cooperativa a dizer qual era a capacidade de produção a instalar nem a definir o projeto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi, foi!

O Orador: Esses projetos foram apresentados pelas diferentes cooperativas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi o Governo Regional e os seus comissários!

O Orador: ... prova disso é que o senhor pode questionar qualquer uma das direções sobre essa matéria.

Depois, gostaria ainda de lhe dizer mais.

Sr. Deputado, aquilo que o candidato a Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, disse em campanha eleitoral é aquilo que o Presidente do Governo eleito escolhido pelos açorianos e também pelos jorgenses está a fazer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Presidente do Governo não foi escolhido pelos açorianos! Isso é falso!

O Orador: Ou seja, o candidato a Presidente do Governo disse que não havia mais “cheques em branco” para pagar dívidas e deixar as coisas tal e qual como estão...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor já passou o “cheque em branco”?

O Orador: ... e é isso que está a acontecer. O Governo Regional entregou ao setor cooperativo de São Jorge a proposta de protocolo para que seja discutido o futuro do setor em parceria, e o Governo estará ao lado, mais uma vez, do setor, para garantir a sua sustentabilidade, sem o pagamento de “cheques em branco” para pagar dívidas e que eu e a maioria dos jorgenses com quem converso na rua, no dia-a-dia, também concordamos. E eu sei que o senhor também concorda com isso.

Sr. Deputado, também cabe agora ao setor cooperativo que tem o protocolo na mão há bastante tempo responder, com as propostas, com as suas ideias e com as suas convicções para que, mais tarde, não venha o PSD dizer mais uma vez que foi o Governo do Partido Socialista que impôs a política, que o Governo do Partido Socialista é culpado de tudo...

Deputado Luís Garcia (PSD): E é verdade!

O Orador: ... o que se passa no setor cooperativo em São Jorge, porque isso não é verdade, Sr. Deputado. Se há governo que apoiou o setor cooperativo, se há governo que esteve ao lado do setor cooperativo, se há governo que investiu na agricultura de São Jorge, esse governo é o Governo do Partido Socialista...

Deputado Luís Garcia (PSD): Os resultados estão à vista!

O Orador: ... e desde que ele está no poder os agricultores de São Jorge não têm tido só apoio no setor cooperativo, têm tido apoio no setor cooperativo, nas infraestruturas agrícolas e na melhoria da produtividade dos seus produtores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então qual é o problema?!

O Orador: Agora, a verdade é: o setor cooperativo tem problemas? Tem, sim senhor! Precisam de ser atacados? Precisam, sim senhor!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então por que é que ainda não foram atacados?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A culpa é dos agricultores?

O Orador: E nós estaremos ao lado deles e ao lado dos produtores que bem precisam e estão, neste momento, a viver algumas situações bem difíceis e nós não fugimos da realidade e estaremos ao lado deles nos momentos que forem precisos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Estão há 16 anos para resolver isso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Pedroso trouxe a esta Casa, uma vez mais, uma das mais preocupantes questões que hoje existem na nossa realidade açoriana que é a crise séria que atravessa o setor cooperativo, em particular em algumas ilhas dos Açores, de economias mais frágeis, como são, por exemplo, a ilha de São Jorge e também, nomeadamente, a ilha do Pico, cujo problema também já aqui foi trazido, relativamente ao caso que se passa na Lacto Pico, que agora também é acrescido de um novo caso, que tivemos conhecimento há pouco, de a Verde Atlântico também já não pagar aos seus produtores há três meses.

Portanto, digamos, que, à medida que o tempo passa, a situação vai-se agravando e, na verdade, é preciso que se olhe para esta situação com um cuidado redobrado, sob pena de estarmos a colocar em sérias dificuldades centenas e centenas de famílias açorianas que vivem do setor primário, nomeadamente aqueles que estão relacionados com a fileira do leite.

Desde a última Sessão Plenária que aqui coloquei a questão ao Sr. Secretário da Agricultura e ao Governo Regional sobre a situação da Lacto Pico e, no espaço de um mês, houve novos episódios que denunciam que a situação que se vive na Lacto Pico tende a agravar-se e que ali persiste uma certa desorientação em termos de que rumo é que vai ser seguido na resolução da crise desta indústria.

Houve, na verdade, na sequência dessa intervenção feita aqui, no Plenário, um protocolo assinado entre o Governo e a direção da Lacto Pico que estabeleceu um conjunto de regras para a solução daquela indústria. Já depois da assinatura desse protocolo, há um ato eleitoral ao qual concorre uma direção nova que conhecia muito bem o histórico da casa e, nomeadamente, o conteúdo desse protocolo e aceita candidatar-se nessas condições, mas o que é certo é que, passado menos de um mês, a mesma direção demite-se alegando que as condições do protocolo não são comportáveis para os produtores.

Temos conhecimento que a mesma direção demissionária dá o “dito pelo não dito” e reassume a direção daquela indústria.

Eu gostava de perguntar, nomeadamente ao Sr. Secretário e ao Governo Regional, o que é que se terá passado aqui, neste espaço de um mês, para que a direção recém-eleita se tenha demitido? Que condições do protocolo é que eram alegadas de serem incomportáveis por parte dos produtores e dos sócios daquela indústria? O que é que se terá passado *a posteriori* para que essa mesma direção demissionária volte a reassumir a direção?

Não sei se o Governo tem novos compromissos para com esta indústria, se tem um conforto diferente que hoje permita que essa mesma direção demissionária volte a assumir a direção,...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor deve fazer essa pergunta é à direção!

O Orador: ... e eu gostava de ser esclarecido sobre isso, se o Sr. Secretário nos possa aqui esclarecer.

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Essa pergunta deve ser feita à direção! Isso é especulação!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Alguma coisa se passou!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rogério Veiros, nós sabemos que o Governo Socialista sendo o pai desta desgraça que se abateu sobre o setor cooperativo, o Sr. Deputado, certamente, também foi padrinho de batismo.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Portanto, quando os pais são negligentes com as crianças, cabe aos padrinhos assumir as suas responsabilidades e como verificamos que o Governo tem estado um pouco relutante em assumir a paternidade, agora estou a ver que ainda temos um padrinho desnaturado.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Portanto, está na hora dos Srs. Deputados socialistas jorgenses defenderem os interesses dos agricultores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Já agora, aproveito também para dizer que o Sr. Presidente do Governo, quando fez a sua campanha, garantiu que o setor cooperativo não iria cair.

Quanto ao facto de estar ao lado, pois, é verdade que tem estado ao lado e, por conseguinte, tem as suas responsabilidades.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Luís Silveira tinha pedido a palavra, mas já não tem tempo para intervir neste período do dia.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Apenas para pedir ao PSD que nos disponibilize dois minutos para podermos intervir neste debate.

Deputado Rogério Veiros (PS): E eu vou ficar sem tempo?!

Presidente: Tem sido prática desta legislatura que o tempo de empréstimo seria quando o debate é feito com aquela bancada.

Eu pergunto se o Sr. Deputado Luís Silveira vai interpelar a bancada do PSD? Portanto, se é algum pedido de esclarecimento à intervenção feita pelo Sr. Deputado António Pedroso? Será.

E o Sr. Deputado Duarte Freitas disponibiliza os dois minutos?

Então, o Sr. Deputado Luís Silveira tem dois minutos.

Deputado Berto Messias (PS): A regra nunca foi essa! Isso nunca se fez!

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Felicitar o Sr. Deputado António Pedroso por trazer a este Parlamento uma temática tão importante como é o setor cooperativo.

Todos sabemos, e como foi bem salientado pelo Deputado António Pedroso, aquele que é o constrangimento deste setor na região.

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor tem de se virar para ali!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está caladinho!

O Orador: O CDS-PP já trouxe, por diversas vezes, a esta Casa esta temática e esta problemática e queria dizer e reafirmar a este Parlamento que aquilo que traz a esta Casa, hoje, o PSD é uma realidade daquilo que se vive na região e uma realidade porque quando o Sr. Deputado Rogério Veiros diz que está criado um grupo de trabalho para estudar a problemática do setor cooperativo,

ainda bem que está, mas não me parece que esse grupo de trabalho vá tirar muitos resultados além daquilo que é o problema que já é conhecido por todos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, o problema existe e nós só conseguimos resolver um problema quando assumimos que esse problema existe e o Partido Socialista teima em não assumir...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Está num estado de negação!

O Orador: ... o problema que existe. E o problema que existe é dramático ao ponto de nós termos, não vou dizer famílias a passar fome, que vivem da agricultura, mas famílias que querem um euro ou cinquenta cêntimos hoje e não o têm na sua carteira. Esta é a verdade e isto não é ser dramático. E o Governo do Partido Socialista (o novo e os velhos) não se pode desresponsabilizar da sua quota-parte de responsabilidade...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e aí, Sr. Deputado Rogério Veiros, concordo consigo, as responsabilidades têm de ser repartidas por todos os intervenientes no setor, mas o Governo Regional...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino.

... tem de assumir a sua quota-parte, quota-parte essa que é muito grande, porque o senhor diz que as cooperativas que foram sobredimensionadas não foram projetadas pelo Governo do Partido Socialista. Desculpe-me a franqueza e a frontalidade, mas isso não é verdade, porque elas foram projetadas pelo Governo do Partido Socialista e basta ler as intervenções do antigo presidente do Governo Regional dos Açores aquando das suas inaugurações.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Foi do antigo secretário da agricultura que agora é presidente!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e restantes Membros do Governo:

Apenas algumas notas para reiterar aquilo que tem sido a posição do Governo nesta matéria e aquilo que tem sido também, ao longo destes meses, o acompanhamento próximo que o Governo tem feito e os progressos que têm acontecido relativamente às relações tanto com as cooperativas de São Jorge, como com a Cooperativa Lacto Pico, da ilha do Pico.

Devo dizer que foi uma das matérias que mais nos preocupou desde a primeira hora.

O Sr. Presidente do Governo já teve a oportunidade, num Plenário anterior, de referir todas as démarches que foram feitas relativamente à ilha do Pico e eu aproveito agora para fazer também...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ... uma cronologia daquilo que foi a nossa relação nos últimos meses e o seu desfecho relativamente às cooperativas da ilha de São Jorge.

No dia 16 de novembro, sensivelmente dez dias após a tomada de posse deste Governo, reuni com os dirigentes da Uniqueijo para uma primeira análise da situação que então se desenhava.

No dia 4 de dezembro, uma segunda reunião, já na ilha de São Jorge, na sede da Uniqueijo, em que foi abordada, em detalhe também, toda a situação financeira das três cooperativas que compõem a Uniqueijo para que se pudesse fazer um exame e uma programação daquilo que seriam as intervenções do Governo e a ajuda que o Governo poderia dispensar à cooperativa no imediato.

Dessas reuniões resultou a necessidade de se envolverem, como também já largamente dissemos aqui, as três partes: Governo Regional, direções das cooperativas e os seus associados, no sentido de se encontrar uma forma sustentada de resolver o problema desse setor, respeitando sempre a nossa máxima de que não iríamos passar cheques em branco, como já foi repetidamente afirmado, para pagar as dívidas resultantes da gestão dos últimos anos destas cooperativas.

Em resultado destas várias reuniões e contatos que ocorreram durante os meses de dezembro, foi apresentada à Uniqueijo uma proposta de protocolo, já no

decurso do mês de fevereiro, que reunia todos os pontos que tinham sido acordados entre nós.

Esta proposta chegou às mãos da cooperativa no dia 3 de março, já deste ano. Não acolheu ainda qualquer resposta da direção da Uniqueijo, pese embora, na passada visita estatutária, há cerca de duas semanas, concretamente nos dias 26 e 28 de março, por mais duas vezes, em longas reuniões, termos analisado detalhadamente cada um dos pontos, tendo a cooperativa ficado de, posteriormente, nos remeter uma contraproposta da reapreciação que iria fazer desse documento. Até ao momento não tivemos qualquer resposta.

O protocolo assenta naquilo que tem sido o princípio por que temos pautado a nossa atuação, ou seja, apoiar nos investimentos que promovam a reestruturação, se necessário for; apoiar a cooperativa nas negociações que terá de fazer ou que está a fazer. Também já nos envolvemos com os seus credores no sentido de, na base da confiança que estabelecemos junto dessa instituição bancária, permitir que os prazos de liquidação dos seus empréstimos fossem alargados de dez para vinte anos (isso também já foi conseguido), e permitir também disponibilizar algum dinheiro mais para poder fazer face às necessidades financeiras mais imediatas.

A instituição de crédito em causa, percebendo este envolvimento e a vontade de o Governo ajudar o setor cooperativo, criando condições para a sua sustentabilidade, tanto do ponto de vista da indústria, como do ponto de vista dos produtores associados, anuiu e já disponibilizou mais algum dinheiro, conforme, certamente, o Sr. Deputado também saberá.

De forma que, neste momento, reitero aquilo que sempre temos dito: o Governo não está mais disposto para passar “cheques em branco”, tendentes a pagar as dívidas que existem, o Governo está disposto e está ao lado das cooperativas para ajudar a encontrar soluções que garantam a produção sustentada,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já passam 8 minutos da hora regimental!

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora não há problema!

O Orador: ... que garantam o financiamento, que promova e que sustente a gestão dessas unidades industriais e também promovendo um entendimento,

que penso que é normal, entre aquilo que são os custos dessas unidades de produção e aquilo que são os custos e o rendimento dos agricultores que lá entregam o seu leite, no sentido de se encontrarem os equilíbrios que permitam a sustentabilidade deste setor.

Estes princípios foram na sua íntegra também aplicados e têm sido os indicadores que norteiam a ação do Governo no que à Lacto Pico diz respeito.

Sobre os episódios recentes, que infelizmente aconteceram na Lacto Pico, o Sr. Deputado Cláudio Lopes terá, certamente, facilidade em perguntar aos seus intervenientes.

Nós tivemos também oportunidade de conversar com a direção da Lacto Pico, recentemente, e de lhes transmitir o conforto que o Governo pode dar do ponto de vista da sustentabilidade que se pretende implementar nessa indústria.

O Governo já disponibilizou uma comissão técnica que está a acompanhar ao detalhe e semanalmente tudo aquilo que está a evoluir em termos de gestão da Lacto Pico e está também disponível, conforme já manifestou junto da direção da Lacto Pico, para ajudar na reestruturação e certificação da fábrica, por forma a que a Lacto Pico tenha uma estrutura que lhe permita, de facto, ultrapassar os constrangimentos com que, neste momento, se debate, sendo certo que os produtores da Lacto Pico, os produtores associados da Lacto Pico, os lavradores da ilha do Pico, que são produtores de leite, terão uma palavra decisiva em todo este processo.

Também foi transmitido à direção da Lacto Pico que sem produtores, sem leite em quantidade para viabilizar uma indústria não conseguimos ultrapassar esta questão. Portanto, há aqui a ter um compromisso e estamos a trabalhar nesse sentido com os produtores da Lacto Pico, com os agricultores que entregam o seu leite na Lacto Pico de que, de facto, garantam a quantidade de leite necessária à sustentabilidade dessa indústria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Eu pedia aos líderes e ao Sr. Vice-presidente que se aproximassem da Mesa, por favor.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer então o nosso intervalo para o almoço. Encerramos aqui o Período de Tratamento de Assuntos Políticos e regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Uma informação prévia, antes de entrarmos na Agenda da Reunião. Chegou à Mesa um requerimento do Bloco de Esquerda que, entretanto, já foi distribuído pelos líderes parlamentares a requerer que a Mesa procedesse ao pedido de um documento ao Conselho de Administração da SATA-Air Açores. Portanto, quer o requerimento, quer o documento em causa serão distribuídos. Estão a ser, neste momento, distribuídos. Está feita a correção. Os trabalhos de ontem terminaram no debate referente ao ponto 9 da nossa Agenda – Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Mesa ainda não tinha inscrições.

Tenho agora a informação que, de facto, o diploma ainda não tinha sido apresentado.

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para a apresentação do Projeto de Resolução.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária Regional:

A História dos Açores é marcada por um conjunto de intempéries e eventos de ordem natural que, ao longo dos séculos, moldaram de forma indelével a própria natureza e a vivência dos portugueses insulares. Não é, aliás, possível analisar a História dos Açores sem atender aos diversos fenómenos naturais que contribuíram quer para a morfologia do arquipélago quer para a própria contextualização e identidade cultural dos açorianos.

São várias as referências históricas a desastres naturais nos Açores, algumas das quais remontam ao tempo do povoamento das ilhas. Desde o relato de Gaspar Frutuoso que, entre 1439-1444, deu conta de alterações da topografia da parte oeste da ilha de S. Miguel provocada por uma erupção vulcânica nas Sete Cidades sentida, ao longo de quase um ano, pelos primeiros colonos situados na Povoação, passando pelo sismo e aluimento de terras que,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o sismo no Faial, Sr. Deputado?

O Orador: ... na noite de 21 para 22 de outubro de 1522, soterrou grande parte de Vila Franca do Campo.

Só no século XVI há registo de pelo menos seis erupções vulcânicas nos Açores, nas ilhas de S. Miguel, Pico e S. Jorge a que se juntam vários fenómenos sísmicos que provocaram várias mortes e inúmeros prejuízos.

Do mesmo modo, são vários os relatos históricos que dão conta de inundações um pouco por todas as ilhas, provocando também mortos e avultados danos materiais em habitações e estradas. Na nossa História é possível ainda encontrar vários exemplos de como as diversas intempéries originaram escassez de produtos alimentares e, conseqüentemente levaram muitos açorianos à morte.

Ao longo dos séculos, existem ainda inúmeros relatos históricos de furacões, enxurradas, ciclones, sismos, erupções vulcânicas que assolaram as nove ilhas da Região. Alguns dos eventos foram também descritos ou referenciados por várias obras literárias ou romances populares e que marcam, de forma inquestionável, a literatura açoriana.

Os Açores são, por isso, uma permanente construção da natureza.

No século XX, com eventos mais presentes na nossa memória, destacam-se o Terramoto da Horta, em 1926, o Vulcão dos Capelinhos, aqui na cidade da

Horta, em 1957, o sismo de 1980 que assolou a Terceira, São Jorge e a Graciosa, o escorregamento de terras na Ribeira Grande, em São Miguel, em 1997, o sismo sentido no Faial, Pico e S. Jorge, em 1998.

Nestes últimos casos, a solidariedade nacional, como se impunha, ficou patente na imediata resposta dos governos nacionais que cedo disponibilizaram todo o apoio necessário para fazer face aos prejuízos registados.

Os efeitos destas catástrofes são profundamente agravados devido às nossas especificidades, à nossa localização e à nossa condição arquipelágica.

O isolamento geográfico e a ausência demasiado frequente de uma efetiva responsabilidade nacional levaram a que durante muitos séculos os Açores conhecessem um profundo atraso infraestrutural e os açorianos desconhecessem, de facto, o sentido da solidariedade nacional.

Desde a implementação do regime autonómico atual, em 1976, que a região conheceu profundas mudanças. Aliás, o ensejo autonómico encontra profundas raízes na convicção de que só através da livre administração dos Açores pelos açorianos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é que é verdade!

O Orador: ... era possível contrariar o abandono a que a região esteve votada.

Faço esta referência e este enquadramento histórico precisamente para confirmar que, como as Sras. e os Srs. Deputados sabem, infelizmente a história dos Açores confunde-se com a história de inúmeras catástrofes naturais.

Infelizmente, no passado dia 14 de março, e em resultado de forte, contínua e invulgar precipitação, os açorianos foram, novamente, confrontados com uma intempérie que provocou o aluimento de terras que originou, como se sabe, a morte de 3 pessoas na freguesia do Faial da Terra, em S. Miguel.

Além da irreparável perda de vidas humanas, a intempérie provocou ainda avultados danos materiais em várias ilhas dos Açores com principal expressão na freguesia do Porto Judeu, na ilha Terceira. Os prejuízos de então foram calculados em cerca de 35 milhões de euros.

Face à dimensão do sucedido, o Governo dos Açores solicitou ajuda ao Governo da República, em nome da solidariedade nacional, conforme, aliás, está previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

No Conselho de Ministros do passado dia 27 de março, o Governo da República aprovou “uma resolução sobre os mecanismos destinados a minimizar as consequências das intempéries que, no dia 14 de março de 2013, provocaram danos significativos no arquipélago dos Açores”.

Estes mecanismos destinam-se a permitir que os municípios afetados ultrapassem os limites de endividamento líquido e de endividamento de médio e longo prazo, pelo valor estritamente necessário à contração de empréstimos para financiamento das intervenções necessárias à reposição das infraestruturas e equipamentos municipais atingidos.

O comunicado do Conselho de Ministros reitera ainda que “cabe às autoridades regionais competentes proceder à identificação das situações enquadráveis no âmbito desta medida excecional, competindo à Direção-Geral das Autarquias Locais o acompanhamento da aplicação do disposto nesta resolução, mediante articulação com as autoridades regionais competentes”.

Sras. e Srs. Deputados, a resposta do Governo da República à situação invulgar ocorrida nos Açores representa, quanto a nós, por um lado, um retrocesso incompreensível e, por outro, um lamentável equívoco que urge corrigir.

Não faz sentido que o mesmo governo adote, perante situações semelhantes, uma lamentável dualidade de critérios conforme se pode atestar no modo como, por exemplo, e bem, reagiu ao infortúnio ocorrido na Região Autónoma da Madeira, quer aquando das cheias e enxurradas, quer aquando da vaga de incêndios naquele arquipélago.

Por outro lado, a Resolução emanada do Conselho de Ministros parece não ter em consideração que a maioria dos estragos provocados nos Açores (cerca de 90%, conforme levantamento efetuado) ocorreu em zonas da responsabilidade do Governo Regional pelo que a deliberação referente aos municípios não corresponde às efetivas necessidades resultantes da intempérie.

A medida anunciada pelo Conselho de Ministros não tem, em boa verdade, qualquer efeito prático para além de, quando a nós, ser uma provocação intolerável aos Órgãos próprios da Autonomia e, diga-se, um insulto à inteligência dos açorianos.

O Governo da República aproveitou a Páscoa para seguir o exemplo de Pôncio Pilatos,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essas analogias bíblicas!

O Orador: ... lavando as mãos das responsabilidades que tem de assumir e voltando as costas aos açorianos.

Como é sabido, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso aliada também à forte contração do crédito bancário restringe em muito a capacidade de endividamento do poder local.

Além disso, o Governo da República, com esta Resolução do Conselho de Ministros, tenta dar a ideia de que criou um mecanismo de apoio, mas recusa-se a despende um único cêntimo para ajudar a nossa Região e para ajudar as populações atingidas.

É, no mínimo, estranho que a medida apresentada pelo Governo da República pois cerca de 90% dos prejuízos causados pelas intempéries ocorreram, como já referi, em infraestruturas da Região, como estradas regionais, caminhos agrícolas, habitações, que são, como se sabe, da competência jurídico-constitucional do poder regional e não do Poder Local.

De referir ainda, porque é pertinente a este propósito, aquilo que foi afirmado publicamente pela Associação de Municípios da Região Autónoma quando, através de posição pública, “recusa este tipo de medida paliativa, que não se coaduna com a realidade e proporção dos acontecimentos do passado mês de março, demonstrando uma dualidade de critérios no que concerne à forma de tratamento do poder central para com as diversas regiões e zonas do país atingidas por intempéries. Esta tipologia de medidas, afirmava ainda a Associação de Municípios, põe em causa os princípios constitucionais do Estado Unitário e de Direito Democrático, relegando igualmente para segundo plano os princípios de igualdade e justiça que formatam o quadro

constitucional. Infelizmente, o atual Governo da República mostra mais uma vez através da sua atuação que existem cidadãos de segunda e cidadãos de primeira, revelando uma total insensibilidade para com as açorianas e açorianos afetados por realidades climatéricas imprevisíveis”. Fim de citação do comunicado de AMRA.

Sras. e Srs. Deputados, é, pois, fundamental que se perceba que os principais atingidos não são o Poder Regional, não é o Governo dos Açores, nem é o Poder Local açoriano, mas sim os açorianos, que gozam de pleno direito constitucional, que têm o regime de cidadãos da República Portuguesa, e que, com mais ou menos danos pessoais e materiais, mais uma vez foram, infelizmente, vítimas da natureza e da sua circunstância geográfica ultraperiférica e insular.

Estamos pois perante uma medida cuja eficácia é dúbia e que certamente não terá qualquer impacto positivo na resolução dos problemas causados.

Esta é, pois, uma matéria que exige grande seriedade e grande responsabilidade e que não se coaduna com posicionamentos ou táticas político-partidárias.

Com esta decisão e com esta postura, o Governo da República mostra, mais uma vez, que trata os açorianos como portugueses de segunda,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... recusando-se a aplicar os mais básicos princípios de solidariedade nacional que se impõem nesta matéria.

É por isso que o Partido Socialista entende ser pertinente uma pronúncia conjunta deste Parlamento, afirmando politicamente a importância e a necessidade da solidariedade nacional justa nesta matéria.

Desta forma, apresentamos aqui um Projeto de Resolução que pretende intervir em três matérias.

Em primeiro lugar, pretendemos solicitar, em nome deste Parlamento, ao Governo da República que ajude os Açores e os Açorianos a fazer face aos prejuízos decorrentes das últimas intempéries que assolaram a nossa Região, estimados em cerca de 35 milhões de euros, criando, ao abrigo do artigo 48º, n.º 1 da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, os instrumentos de apoio

financeiro necessários para materializar essa ajuda. Em segundo lugar, apelamos ao Senhor Presidente da República que interceda junto do Governo da República para garantir o apoio aos Açores, em nome de um Estado que afirma a coesão nacional como um princípio determinante da identidade do Estado Português, e acreditamos que o Senhor Presidente da República, que já visitou todas as ilhas dos Açores, que conhece as nossas especificidades, terá a sensibilidade necessária para interceder junto do Governo da República relativamente a esta matéria e relativamente ao mais básico princípio da solidariedade nacional. Em terceiro lugar, dar conhecimento também desta resolução à Senhora Presidente da Assembleia da República e a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, para que usem os instrumentos formais e legais para garantir o apoio aos Açores nesta matéria. Julgamos, assim, Sras. e Srs. Deputados, que a atitude do Governo da República nesta matéria é inaceitável e incompreensível.

Os açorianos não são portugueses de segunda. Merecem ser respeitados, sobretudo numa matéria como esta.

Não é nossa intenção atacar o Governo da República,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não fez outra coisa!

O Orador: ... queremos apenas afirmar a injustiça que decorre desta atitude de ignorar o nosso apelo. E não se julgue que conseguem enganar os açorianos afirmando que disponibilizaram os mesmos meios que disponibilizaram à Madeira, aquando das catástrofes que lá ocorreram. Isso não é verdade! Aliás, é fácil comprovar isso, quer por aquilo que consta na Lei Orgânica 2/2010, que fixou os meios que asseguraram o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução da Madeira na sequência da intempérie de fevereiro de 2010, é certo que noutra escala, mas é certo também que, e bem, o Governo da República imediatamente acionou todos os mecanismos de apoio e de solidariedade nacional para ajudar aquela Região Autónoma e também é possível comprovar esta dualidade de critérios vendo a Resolução do Conselho de Ministros n.º. 64/2012, que definiu os mecanismos de apoio para fazer face

aos prejuízos da vaga de incêndios que, infelizmente, assolou a Região Autónoma da Madeira.

Sras. e Srs. Deputados, queremos e pretendemos com esta proposta que se faça justiça, afirmando politicamente a importância da defesa do princípio da solidariedade nacional, que é também o cumprimento daquilo que consta na Lei das Finanças das regiões autónomas e esperamos, naturalmente, que todos os partidos com assento nesta Casa possam estar ao lado do partido Socialista e possam estar ao lado do Governo dos Açores na defesa desta matéria.

Não está em causa, de todo, qualquer instrumentalização ou aproveitamento político-partidário de uma matéria tão séria e tão importante para os Açores, está sim em causa a defesa dos interesses da nossa região e a defesa, sobretudo, das populações que foram, mais uma vez e infelizmente, atingidas pelas calamidades do último mês de março.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) Deputado Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A atividade política deve ser sempre exercida com ética e com seriedade.

Deputados Artur Lima (CDS-PP), Cláudio Almeida e António Marinho (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sobretudo nos tempos que correm, essa obrigação torna-se uma exigência permanente.

Os cidadãos estão cada vez menos disponíveis para assistir e aceitar ver a atividade política primordialmente transformada em guerrilha só porque se está em campo partidário que não é o da sua simpatia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este projeto de resolução apresentado pelo Partido Socialista corresponde a uma preocupação justa e que merece a nossa concordância.

Discordamos da decisão do Governo da República tomada em Conselho de Ministros.

Entendemos que a deliberação do Governo da República não corresponde às obrigações que se lhe exigem no âmbito da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Entendemos que a deliberação do Governo da República é profundamente desadequada à realidade concreta do que sucedeu nos Açores, onde os prejuízos verificados ocorreram sobretudo em infraestruturas regionais e não tanto em autárquicas.

Por isso, consideramos que a decisão do Governo da República é injusta e inapropriada.

Aceitamos, de boa-fé, que o valor global dos estragos, estimado pelo Governo Regional em cerca de 35 milhões de euros, é um valor verdadeiro e correto.

Finalmente, nós concordamos com a ideia de que esta Assembleia se pronuncie, por iniciativa própria, sobre esta situação e sobre esta decisão do Governo da República.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Por tudo isso vamos, convictamente, dar o nosso voto favorável à parte resolutive desta iniciativa.

Apenas lamentamos que, apesar da potencial consensualidade deste assunto e da sua importância, os proponentes não tenham sido capazes de resistir, como aqui se ouviu, à tentação fácil de usar em algumas passagens dos considerandos uma terminologia que consideramos excessiva e que não enobrece a posição de uma instituição como é esta Assembleia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piões.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de pronúncia por iniciativa própria desta Assembleia sobre as calamidades que se abateram durante o mês de março, na Região Autónoma dos Açores, que provocaram não só avultados prejuízos materiais, mas também a morte de três concidadãos nossos, a Representação Parlamentar do PCP irá dar o seu apoio inequívoco a esta iniciativa e dizer ainda o seguinte.

Nós dissemo-lo aqui, no último Plenário, que o PCP estaria ao lado do Governo Regional, porque estaria ao lado do povo açoriano e faria tudo aquilo que fosse possível na República, e até no Parlamento Europeu, para que os mecanismos de apoio fossem acionados, porque se trata, de facto, de mecanismos de apoio que estão previstos, não se trata de estarmos a solicitar uma coisa a que não tenhamos direito. Temos direito, está previsto na lei e, portanto, é isso que nós estamos a solicitar. Não estamos a solicitar propriamente nenhuma esmola.

Eu penso que será do conhecimento de todos, e relativamente até aqui a um desafio que é feito nesta pronúncia, que é o ponto 3, “dar conhecimento aos grupos parlamentares para que possam utilizar os meios regimentais na República ao seu dispor para que esta questão seja resolvida”, mas gostaria de informar que, no dia 27 de março de 2013, o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República fez entrar um Projeto de Resolução em que recomenda ao Governo da República que, nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei Orgânica 1/2007, de 19 de fevereiro, alterada pela Lei Orgânica 1/2010, de 23 de março, acione, em articulação com o Governo Regional dos Açores, os mecanismos de apoio extraordinário à reparação dos prejuízos provocados pelas intempéries.

Portanto, pela parte do PCP, e no que concerne até a Assembleia da República, já o fizemos.

Os deputados do Parlamento Europeu eleitos pelas listas da CDU, João Ferreira e Inês Zuber, também já questionaram a comissão sobre os mecanismos de apoio relativamente a esta questão.

Eu julgo que será, de facto, consensual. Trata-se aqui de acionar um mecanismo que está previsto na lei e, face até à posição do PSD, eu fazia aqui um apelo ao líder do PSD-Açores que junto dos seus deputados na República os influencie de algum modo para que esta situação seja resolvida a contento e a bem dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista convoca este Parlamento a pronunciar-se por iniciativa própria pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a nossa região recentemente.

O Bloco de Esquerda está aqui para dizer presente. Já o disse publicamente e repito agora. Houve um tempo, não muito distante, em que por mais de uma vez fomos todos e todas madeirenses e fomos todos e todas continentais. Aliás, se há populações que compreendem bem o conceito de solidariedade e de entreatajuda a que todos são convocados como forma de minimizar as tragédias resultantes de catástrofes naturais que inesperadamente teimam em flagelar esta região, mais vezes do que todos e todas quereríamos, se há populações que compreendem bem o conceito de solidariedade e de entreatajuda, dizia eu, são exatamente as populações de cada uma das nove ilhas do nosso arquipélago, a Região Autónoma dos Açores.

Também por tudo isto, esta era, esta é e este é o tempo de sermos todos açorianos e se esta poção solidária não brotar naturalmente das consciências de quem governa um estado constitucionalmente tido como unitário, com regiões autónomas, aí está a lei para o chamar à razão e lhe impor o dever de respeito e solidariedade nacional a que pretende fugir, e a lei, último e permanente reduto de um estado de direito democrático que, embora parecendo que vive numa

situação de estado de sítio, na realidade não é o caso, vigora na sua plenitude e obriga na sua clareza.

Permitam-me que leia, aos açorianos e açorianas, ainda que sucintamente, as partes fundamentais quer do artigo 48º da Lei de Finanças Regionais em vigor, nº. 1, que claramente diz, “A solidariedade nacional vincula o Estado a apoiar as regiões autónomas em situações imprevistas resultantes de catástrofes naturais e para as quais estas não disponham de meios financeiros”, quer o ponto 2 do artigo 225º, da nossa Constituição, que diz, “A autonomia das regiões impõe o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses”.

Para o Bloco de Esquerda é absolutamente inqualificável - a qualificá-la chamar-lhe-ia escandalosa, ultrajante, no mínimo, e fico-me por aqui para não ferir os ouvidos mais sensíveis das Sras. e dos Srs. Deputados das diferentes bancadas - a decisão do Governo da República em faltar a esta obrigação constitucional, tal como é infame a sua tentativa canhestra em disfarçar esta falta, permitindo aos municípios açorianos, de forma generosa (os municípios afetados pelas intempéries do dia 14 do mês passado) que ultrapassem os limites de endividamento líquido pelo valor estritamente necessário à contratação de empréstimos para o financiamento das intervenções necessárias à reposição das infraestruturas e equipamentos municipais atingidos.

Tanta generosidade, Sras. e Srs. Deputados, é de “fazer chorar as pedras da calçada”!

Aquando desta decisão, saberia muito bem o Governo da República que 90% dos prejuízos ocorreram em infraestruturas regionais, ou seja, dependentes do Governo Regional e não das autarquias.

Neste caso em concreto, não falta só a solidariedade nacional, constitucionalmente consagrada, falta sobretudo ao Governo da República seriedade, responsabilidade e respeito pela Região Autónoma dos Açores e pelas suas populações.

Que este Parlamento se pronuncie por iniciativa própria, repudiando tanta hipocrisia política, é um dever a que nenhum deputado ou deputada desta Casa pode ou deve faltar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Senhora Presidente da Assembleia; Senhoras e Senhores Deputados; Senhor Presidente do Governo; Senhora e Senhores Membros do Governo;

Como Açoriana e acima de tudo como Povoacense não poderia deixar de fazer algumas observações sobre o descontentamento que os Açorianos e, nomeadamente, os Povoacenses sentem em relação às medidas tomadas pelo Governo da República para fazer face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram recentemente os Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Oh my god!*

A Oradora: A Região foi severamente fustigada pela força da Natureza, tendo, infelizmente, para além dos imensos danos materiais registados em diversas ilhas, causado a irreparável perda de três vidas na freguesia do Faial da Terra, Concelho da Povoação.

Atenta a dimensão da tragédia, é lamentável e incompreensível que o Governo da República num momento em que devia imediatamente dar a mão aos Açorianos, prontificando-se assim para prestar toda a ajuda necessária, se tenha limitado a aprovar uma resolução em sede de Conselho de Ministros, alegadamente para minimizar as consequências das intempéries, que unicamente possibilita que os municípios afetados ultrapassem os limites de endividamento.

Esta decisão do Governo da República é tomada de uma forma ligeira, fria e atentatória do elementar princípio da solidariedade nacional, pelo que choca qualquer pessoa minimamente esclarecida.

Quanto à forma ligeira, impõe-se perguntar: Desde quando é que o Governo da República, através de uma mera Resolução do Conselho de Ministros, tem

competência para alterar Leis aprovadas na Assembleia da República, como é o caso da Lei dos Compromissos e da Lei das Finanças Locais?

Quanto ao resto, muito se lamenta que este Governo da República tenha optado por lavar as mãos das suas responsabilidades, em vez de seguir – como era seu dever – o exemplo de governos anteriores que canalizaram todas as suas forças e competências para minorar o infortúnio ocorrido aos nossos irmãos da Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de fevereiro de 2010.

Assim, resta-nos dizer bem alto: Chega, Sr. Primeiro-Ministro! Fique lá com a sua desorientação, mas faça o favor de nos conceder o respeito que merecemos.

Podemos ser pequenos, mas não somos parvos!

Muito obrigado.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que a Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico irá votar favoravelmente este Projeto de Resolução.

Nós, nesta matéria, não confundimos uma decisão errada do Governo da República com aquele que é o sentimento profundo do povo português.

Consideramos que esta decisão (que é uma decisão muito fria, do ponto de vista administrativo) é uma decisão que não respeita a lei, mas sobretudo, e mais importante do que as leis, que são passageiras, não respeita aquela que é a identidade profunda do povo português, que é um povo profundamente solidário.

Portanto, esta medida não corresponde à identidade nacional, não corresponde àquela que é sempre a predisposição de todos os portugueses para auxiliarem as diversas parcelas do território nacional que se encontram na maior dificuldade.

É um erro que manchará para sempre a história do povo português, porque este tipo de episódios nunca se esquecem. Este tipo de episódios nunca se esquecem!

Faltar à solidariedade num momento destes é algo grave e que fica registado e é um mau registo para a solidariedade nacional, é um mau registo para a história de Portugal.

Devo dizer que nós somos o povo que inventou as misericórdias, nós somos o povo que inventou as formas mais avançadas de solidariedade com os mais desfavorecidos. Nós somos um povo que tem uma identidade muito forte do ponto de vista da interajuda, e é isso que explica os nove séculos que esta nação tem de sobrevivência num continente devastado por tantas guerras, em que tantas nações já surgiram e desapareceram. Nós estamos aqui ao fim de tanto tempo, porque sempre nos soubemos auxiliar e sempre soubemos ser solidários uns com os outros.

Devo dizer, por isso, que esta medida é uma medida pequenina de quem pensa curto, de quem pensa numa conjuntura muito curta, que é o pensar apenas nesta conjuntura.

Portugal já existia muito antes desta crise e vamos ter muitos séculos depois desta crise, mas este momento de falta de solidariedade é um momento grave. Portanto, deixamos aqui a condenação inequívoca à decisão do Governo da República e consideramos até que, do ponto de vista político, esta Assembleia deve fazer tudo para que o Governo da República seja confrontado com as suas responsabilidades e que cumpra a lei, mas que cumpra sobretudo aquilo que eu não tenho dúvidas que é a vontade da nação portuguesa de auxiliar os açorianos, de auxiliar a Região Autónoma dos Açores num período de maior dificuldade.

Eu tenho a certeza que mais tarde ou mais cedo nós seremos chamados a auxiliar qualquer outra zona do país numa outra conjuntura de maiores

dificuldades, e eu tenho a certeza que, como sempre, ao longo destes 600 anos, os Açores dirão, como sempre disseram: “Presente”.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente do Governo, demais Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, lamentar a perda de vidas humanas, de prejuízos materiais e profunda tristeza desse dia e dessas intempéries.

Em segundo lugar, reconhecer a celeridade e a prontidão com que o Governo Regional dos Açores, o Sr. Presidente do Governo, se disponibilizou para nos facultar a carta que foi mandada ao Sr. Primeiro-Ministro, carta onde, aliás, o Sr. Presidente do Governo é corretíssimo na exposição dos motivos que o levam a pedir a ajuda e a solidariedade nacional, com os quais concordamos na totalidade. Presumo que esta conta está feita e bem-feita.

Eu gostaria, sobretudo, de realçar um aspeto da carta do Sr. Presidente do Governo quando diz que “o Governo Regional se disponibiliza para esclarecimentos adicionais junto de quem o Governo da República entender indicar como interlocutor sobre esse assunto e podermos, em conjunto [o Governo Regional em conjunto com o Governo da República], operacionalizar a solidariedade nacional que lhe propõe”.

Esteve mal o Governo da República, pelos documentos que tenho, ao responder laconicamente a esta carta em vez de se encetar um diálogo, e quando digo um diálogo, não é um diálogo por carta.

A situação é grave e que exigia, em primeiro lugar, e perante esta disponibilidade de abertura do Governo Regional, uma abertura, eu diria, mais humana, do Governo da República para com os açorianos. Não é para com o Partido Socialista nem para com o Governo, era para com os açorianos, para com os portugueses, e isso exigia humanismo e não um tratamento de uma resolução do Conselho de Ministros que apesar de dizer que está disponível para apoiar e atuar com todos os instrumentos legais disponíveis, ao fim e ao

cabo, isso não se veio, infelizmente, a verificar. Isso é lamentável e todos nós devemos estar unidos nessa busca do diálogo positivo e profícuo a favor das populações e dos açorianos.

Mas também, “quem não se sente não é de boa gente” e tem que, como diziam aqui, há bocado, nestas coisas haver seriedade, ética, frontalidade. Não se pode num dia apelar ao diálogo e no outro dia insultar. Isso também não contribui nada para aprofundar o tal diálogo e o tal humanismo que se justificava nestas questões. E sobretudo também, em caso de catástrofes tristes e graves como foram estas, ninguém devia aproveitar isso para fazer política. Ninguém se devia servir do sofrimento dos outros para fazer política. Ninguém! Por isso, Sr. Presidente do Governo, toda a solidariedade e todo o apoio que da nossa parte é possível, também o faremos, dentro das nossas possibilidades, ao Governo Regional dos Açores, para que se estabeleça um diálogo profícuo entre o Governo dos Açores e o Governo da República, de maneira a ultrapassarmos este impasse, de maneira a chegarmos a um ponto de ajuda efetiva em que ambos os governos possam colaborar para resolver o problema e a aflição das pessoas e esperamos que, com a pronúncia desta Assembleia, sem dramatismos, mas também sem insultos, o Governo da República e o Sr. Presidente da República possam ser sensíveis ao primeiro órgão da autonomia.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Estamos, então,...

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Serei muito breve, naturalmente, saudando o consenso em torno desta questão, o que, aliás, seria expectável.

Não tenho a mínima dúvida que qualquer deputado desta Casa, qualquer partido aqui representado está tão preocupado e tão empenhado como o Partido

Socialista em contribuir ativamente para contornar esta questão e este impasse relativamente à não intenção do Governo da República de despoletar os mecanismos referentes à solidariedade nacional necessários, aliás como consta da lei relativamente a esta matéria.

Mas não poderia deixar de voltar a pedir a palavra, tendo em conta a referência e uma afirmação que foi feita pelo Sr. Deputado Costa Pereira. Apesar da estima e do apreço que tenho por si, não poderia ficar calado quando diz que algumas afirmações proferidas por mim na apresentação deste diploma ou algumas referências que estão no preâmbulo desta resolução não dignificam esta Casa.

E, portanto, queria, naturalmente, recusar frontalmente essa afirmação e essa acusação, até porque, em boa verdade, não disse e não concretizou aquilo a que se referia, mas não podia deixar de fazer esta referência para recusar frontalmente essa afirmação e essa acusação que faz ao proponente desta proposta, passo o pleonasma.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tínhamos ficado tão bem, se não fosse essa intervenção final.

Eu acho que nesta Câmara não temos iletrados nem surdos e, portanto, todos lemos o texto que o Partido Socialista aqui apresentou e todos ouvimos as vossas palavras aqui ditas.

Não preciso de repetir, porque toda a gente conhece e toda a gente ouviu aquilo que os senhores aqui disseram claramente contra o Governo da República, de uma forma que nós consideramos excessiva e que, posta num texto que é para ser enviado, na nossa opinião, não dignifica a Assembleia, não dignifica os Açores,...

Deputada Berta Cabral (PSD): Os açorianos!

O Orador: ... porque, Sr. Deputado, não basta termos razão, às vezes a forma como dizemos as coisas e as palavras que escrevemos fazem-nos perder essa razão.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E, Sr. Deputado Berto Messias, com toda a consideração que tenho por si e pelo Grupo Parlamentar que o senhor lidera, devo-lhe dizer que compare aquilo que é o vosso texto com a notável carta que o Sr. Presidente do Governo escreveu ao Primeiro-Ministro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Veja a diferença! Veja a diferença!

E digo-lhe mais, Sr. Deputado. Não basta um dia vir aqui, como veio, e muito bem, o Sr. Deputado Miguel Costa dizer que os Açores, mais do que guerrilha partidária, precisam de consensos e depois, no dia a seguir, fazer tudo e querer criar todas as condições para ser ao contrário.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está!

Deputado Francisco César (PS): Os senhores querem que nos ajoelhemos, mas isso não fazemos!

O Orador: Nesse jogo, nós não vamos, porque são os interesses dos Açores, dos açorianos e das pessoas que sofreram que estão em causa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo...

Deputado Berto Messias (PS): Tendo em conta o que está em causa, não vou responder como o senhor merecia!

Presidente: Sr. Deputado!

Não havendo mais inscrições, vamos, então, passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos, então, na nossa Agenda da Reunião para o ponto 10, com o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão...**

Sr. Deputado Duarte Freitas, pediu a palavra para?

Tem a palavra para uma declaração de voto.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos, por favor.

Presidente: De 15 minutos?

Deputado Duarte Freitas (PSD): De 30 minutos.

Presidente: De 30 minutos.

Regressamos, então, às 16h25m.

Eram 15 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 32 minutos.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos, então, entrar no ponto 10 da Agenda de Trabalhos (**Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 28/X – “Recomenda ao Governo que proceda às**

negociações necessárias com as organizações representativas dos trabalhadores das empresas do grupo SATA, evitando a realização das greves previstas”).

Para apresentar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa da Representação Parlamentar do PCP é um projeto de resolução que visa recomendar ao Governo Regional que dê instruções à administração da SATA para que possa conduzir ao diálogo entre a empresa, a administração da empresa, e também a plataforma de sindicatos que tem subscrito um pré-aviso de greve para duas datas próximas.

Julgo que relativamente à urgência, ela justifica-se, exatamente, pelo facto de nos estarmos a aproximar rapidamente das datas do pré-aviso de greve e também pela necessidade de que seja encetado um diálogo que possa, eventualmente, resolver o problema.

Portanto, julgo que a urgência tem toda esta pertinência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O n.º 2 do artigo 146º define que cada grupo e representação parlamentar tem agora o direito de intervir no debate por tempo não superior a 10 minutos.

Estão, assim, abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos, então, passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, avançamos, assim, para o ponto 11 da Agenda (**Projeto de Resolução n.º 28/X – “Recomenda ao Governo que proceda às negociações**

necessárias com as organizações representativas dos trabalhadores das empresas do grupo SATA, evitando a realização das greves previstas”).

Para a apresentação do diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Quero, antes de mais, registar que esta iniciativa que agora se começa a discutir já produziu alguns efeitos, ou seja, a esta hora estão reunidos o Conselho de Administração da SATA com a Plataforma de Sindicatos que subscreveu o pré-aviso de greve.

Esta disponibilidade ontem manifestada pela Administração da SATA, à qual a Plataforma Sindical prontamente respondeu, só peca por tardia, pois, como sabemos, e independentemente do desfecho que vier a ter a negociação em curso, os prejuízos diretos e indiretos para a economia regional já se começaram a verificar e a responsabilidade por esses prejuízos terá de ser assacada, por inteiro, ao Conselho de Administração da SATA e ao Governo Regional que a tutela.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Temos assistido, em relação a este assunto da greve da SATA, a uma campanha de mistificação e manipulação da opinião pública açoriana de dimensões inauditas. Uma campanha em que a Administração da SATA contou, muitas vezes, com a cumplicidade ativa de vozes que tinham a obrigação de ser imparciais e objetivas.

Uma campanha despudorada que procurou humilhar publicamente os trabalhadores da SATA e os seus sindicatos e virar contra eles a opinião dos açorianos.

Aos trabalhadores da SATA, chamaram-lhes privilegiados, chamaram-lhes inconscientes e insensíveis, chamaram-lhes irresponsáveis, chamaram-lhes tudo, substituindo a discussão dos problemas e das ideias para os resolver pelo

insulto e pela confusão desinformada. Das verdadeiras razões do seu protesto, pouco ou nada se falou publicamente.

E é importante que se saiba o que está em causa porque, afinal, a questão central que levou estes trabalhadores a unirem-se e a lutarem foi o facto de recusarem serem trabalhadores de segunda, quando comparados com os trabalhadores da sua congénere, ou seja, a companhia aérea pública TAP.

Afinal, estes trabalhadores lutam apenas por manter a igualdade em relação aos trabalhadores da TAP. O que está em causa é a sua dignidade enquanto profissionais mas, também, a dignidade da companhia aérea dos Açores, a SATA.

Um valor que este Governo Regional, mais troikista que Passos Coelho, não quer defender.

Deputado Francisco César (PS): Isso é lamentável! Nem o senhor acredita nisso!

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Governo Regional escuda-se numa suposta ilegalidade do entendimento entre a Administração da TAP e a Plataforma Sindical para não estender os termos desse entendimento aos trabalhadores da SATA.

Bem, julgamos que o Governo Regional conhece também como todos os Partidos com assento neste parlamento a declaração escrita dos Secretários de Estado da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, confirmando a legalidade do “Entendimento de Princípio”. Não há qualquer dúvida que, neste caso, se é lícito para uns, por maioria de razão é, lícito para outros.

Por outro lado, se mais provas quiséssemos, aí está a Remuneração Compensatória que cobre parte dos cortes salariais que foram aplicados aos trabalhadores do setor público. Em relação a esta compensação, o Governo Regional já não vê nenhum problema, aliás foi uma medida justa, uma medida que louvamos, uma medida que apoiamos e, por isso, louvamos o seu promotor, ou seja o Governo Regional.

Mas em que ficamos, Senhoras e Senhores Deputados?

Não nos parece que o argumento da ilegalidade faça vencimento. Para nós não passa de uma justificação espúria que mais não visa do que confundir a opinião pública.

O Governo faltou à verdade quando afirmou que os sindicatos não queriam negociar. Os factos estão aí a demonstrar que à anunciada disponibilidade manifestada pela Administração da SATA os trabalhadores responderam e estão sentados (julgo que ainda estarão sentados a esta hora) à mesa das negociações. Independentemente de se considerar que a razão assiste ou não aos trabalhadores da SATA, a verdade é que o Governo não se deveria limitar a ficar de braços cruzados, apelando aos outros para que tenham uma consciência que o próprio Governo, neste caso, demonstrou não ter.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução apresentado pelo PCP, que recomenda ao Governo Regional que proceda às negociações necessárias com as organizações representativas dos trabalhadores das empresas do Grupo SATA, evitando a realização das greves previstas, traz-me à memória não uma frase batida, mas uma frase bem conhecida de um autor célebre que diz assim:

“Do rio que tudo arrasta se fiz que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o oprimem”.

E vou passar a explicar porquê.

Na linha dos PEC's de má memória, o Memorando da troika - assinado pelo PS, com a solidariedade ativa do PSD e do CDS - transformou-se numa desgraça para o país e, em particular, para os/as trabalhadores/as e para quem vive do seu salário ou pensões.

Numa chantagem sem precedentes e a partir de uma premissa falsa - a célebre tese de que não havia dinheiro para salários e pensões - e sob a ditadura da dívida, desencadeou-se um ataque furioso e revanchista sobre os direitos de quem trabalha, a par do lançamento do país numa recessão brutal, que tem como resultado mais de 1 milhão de desempregados/as.

É, pois, bom lembrar que o Memorando não é só a dívida, o Memorando é também o empobrecimento dos/as portugueses/as, é o ataque aos serviços públicos - saúde e educação, em particular - e é a dádiva ao capital financeiro do que restava de público de empresas estratégicas.

Perante esta aliança nacional, em comunhão com as forças do capital financeiro internacional, os/as trabalhadores/as portugueses/as têm lutado pela preservação das suas condições de vida e, perante forças tão poderosas, a sua resistência tem sido tenaz, tendo conseguido erguer barreiras a este ataque desenfreado.

É neste contexto que se erguem os trabalhadores/as da SATA, em defesa dos seus direitos e condições de vida e, por esta coragem, o BE saúda-os/as de forma calorosa.

Rejeitamos, de forma firme, a campanha de que estes/as trabalhadores/as estão a ser alvo, por parte dos poderes instalados, na Região, numa campanha mediática que visa o seu isolamento, invertendo de forma infame o réu desta história.

Quem pretende tirar os direitos alcançados pelos/as trabalhadores/as é que são os verdadeiros réus e não estes, que defendem os seus direitos.

Portanto, a responsabilidade dos prejuízos da greve anunciada tem de ser imputada ao Governo da República e ao Governo Regional e nunca aos/as trabalhadores/as. Mas, como sempre, os mais fracos, depois de espoliados, são acusados de tudo e mais alguma coisa.

Mas este caso tem, ainda, contornos mais obscuros, porque ocorre num quadro de nebulosa e de secretismo, nas relações entre os governos regional e da república. Quadro incompreensível e contraditório, que tornou reféns os/as trabalhadores/as da SATA.

Se não, vejamos: Como se explica que um acordo que é legal, na República, seja ilegal - à luz da mesma lei - na Região Autónoma dos Açores?

E já agora, concreta e objetivamente, onde está a ilegalidade ou as ilegalidades deste acordo?

E já agora, por que é que o Governo da República não se deu ao trabalho de responder, pronta e claramente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porque não tem de responder!

A Oradora: ... ao pedido de esclarecimento endereçado pelo Governo Regional?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto não é um governo civil, é um Governo Regional!

A Oradora: Como se explica que, na prática, a atual teimosia do Governo Regional redunde no empobrecimento de um sector de trabalhadores/as? Facto que, aliás, não se coaduna com o discurso, esta semana e aqui, ouvido, contra a política de empobrecimento generalizado imposta pelo governo PSD/CDS.

Foi, exatamente, por causa destas dúvidas que o BE requereu esclarecimentos, sobre esta matéria, ao Governo da República, em requerimento enviado no dia 11 deste mês.

Porque, como diz o povo, a mais das vezes, “onde há fumo, há fogo”.

E nós perguntamos, não poderá ser o ‘fogo’ a existência de negociações escondidas para a privatização da SATA?

É que a diminuição dos salários dos/as trabalhadores/as da SATA torna esta empresa mais apetecível para os eventuais interessados na sua privatização.

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: Pelo contrário, a luta conjunta dos trabalhadores da aviação civil e a sua vitória (ainda que parcial) prejudica os negócios secretos.

Por tudo isto, o Bloco de Esquerda exorta os/as trabalhadores/as da SATA, na defesa dos seus direitos, a não se deixarem abater pela chantagem de que estão a ser alvo, pois a vossa luta - caso o Governo Regional e a Administração da SATA não cedam - não é só em defesa das condições de vida de quem trabalha na SATA. É também - e, se calhar, sobretudo -, em nome da manutenção de

uma SATA pública e em nome de todos os/as trabalhadores/as que, dia após dia, têm visto as suas vidas espoliadas de direitos e subjugadas à, alegadamente, inevitável transferência dos rendimentos do Trabalho para o Capital Financeiro. Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Aconselha-nos o sentido de responsabilidade que tudo o que se afirme neste momento tem de ser um contributo para facilitar o processo negocial entre Governo Regional e sindicatos.

O PSD tem acompanhado com preocupação, tem acompanhado em permanência...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gabinete de Crise!

O Orador: ... o evoluir da situação e manifesta enorme preocupação com as dificuldades de entendimento que são conhecidas publicamente.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O impacto da greve anunciada é para os açorianos e para a economia dos Açores um impacto tremendo.

Anunciada para as datas do SATA Rally e para as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, terá efeitos devastadores para os quantos que nos querem visitar, mas não só, para ajudar a compor os números do turismo, turismo esse que precisa do quanto aqueles que nos visitam, não só em turismo, mas também em devoção, daqueles que aguardam juntar-se às suas famílias.

São razões demasiado importantes para que aqui e hoje, com sentido de responsabilidade, o Governo Regional e os sindicatos se obriguem a um entendimento capaz de ultrapassar as divergências conhecidas.

Nenhum açoriano compreenderá meros apelos ao bom senso e não um verdadeiro esforço de consenso.

Obrigado.

Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência da apresentação feita pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, convém posicionar-nos e sabermos e que é que está aqui em causa.

Hoje, os trabalhadores do Grupo SATA, aquilo que pretendem é um regime de exceção similar ao que houve nos anos de 2011 e 2012.

A Lei de Orçamento de Estado de 2013 inviabiliza os regimes de exceção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma desculpa esfarrapada!

O Orador: No decorrer dos anos de 2011 e 2012, estes regimes de exceção contemplavam uma norma que obrigava as empresas que os tinham a definirem um conjunto de medidas que compensassem o facto de não aplicarem os cortes. A SATA fê-lo, fê-lo na medida em que criou um conjunto de medidas que não incidiam diretamente sobre o salário dos trabalhadores, mas que compensavam aqueles cortes que foram feitos, nomeadamente com a aplicação do seu plano de rejuvenescimento, ou seja, pessoas que foram para a reforma em fim de carreira, que foram substituídas por outras em início de carreira, e pessoas que foram para a reforma e que não foram substituídas, dada a baixa da operação, e que não havia essa necessidade. E tem aí a sua poupança.

Aquilo que foi acordado com a plataforma de sindicatos e que foi posteriormente apresentado à SATA era a reversão das medidas de 2011 e 2012. Como se depreende, essa reversão não incide sobre o salário das pessoas, porque não se pode voltar atrás com o plano de rejuvenescimento. Os trabalhadores da SATA não tiveram nenhuma medida sobre o seu salário, em 2011 e 2012, das medidas de gestão que foram tomadas que tenham uma incidência direta e que lhes possa dar um valor acrescido sobre o seu salário.

Mediante este acordo e a devido tempo, no dia 19 de março, foi colocado ao Governo da República, nomeadamente à Sra. Secretária de Estado do Tesouro, que é quem tem a tutela sobre o setor empresarial do estado, a questão de se, na realidade da SATA, o acordo era legal ou era ilegal, porque, no nosso entender, tratava-se de ilegal.

Até hoje, não tivemos qualquer resposta sobre essa matéria.

(Aparte inaudível do Deputado Cláudio Almeida)

O Orador: Os trabalhadores da SATA estão, precisamente, na mesma igualdade de circunstâncias que estão os outros funcionários públicos da região e que estão os outros funcionários das empresas do setor público empresarial da região.

Não há aqui nenhuma medida diferente, não estão a ser remunerados de forma diferente, não tem nenhuma carga fiscal diferente daquela que os outros têm e, nomeadamente, com as recentes decisões do Tribunal Constitucional, também passaram a usufruir do subsídio de férias, à semelhança dos outros.

Agora, o momento desta greve é um momento que todos nós sabemos ser complicado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quando é que foi, Sr. Secretário?

O Orador: Nós estamos em dois momentos que são momentos de pico em termos de cartaz turístico dos Açores e em termos de pico de operação da própria SATA.

São momentos por excelência onde conseguimos compensar a nossa sazonalidade em termos de fluxos para a região e que são demasiadamente importantes. E este processo, e dada a sua importância, requereu todo o acompanhamento desde o primeiro minuto.

Sr. Deputado Aníbal Pires, até um relógio parado está duas vezes certo ao dia! Mas nós não temos estado parados, nós temos vindo, continuamente, a dar e a acompanhar a situação e a Administração da SATA não começou a dialogar hoje com a plataforma sindical. Está desde o primeiro momento e tem havido

contatos frequentes e aquilo que tem feito é procurar um conjunto de medidas alternativas ao que está naquele acordo, que sejam legais e que possam, de alguma forma, melhorar as condições de trabalho que as pessoas têm no Grupo SATA, porque aquelas medidas, tal como está no acordo da plataforma de sindicatos, não são legais e, como eu já disse, o Governo dos Açores não vai dar nenhuma indicação ao Conselho de Administração da SATA para cometer uma ilegalidade. E eu pergunto-lhe por que será que o Governo da República ainda não respondeu a uma resposta tão simples que é: aplicada à SATA, é legal ou não é legal? É só isso que nós precisamos de saber. E acresce aqui outra situação. É que além do impacto que esta greve tem para a região em termos de fluxos turísticos para a economia da região, não nos podemos esquecer que este é o momento de pico na angariação de receitas da companhia. É um momento de pico de angariação de receitas da companhia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que o senhor fez para evitar isso?

O Orador: E sendo este momento um momento tão importante na vida da empresa, a sua não concretização pode colocar em causa o pagamento atempado de salários e pode colocar a própria sustentabilidade da empresa a prazo. E aquilo que nós temos vindo a fazer é apelar e apresentar propostas que sejam alternativas e que contribuam ativamente para que este período se ultrapasse, que a greve seja desconvocada, assumindo, inclusivamente, prejuízos que já existem. Se a greve for desconvocada na véspera, os prejuízos já cá estão. Os prejuízos estão a decorrer e a nossa preocupação não é de hoje, tem sido contínua, porque temos essa consciência. Tem sido contínua, porque temos essa consciência! E vamos continuar.

Neste momento, o Conselho de Administração da SATA, como disse o Sr. Deputado, está reunido com a plataforma sindical, como tem vindo a fazer ao longo do tempo, com um conjunto de medidas que lhes serão apresentadas ou que já foram apresentadas, medidas alternativas, legais que visam ultrapassar esta situação. E isto vamos continuar a fazer. Agora, aquilo que se tem dito e aquilo que continuamos a dizer é que é preciso haver bom senso de todas as partes. Da parte do Governo dos Açores e da parte da Administração da SATA,

tudo temos feito para que, dentro da legalidade, se ultrapasse esse diferendo e é isso que continuaremos sempre a fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, demais Membros do Governo:

Sr. Secretário, o que se retira da sua intervenção é que a SATA está em condições económico-financeiras muito más, porque se isto vai pôr em causa o pagamento de salários, quer dizer que a SATA está numa situação periclitante...

Deputado Francisco César (PS): Na sua opinião!

O Orador: ... e isso deixa-nos, obviamente, muito preocupados.

Agora, Sr. Secretário, nós já o dissemos, já o dissemos o ano passado, voltamos a dizer este ano. A escolha destas datas para fazer esta greve é inaceitável. Já foi feito isso o ano passado, volta a ser feito este ano. Não está em causa o direito à greve, o direito constitucional à greve e até o direito constitucional ao turismo, como os senhores fazem agora em mais uma bela propaganda, mas...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não me diga que não gostou?!

O Orador: ... o que os senhores fizeram durante todo o tempo, ou pelo menos até há bem pouco tempo, foi refugiar-se numa suposta carta que tinham mandado ao Governo da República.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não é “suposta”!

O Orador: E mais uma vez...

(Ou numa carta que mandou ao Governo da República).

... estão aqui a subalternizar a autonomia, por dois motivos: porque a SATA depende única e exclusivamente da tutela do Governo Regional e “caía o Carmo e a Trindade” se, por acaso, o Governo da República desse uma

instrução à SATA! Era logo “aqui d’el Rei”, quem manda na SATA somos nós! Era isso o que os senhores diziam.

E, portanto, a responsabilidade de não dar instruções à SATA é vossa, única e exclusiva do Governo, de não ter dado as instruções ou “sim” ou “não”, ou “sentem-se com os sindicatos para negociar”, ou “sentem-se com os sindicatos para chegarem a um consenso”, ou “sentem-se com os sindicatos para chegarem a um entendimento”, sem prejuízo de a greve, marcada para estes dias, ser profundamente injusta e prejudicar o turismo desta região, paupérrimo turismo desta região, que os senhores, cada medida que tomam, enterram-no mais, o Governo (os dados são objetivos), e isso, com certeza, que viria prejudicar muito o turismo da região. E atitudes destas, com certeza, não dão confiança aos operadores, como já foi dito.

Agora, o Sr. Secretário refugiou-se em “estamos à espera do parecer da ilegalidade, etc.”.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Secretário exprimiu uma opinião!

O Orador: Mesmo sem isso, o Sr. Secretário nunca tomou a dianteira de dar instruções ao Conselho de Administração: “negoceiem, conversem, entendam-se, ponham em primeiro lugar a economia dos Açores, ponham em primeiro lugar o turismo dos Açores”. Nunca! Foi até agora, eu diria, de uma maneira quase acintosa, de há um mês, sempre “não vamos cometer uma ilegalidade, não vamos cometer uma ilegalidade, não vamos cometer uma ilegalidade”! Foi sempre essa a vossa, não é cartilha, narrativa, como diz o vosso camarada Sócrates. A narrativa do Governo foi sempre uma narrativa, e para usar outra expressão, que foi aqui usada, presumo, pelo Sr. Deputado Berto Messias, a narrativa de Pôncio Pilatos, lavar as mãozinhas para depois isto dar a uma estratégia que os senhores têm na vossa cabecinha e que ainda não se percebeu bem qual é.

Mas os senhores, uma coisa é certa, não fizeram tudo o que estava ao vosso alcance para evitar esta greve. Não fizeram tudo o que estava ao vosso alcance! Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sra. e Sras. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do Partido Comunista Português que é apresentado a este Parlamento não é, como tentou fazer parecer inicialmente, um projeto de resolução que apela ou que tenta forçar o Governo Regional a dialogar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Recomenda!

O Orador: Esta resolução tem como objetivo obrigar ou recomendar com caráter de obrigatoriedade, se assim preferir, ao Governo Regional que dê instruções à SATA para negociar com os sindicatos, cedendo às posições dos sindicatos. Não é, portanto, uma recomendação de negociação para uma chegada de consenso, é sim uma recomendação de cedência ao Governo dos Açores.

Também não é verdade que o Governo dos Açores tenha lavado as suas mãos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As mãos e os pés!

O Orador: ... sobre a situação, sobre a legalidade e sobre os pressupostos desta greve. Não é verdade que isto tenha acontecido. Aquilo que o Governo dos Açores sempre disse, desde a primeira hora, é que o entendimento que foi realizado entre a plataforma de sindicatos e a TAP era um entendimento que, na sua opinião, aplicado à TAP, não era possível ser realizado, não era possível ser concretizado, e que a única forma de aplicar ou de satisfazer a reivindicação dos trabalhadores no seu objeto final era concretizar uma situação ilegal, pois viola a Lei do Orçamento de Estado.

Permita-me que lhe diga, Sr. Deputado Artur Lima, nós temos autonomia de decisão, mas há leis que se aplicam aos Açores e a Lei do Orçamento de Estado aplica-se aos Açores, nomeadamente à SATA. E cumprir com os objetivos dos sindicatos implicava uma violação da lei...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, o Governo da República está a violar a lei?!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Na opinião do Ministro das Finanças, sim!

O Orador: ... e é óbvio, e é desta forma que o Governo dos Açores se relaciona com o Governo da República, que é perguntar ao Governo da República se no seu entendimento este acordo aplicado à SATA-Air Açores, ao Grupo SATA, seria legal ou ilegal.

Portanto, não há uma desresponsabilização, há uma tomada de posição e há um pedido de esclarecimento no sentido de tentar obter mais esclarecimentos sobre esta situação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! É a autonomia!

O Orador: Portanto, dizer que o Governo dos Açores se escusou ou se escudou no Governo da República não é verdade. Foram pedidos, sim, esclarecimentos ao Governo da República que, lamentavelmente, não foram prestados da forma que foram solicitados.

Também não é verdade que o acordo que foi feito entre a TAP e os sindicatos seja possível de aplicar à SATA, como o Sr. Secretário muito bem explicou.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aí é que está!

O Orador: Não é possível! Não é possível compensar os trabalhadores por algo que não perderam,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aí é que está!

O Orador: ... como os Srs. Deputados sabem. Não é possível! Portanto, não é possível aplicar o acordo da TAP, que é feito de uma forma diferente, à SATA. Isto configura uma ilegalidade.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Se não perderam, o que é que reivindicam?

O Orador: E os Srs. Deputados provem, ou tentem explicar, como é que é possível aplicar algo à SATA que não foi cortado.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Exatamente!

O Orador: E isto é algo a que a esquerda escusa de responder.

E permita-me que lhe diga, Sra. Deputada, vem falar de austeridade, vem falar de todo um conjunto de medidas. Sra. Deputada, nós, sobre esta matéria, não estamos a questionar a moralidade, a bondade da medida. Nós estamos aqui a saber se podemos, se a satisfação de uma reivindicação viola ou não viola a Lei

do Orçamento de Estado. É isto que está em causa e a discussão ao nível da justiça ou não de uma reivindicação não está posta aqui em causa e não é esta a discussão que está a ser tida.

Também não é verdade que o Governo dos Açores e a SATA se tenham escusado a negociar com a plataforma de sindicatos. Os senhores sabem tão bem como eu que, ao longo deste tempo, têm existido diversos contatos com os sindicatos (os senhores sabem tão bem como isso) e que, neste momento, decorre um conjunto de negociações que,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... permita-me que lhe diga, Sr. Deputado Aníbal Pires, apesar de ter toda a legitimidade de o fazer, a sua resolução só vem afetar e pressionar uma negociação que devia estar livre de todo um conjunto de pressões.

Portanto, aquilo que o Partido Socialista apela é que haja bom senso. Bom senso porque a probabilidade desta greve não é como em muitas greves em que quem sai seriamente afetado é a companhia. É certo que a SATA pode ver a sua sustentabilidade afetada pela ausência de receitas neste período, mas quem sai sobretudo prejudicado são os empresários açorianos, é o comércio açoriano, e segundo o que diz uma entidade respeitável do setor, nós podemos ter um prejuízo superior a 10 milhões de euros. Não é justo fazer uma greve que não afete diretamente com quem nós negociamos. Nós estamos a afetar terceiros, nós estamos a afetar a economia açoriana,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindo ao clube, Sr. Deputado!

O Orador: ... o turismo açoriano.

Portanto, esta é uma altura de bom senso. O Partido Socialista, aquilo que tem sempre dito é que nós estamos abertos ao diálogo, abertos ao diálogo sem cometer nenhuma ilegalidade, como é óbvio, porque nós não podemos cometer uma ilegalidade. Estamos dispostos a dialogar. Sabemos que o Governo assim o fará e sabemos que o Governo deu instruções à SATA nesta matéria.

Esperemos, então, que o resultado destas negociações seja favorável, sobretudo para os Açores.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para quê? Para cometer uma ilegalidade? Já não estou a perceber nada!

Deputado Francisco César (PS): Para chegar a um consenso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta questão que estamos a discutir, se alguma coisa motivou o PCP à apresentação deste Projeto de Resolução foi o sentido de responsabilidade, porque consideramos que a realização de uma greve em qualquer altura traz prejuízos. Esta greve anunciada para os dois fins de semana, do SATA Rally Açores e do Santo Cristo, certamente, será fortemente penalizadora para a economia regional.

Portanto, quando nós apresentamos este Projeto de Resolução é exatamente considerando este aspeto. Mas não é só. É porque aquilo que veio a acontecer nos últimos tempos, nas últimas semanas, foi claramente passar o ónus dessa responsabilidade para os trabalhadores da SATA e isso não é aceitável.

Eu não quero ir mais para trás, mas talvez, referindo-me aqui a 11 de abril, em que o Governo Regional, pela voz do Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo disse: “neste momento, aquilo que se pode fazer é aguardar que o Governo da República responda”.

Ora bem, penso, Sr. Secretário Regional, que isso é muito pouco, esperar ou remeter para uma entidade, para o Governo da República, e aguardar (isto são palavras do Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo e que estão reproduzidas no Gabinete de Apoio à Comunicação Social).

Por outro lado, e relativamente à questão da ilegalidade, eu não vou fazer juízos, neste momento, sobre a legalidade ou a não legalidade, até porque julgo que nós aqui, a discussão que fazemos é mais a discussão política do que propriamente...

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Então, as leis não interessam a ninguém?!

O Orador: Interessam,...

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Mas isso é para os outros!

O Orador: Oh, Sr. Vice-presidente, então não interessam?

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Aqui, que se fazem as leis, não interessa nada!

O Orador: Oh, Sr. Vice-presidente, claro que interessa! Claro que interessa! Mas, como eu disse além, da tribuna, e como V. Excias. sabem, e todos nós temos este documento que foi assinado pelo Secretário de Estado da Administração Pública,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Isso é falso! Mostre onde está a assinatura!

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Onde está a assinatura?

O Orador: Oh, Sr. Presidente,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Mostre a assinatura, se é verdade!

O Orador: Não me vão... Vão-me...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Se o senhor disser a verdade, não lhe fazem mal!

O Orador: Não, não me vão bater! Não me vão bater! Isto...

Claro que digo qual é a verdade!

O que está aqui é o timbre do Governo de Portugal, um texto que dá cobertura ao entendimento que foi feito com a TAP e, depois, o nome do Secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Há alguma assinatura aí?

O Orador: Não há nenhuma assinatura.

Sr. Presidente do Governo! Oh, Sr. Presidente do Governo, não tem cá nenhuma assinatura, mas eu não duvido...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Vamos ver se é falso!

Deputado Miguel Costa (PS): Validade não tem! Validade não tem, pelo menos!

O Orador: Sim, mas isso é o Sr. Presidente do Governo que está a dizer que é falso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se não é falso é verdadeiro!

O Orador: Agora, oh, Sr. Presidente do Governo, não está cá a assinatura, mas julgo que todos nós temos este documento!

Oh, Sr. Presidente do Governo, se há alguém que tem feito críticas ao Governo da República, sou eu! Mas agora, Sr. Presidente do Governo, estarmos a escudar em coisas que são assessórias...

Eu não estou aqui a discutir a legalidade ou a ilegalidade. Eu estou a fazer aqui um juízo político e a questão é a seguinte, a questão é esta: a verdade é que a argumentação da legalidade não é válida para isto e nós sabemos muito bem, Sr. Presidente, porque sabemos que quem tutela a SATA é o Governo da República e também sabemos, a propósito de legalidade e a propósito até da situação financeira da SATA, do Grupo SATA, o seguinte. Não o Governo a que V. Excia. preside, mas os anteriores governos, não têm reiteradamente cumprido uma indicação do Tribunal de Contas de transferir para a SATA qualquer coisa como 21 milhões de euros, que provêm da privatização de parte do capital social da EDA. Isto já data de 2007 e, reiteradamente, não tem vindo a ser cumprido. Isto a propósito do cumprimento ou não da legalidade. O Tribunal de Contas apenas constata o facto, porque isto, como nós sabemos, tem a ver com a Constituição da República e tem a ver com a Lei Quadro das Privatizações. Portanto, isto a propósito das questões da legalidade.

Depois, há aqui uma outra questão.

O Sr. Secretário Regional diz que não há necessidade de estender o memorando que foi acordado entre a plataforma sindical e a Administração da TAP, porque, entretanto, aqui, na região, essa situação não se verificou, a situação dos cortes.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não é a necessidade, não é legal!

O Orador: Não, mas, Sr. Secretário, ou então eu terei entendido mal. Mas, Sr. Secretário, eu entendi dessa maneira. O Sr. Secretário, depois, far-me-á a correção e eu até agradeço.

Mas, das suas palavras, eu depreendi que não havia necessidade de estender o Memorando de Entendimento, independentemente, agora, Sr. Secretário, da legalidade ou da ilegalidade. Independentemente disso.

Eu percebi, se calhar mal, Sr. Secretário, admito perfeitamente que o Sr. Secretário, das suas palavras, disse que não havia necessidade, uma vez que nos anos anteriores...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Em vigor!

O Orador: Então, quer dizer que o memorando está em vigor! Se não é preciso, não é preciso! Então, qual é o problema?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nenhum!

O Orador: Então, mas vamos lá a ver. Então, o que é que está aqui mal? O que é que está aqui mal?

Se os trabalhadores da SATA não sofreram cortes, segundo aquilo que V. Excia. acabou de dizer, e que, portanto, esta situação, não há a necessidade de aplicar não, até, pelo facto de ser legal ou ilegal, mas porque, entretanto, os trabalhadores não foram penalizados. Mas, então, qual é que é o problema? É nenhum! Então, há qualquer coisa que está mal e que tem de ser melhor explicada.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): É o senhor não ter percebido!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a chegar lá!

O Orador: Está bem, Sr. Presidente! É bem possível, Sr. Presidente! É bem possível que eu é que ainda não tenha percebido, mas, Sr. Presidente, há qualquer coisa aqui que não está bem, porque não me parece, não me parece que cinco sindicatos que sobrescreveram o pré-aviso de greve, cinco sindicatos representativos dos trabalhadores da SATA que subscreveram o pré-aviso de greve...

Deputado Francisco César (PS): São de cá esses sindicatos? São de cá esses sindicatos? São açorianos?

O Orador: Então não?

Deputado Francisco César (PS): Ou são pessoas do continente?

O Orador: Oh, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Oh, Sr. Deputado! Oh, Sr. Deputado, essa foi, de facto,... Enfim, não esperava uma coisa dessas.

Mas eu não acredito que cinco sindicatos tenham subscrito um pré-aviso de greve para que lhes seja aplicada uma coisa que, afinal de contas, eles já têm.

Deputado Francisco César (PS): Pois!

O Orador: Foi isso que eu depreendi das palavras do Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

Oh, Sr. Deputado Francisco César,...

Deputado Francisco César (PS): Diga!

O Orador: É evidente que não é...

Mas quem é a Representação Parlamentar do PCP para forçar o Governo Regional ao que quer que seja?!

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: O senhor disse forçar, disse obrigar. Não, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): Tentar!

O Orador: Não, não, Sr. Deputado! Pelo amor de Deus!

Aquilo que eu apresento aqui é uma recomendação. É uma recomendação! Não quero forçar o Governo Regional, nem obrigar o Governo Regional a coisa nenhuma. É apenas recomendar. E, de facto, aí V. Excia tem razão, não é só a questão da negociação. A recomendação vai para que o Memorando de Entendimento feito entre a Administração da TAP e os trabalhadores possa ser estendido aqui aos trabalhadores da SATA, até para não haver discriminação

entre os trabalhadores portugueses que, aliás, é também um preceito constitucional.

Portanto, Sr. Deputado Francisco César, é bom que se coloque a questão com rigor.

Deputado Francisco César (PS): Isso é um preceito constitucional?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado ainda tem tempo?

O Orador: O quê? O da não discriminação? Não é preceito constitucional? Da não discriminação? É um preceito constitucional.

Mas, então, aquilo que estamos aqui a fazer é discriminar.

Depois,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é tratar questões iguais de maneira diferente!

Deputado Francisco César (PS): O senhor não explica é que a reivindicação é feita por gente que não conhece a situação da economia açoriana!

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: Para terminar esta segunda intervenção, claramente, há aqui uma questão que fica por esclarecer.

Primeiro. Por que é que o Governo Regional deixou chegar esta situação até ao dia 18?

Deputado Francisco César (PS): Mas há negociações pelo meio!

O Orador: Até ao dia 18 de abril? E por que é que o Governo Regional está à espera de uma informação do Governo da República para, entretanto, aplicar aqui o entendimento?

Eu gostava de ouvir estas explicações.

Quanto ao facto de estarem a decorrer negociações, pois eu acho muito bem e espero, sinceramente, de uma maneira ou de outra, espero sinceramente,...

Deputado Francisco César (PS): Não, não é de uma maneira ou outra, senão não fazia essa intervenção!

O Orador: Não, não! Espero que haja entendimento! Sinceramente, aquilo que eu espero da reunião que está a acontecer em Ponta Delgada é que haja entendimento entre a Administração da SATA e a plataforma dos sindicatos,

independentemente de aquilo que chegar a entendimento ser aquilo que está aqui nesta recomendação do PCP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por dizer ao Sr. Deputado Francisco César que considero infeliz essa referência de que um sindicato do continente, como disse, um sindicato nacional (era o que queria dizer, mas disse um “sindicato do continente”), não terá legitimidade para tomar posições sobre classes trabalhadoras,...

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que eu disse! Eu disse que não conhecem os Açores!

A Oradora: ... sobre trabalhadores que são por eles representados.

Deputado Francisco César (PS): Eles conhecem a realidade dos Açores?

A Oradora: Só para que conste, é a minha declaração de interesses, eu sou do continente e não sou menos deputada nesta Casa do que o Sr. Deputado, que é açoriano, que é dos Açores.

Relativamente àquilo que verdadeiramente importa.

Pode ser que seja só eu, dou isso de barato, mas eu tenho a veleidade de pensar que haverá, neste momento, muitos açorianos e açorianas que, ao fim de mais de meia hora de debate, continuam tão confusos como estavam quando isto tudo começou. E se me permitem, e se o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo estiver nessa disposição, eu gostaria de fazer duas ou três perguntas, que são o meu contributo modesto para uma tentativa de esclarecimento.

Primeira pergunta. Por aquilo que eu entendi...

Deputado Berto Messias (PS): A Deputada Zuraida Soares é a coordenadora dos açorianos!

A Oradora: ... da primeira intervenção do Sr. Secretário, só há uma conclusão a tirar: o Governo da República estabeleceu com a plataforma de sindicatos da

TAP um acordo ilegal. Esta é a primeira conclusão. Ou isto é verdade ou isto não é verdade, mas se a dúvida é a legalidade do acordo, só pode haver uma conclusão: o acordo estabelecido no continente com a TAP, pelo Governo da República, é ilegal. Por isso é que o Governo da República agora tem de dizer aos Açores se a sua alegadamente legalidade pode ou não ser aplicada aqui, porque senão nada nesta história faz sentido. É ilegal lá, não é legal aqui, é ilegal aqui, é ilegal... Ninguém percebe isto! Aliás, Sr. Secretário, isto é tão difícil de perceber que até o Sr. Secretário Regional, que costuma ser tão escurido e claro nas suas exposições, teve algumas dificuldades, andou para a frente e para trás para explicar aquilo que, com toda a franqueza, eu não entendi e continuo a dizer, grande parte dos açorianos também não.

Depois, até agora, até às 3 horas da tarde de hoje, em que, pelo menos conhecido publicamente, há um encontro,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ora aí está!

A Oradora: ... uma tentativa de acordo entre a Administração da SATA e a plataforma de trabalhadores...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Pelo menos! Uma tentativa!

A Oradora: Pelo menos há uma tentativa, que nós conheçamos – as outras tentativas que ocorreram e não são do nosso conhecimento, não me vou pronunciar, até acredito que tenham existido, nós não as conhecemos. Refiro-me à de hoje.

Hoje, está-se a tentar chegar a um acordo.

Mas então eu pergunto. Se a ilegalidade continua a existir, como é que é possível agora, a partir das 15 horas de hoje, encontrar um acordo que se baseia numa premissa que é considerada ilegal? Segunda dúvida insanável que eu gostava que o Sr. Secretário pudesse esclarecer.

Terceira dúvida. Se a Lei do Orçamento de Estado tem de ser cumprida *ipsis verbis* nesta região, qual é o grau de autonomia que ainda nos resta?

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputada!

A Oradora: Ou seja, quais são as alíneas e os artigos da Lei do Orçamento de Estado que ainda nos permitem utilizar e canalizar o orçamento desta região de acordo e à luz das prerrogativas autonómicas que ainda não foram suspensas por nenhum memorando, tanto quanto nós sabemos?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Deputada, quem é que manda?

A Oradora: Depois, todos reconhecemos, só alguém que vive completamente na lua é que não o fará, que o facto de esta greve ocorrer no momento das Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres e da realização do SATA Rally é um rombo significativo na nossa economia. Ninguém tem dúvidas a esse respeito, mas, Sras. e Srs. Deputados, a economia depende das empresas públicas e privadas e façam-me o favor de reconhecer uma coisa. Não há empresas nem públicas nem privadas sem trabalhadores. Portanto, não vamos agora atirar a responsabilidade só para cima da parte mais fraca desta relação, porque isso não é correto.

Finalmente, se o problema é a assinatura, enfim, deste ofício, desta carta, que nós temos,...

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora:... e que não faz fé, não faz valência, porque não está assinada, eu gostava de lembrar a esta Câmara que nós recebemos, nesta Casa, sem nenhum tipo de questionamento e com toda a boa-fé, um memorando assinado com o Governo da República e que também não estava assinado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, diabo!

A Oradora: E ninguém, nesta Casa, o pôs em causa por causa disso, porque fizemos fé nos protagonistas que estavam ligados por aquele acordo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, o senhor não foi leal comigo!

A Oradora: Ora bem, parece-me estranho que para este surjam todas as desconfianças pela sua não assinatura.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não foi leal!

A Oradora: Ou dito de outra maneira, isto não pode haver dois pesos e duas medidas. Uma vez é de uma maneira, quando dá jeito, outras vezes é de outra maneira, quando não dá jeito.

Alguma coisa está mal no meio...

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora:... desta história, porque ninguém a consegue compreender de uma forma escorreita e clarinha desde o princípio até ao fim, e eu desafio os Srs. e as Sras. Deputadas, até para meu entendimento e para me reduzir à minha insignificância,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Deputada, não seja modesta!

A Oradora:... que ponha a dedo no ar aquele que já percebeu exatamente o que é que está a acontecer.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Deputado Paulo Estêvão já percebeu!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Deputado Paulo Estêvão pôs o dedo no ar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cá temos um iluminado!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu começo por dizer-lhe, Sr. Deputado, que eu não o posso acompanhar neste Projeto de Resolução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esteja à vontade!

O Orador: Como aqui já foi dito, o que o Sr. Deputado propõe é uma capitulação, o Sr. Deputado não propõe uma negociação, porque, Sr. Deputado, se o senhor diz isto, a obstinar, que se recusa, sem qualquer fundamento do Governo Regional a aplicar, etc., etc., e depois vem com vários parágrafos deste tipo, eu considero que o que o Sr. Deputado faz aqui é tentar recomendar ao Governo Regional uma capitulação nesta matéria. E se eu reconheço a total liberdade no exercício da greve por parte dos trabalhadores, que está consagrada do ponto de vista constitucional,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é só aqui, Sr. Deputado!

O Orador: ... também reconheço aos governos, neste caso o Governo Regional, o direito de não concordarem e, apesar da greve, de tomarem uma posição diferente, ou seja, de resistirem e de manterem as suas posições.

As duas posições são legítimas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com certeza! Pelo amor de Deus!

O Orador: Existe direito à greve, mas um governo tem de ter a capacidade, e eu penso que esta Assembleia a deve dar a este Governo Regional, para defender aqueles que considera os interesses da região.

E nesta matéria, o Governo Regional, da parte do PPM, não irá ver a sua liberdade cortada e nós não vamos votar a favor de um documento que é uma capitulação.

Eu devo dizer-lhe o seguinte, também sobre esta matéria.

O que eu considero é que nesta matéria o Governo Regional cometeu um erro - cometeu um erro -, que é algo que tem vindo a ser recorrente. De alguma forma, tentou explicar, através de dificuldades administrativas e tentou, de alguma forma, remeter esta responsabilidade para o Governo da República, e não admitiu aquilo que está na génese da decisão do Governo Regional, a que considera que estas pretensões dos trabalhadores não são justas, e considera também que afetam a viabilidade económica da empresa. Fundamentalmente, são estas duas coisas. E o Governo Regional, de alguma maneira, e seguindo uma estratégia que se tem vindo a verificar no âmbito das diversas iniciativas, tentou enquadrá-la numa responsabilidade do Governo da República.

Eu penso que aqui o Governo Regional o que devia ter dito era: “Nós não concordamos com estas exigências, nós não as consideramos justas, nós consideramos que na situação económica em que a empresa está não são condições que possam viabilizar a empresa e, portanto, nós discordamos”. E era justo que o fizessem.

Eu penso que esta era a medida correta, esta seria a atitude que eu considero correta.

De alguma forma, o que introduziu aqui uma questão de complexidade desnecessária foi a estratégia política do Governo Regional de remeter isto novamente para o Governo da República.

Mas, portanto, a minha decisão em relação a esta matéria é: eu não assino capitulações.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há de ser “decapitado” como foram outros!

Deputado Francisco César (PS): E por menos do que isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados:

Uma coisa é certa.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!

O Orador: Isso é verdade, Sr. Vice-presidente!

Que esta greve vai provocar prejuízos incalculáveis, é certo. E isto não precisa, sequer, ser um economista ou um administrador para perceber isso. Aliás, já tivemos exemplos de outras greves que foram desastrosas para a economia portuguesa, outras greves provocadas consequentemente por alguns sindicatos, que, inclusivamente, aqui nos Açores, nos portos dos Açores, causaram grandes prejuízos.

Mas, eu pergunto se os senhores trabalhadores da SATA Internacional sabem o que são as Festas do Senhor Santo Cristo e a importância que elas têm para as nossas gentes, mas sobretudo para a nossa comunidade emigrante, que está esperançada na sua companhia, que andou, se calhar, meses e meses a poupar...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Anos!

O Orador: ... para poder vir às Festas do Senhor Santo Cristo e ver a família e, de repente, vê-se confrontada com isto? E como dizia o Sr. Vice-presidente, “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”. E esta é uma coisa muito séria.

Os sindicatos nacionais têm consciência do que representa as Festas do Senhor Cristo? Não era possível arranjam outra data para fazerem greve?

Deputado José San-Bento (PS): Porque são diretas!

O Orador: Esta data é que é absolutamente prejudicial e transversal para a hotelaria, para o comércio, para os emigrantes, para a nossa diáspora, e que torna tudo isto de uma irresponsabilidade que não se aceita, independentemente da crítica que já fiz ao Governo aqui no Voto de Protesto e na minha intervenção.

Agora, temos de ser absolutamente realistas. É preciso conhecer e saber, como alguém dizia, que vivemos em nove ilhas, que não é a mesma coisa estar no Corvo ou em Bragança, porque se não tivessem avião iam de comboio, se não tivessem comboio iam de autocarro e, se calhar, arranjariam outro meio de transporte.

E é por isso mesmo que devia ter havido uma consciencialização, talvez mais cedo – talvez mais cedo –, de quem não sabe o que é a diáspora, de quem não sabe o que sofrem no estrangeiro para virem ver a família e virem pagar as suas promessas – as suas promessas – que as têm feitas há anos e que há anos esperam para as pagar. E é esse respeito pela fé de um povo que nós temos de ter, é a esse respeito pela fé de um povo que o direito à greve não pode ser superior, essa fé de um povo que quer vir pagar as suas promessas à sua terra e à devoção que tem ao Senhor Santo Cristo.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para tentar contribuir para o esclarecimento desta questão.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Aníbal Pires, a propósito do senhor achar que pela simples apresentação da sua proposta de resolução toda a gente correu a

negociar, eu gostava apenas de lhe dizer que o galo também pensa que é por cantar que o sol nasce.

(Risos dos Deputados Aníbal Pires e Berto Messias)

Portanto, desse ponto de vista, está tudo dito.

Em relação à questão de fundo que aqui está, é uma questão que toca a legalidade. Efetivamente toca. É uma questão que no seu substrato de facto, nas circunstâncias, é efetivamente diferente a situação da SATA daquilo que acontece na TAP e é por isso que um acordo que pode até ser considerado conforme a lei, no caso da TAP, pode não ser considerado conforme a lei, no caso da SATA.

Tentando explicar de outra forma.

Os orçamentos de 2011 e 2012 estabeleceram determinadas medidas e fixaram a possibilidade dos destinatários dessas medidas encontrarem medidas alternativas. No caso da TAP, seguiu-se um caminho; no caso da SATA, seguiu-se outro caminho.

Chegamos a 2013 e o Orçamento de Estado fixa determinadas medidas que afetam o rendimento dos trabalhadores e, ao contrário daquilo que acontece no caso dos orçamentos anteriores, não admite a possibilidade de medidas alternativas. Fixa, pura e simplesmente, aquelas medidas.

O que é que nós temos, segundo o que é conhecido, no caso da TAP? Temos um acordo que diz que medidas anteriores – 2011 e 2012 – serão anuladas para que não haja uma dupla penalização dos trabalhadores em 2013, ou seja, para que, por força da aplicação obrigatória do orçamento de 2013, os trabalhadores não sejam penalizados, quer em 2013, quer em relação àquilo que já lhes advém de 2011 e de 2012.

O que é que nós temos no caso da SATA? O tal outro caminho que a SATA seguiu leva a que se se aplicar o orçamento de 2013, não haja uma dupla penalização dos trabalhadores, ou seja, eles serão penalizados efetivamente em 2013, mas como a SATA seguiu outro caminho do que aquele que a TAP

segiu em 2011 e 2012, não conduz a uma dupla penalização. E a diferença é esta, é que a situação da TAP é diferente da situação da SATA.

A leitura que foi feita logo no início deste processo foi que efetivamente teríamos aqui uma situação de não cumprimento da Lei do Orçamento de Estado e nós tínhamos duas opções: ou ficávamos por essa questão, e não é conforme a lei – ponto final no assunto –, ou tentávamos resolver o assunto e até perceber coisas que para nós poderiam não ser claras.

É isso que consta da carta que a Sra. Deputada Zuraída Soares solicitou e que foi enviada pelo Conselho de Administração da SATA, com o conhecimento do Governo Regional, à Senhora Secretária de Estado do Orçamento, e foi enviada à Senhora Secretária de Estado do Orçamento, porque em contatos permanentes que, nessa altura, houve, nomeadamente o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transporte e o Sr. Vice-presidente do Governo, o Governo Regional foi informado de que era para aí que a carta deveria ser enviada para esclarecer esta questão.

E em relação a essa carta, nós não temos resposta. E, portanto, o envio da carta não se trata nem de abdicar de autonomia nenhuma, não se trata de colocar nas mãos do Governo da República um problema que não é do Governo República, trata-se apenas de aceitar que o Governo Regional, na leitura que faz da Lei do Orçamento de Estado, pode não estar correto e que pede que nos esclareçam se entendem que aquele assunto tem outra perspetiva.

Em resposta a essa carta, o que foi enviado foi o documento que o Sr. Deputado Aníbal Pires referiu e a razão do meu aparte na altura em que o Sr. Deputado Aníbal Pires falou do documento não tem a ver nem com a veracidade do documento, nem com a falsidade do documento, tem a ver com o facto do Sr. Deputado Aníbal Pires ter dito, “esta carta assinada”, e não está assinada. Tem referência ao nome e, portanto, fica clara aqui essa questão da referência.

A carta, efetivamente, diz que o acordo é legal, mas o acordo da TAP. Ora, conforme eu vos acabei de explicar, a situação de facto, as circunstâncias são diferentes na SATA e na TAP e o que nós precisamos de saber não é se o acordo da TAP é legal. Nós temos a nossa interpretação, obviamente, temos,

mas não é o Governo Regional que vai dizer ao Conselho de Administração da TAP e aos sindicatos e ao Governo da República, “isso é ilegal”. Nós temos o nosso entendimento, temos o direito à nossa opinião, certo? Mas a carta que nos foi feita chegar, não em resposta à carta que o Conselho de Administração enviou à Senhora Secretária de Estado do Orçamento, refere apenas o acordo da TAP e refere o acordo da TAP invocando sempre este princípio: dupla penalização. Não pode haver dupla penalização dos trabalhadores.

Portanto, julgo que assim fica talvez mais claro por que razão é que uma situação que até se pode considerar que é legal num caso, não é legal no outro: porque as circunstâncias são diferentes.

Mas um segundo aspeto que eu gostava de clarificar tem a ver com aquilo que o Governo Regional tem feito nesta matéria.

A SATA tem um conselho de administração e é esse o primeiro responsável por esta negociação. O Governo Regional, desde logo pelas circunstâncias que vos acabei de referir, não está de costas voltadas para este assunto, de maneira nenhuma. Está a acompanhar o assunto. Mas há algo que, pelas circunstâncias que vos acabei de referir e conforme o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes já salientou várias vezes, o Governo não vai fazer: não vai dar uma orientação ao Conselho de Administração da SATA para que cometa uma ilegalidade. E os dados que nós temos até este momento, desde logo em face da ausência de uma resposta por parte de quem nos poderia até ajudar a dizer, “a forma como os senhores estão a ver isso não é correta, é desta outra forma, é a de considerar que não aplicar a lei do Orçamento de Estado, neste caso, é, efetivamente, uma ilegalidade”.

E, portanto, de braços cruzados não está o Governo. O Governo subscreve e acompanha os esforços que o Conselho de Administração da SATA tem feito, os que são públicos, os que são formais, porque, conforme julgo eu, qualquer uma das Sras. e dos Srs. Deputados aqui dentro reconhecerá, este não é propriamente um assunto em que tenhamos de andar todos de trombeta na mão a dizer: “Agora telefonamos para o Sr. Fulano Tal, agora falamos...”. Portanto, há um determinado procedimento que se segue que teve a sua visibilidade na

iniciativa tomada pelo Conselho de Administração da SATA de convidar os sindicatos para se sentarem à mesa.

E o que é que está nesta mesa? Não está, naturalmente, cometer a ilegalidade! O que está é: nós temos um diferendo, nós temos uma determinada relação. Que passos é que nós podemos dar? Até onde é que nós podemos ir no sentido de, não podendo fazer isso, acautelar outros interesses que podem ser também contribuintes para a resolução desta situação? É isso que está a ser feito, é esse esforço que está a ser feito, neste momento.

E isso não tem, obviamente, nada a ver nem com o Memorando de Entendimento, nem com o Protocolo de Entendimento. Aliás, verdade seja dita que este assunto não releva para este efeito. Não releva para este efeito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por acaso releva!

O Orador: Há coisas certas neste processo. O Sr. Deputado Artur Lima acabou de referir uma delas: esta greve vai causar graves prejuízos. A concretizar-se, vai causar graves prejuízos à nossa região.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos todos de acordo!

O Orador: E, portanto, em relação a esta matéria, isto é certo, mas há outras coisas certas neste processo.

O esforço contínuo que tem sido feito, seja ele público ou reservado, no sentido de acompanhar esse assunto; as questões da iniciativa do Conselho de Administração da SATA no sentido de sentar novamente à negociação; a disponibilidade do Conselho de Administração do Grupo SATA no sentido de dizer, “não é possível esta pretensão, a vossa pretensão não é possível, mas nós até estamos dispostos a discutir e a debater esta, esta e esta, outras questões. É certo que não é a questão que está em causa, mas são outras”. Isto tudo são coisas certas.

Agora, permitam-me que, em face desta resolução da Representação Parlamentar do PCP, também tenha aqui uma dúvida e solicite esclarecimentos, porque acho que o Governo pelo menos tem o direito de conhecer a posição de cada um dos partidos desta Casa a este propósito, nomeadamente os partidos da oposição, e que é a seguinte.

Ao contrário daquilo que diz o Sr. Deputado Aníbal Pires, isto não é só conversa,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois não!

O Orador: ... não pode ser só conversa, não pode ser a tomada de posição política.

O que o Governo gostaria de saber é o seguinte.

Entendem os senhores que o Governo deve ou não ceder nesta questão e não permitir que seja aplicado o Orçamento de Estado de 2013 aos trabalhadores do Grupo SATA?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O primeiro a responder deve ser o PS!

O Orador: O quadro de análise e de raciocínio que foi feito pelo Governo foi-vos exposto aqui claramente e agora eu peço esse esclarecimento. Cada um dos partidos é livre de dizer, “nós entendemos que, tendo em conta os prejuízos, o Governo deve ceder”. Mas é isso que eu gostava de conhecer, se os senhores acham que o Governo, que a região deve, neste quadro, ceder nesta questão. Ou seja, dizer: “os cortes estabelecidos pela Lei do Orçamento de Estado de 2013 não se aplicam aos trabalhadores do Grupo SATA”. Com toda a liberdade - com toda a liberdade -, com toda a franqueza, com toda a lealdade, mas, Sra. Deputada Zuraída Soares, eu concordo consigo, acho que as açorianas e os açorinos devem também ter esta ideia muito clara...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... daquilo que cada um defende aqui dentro.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, julgo que já foi claro. Já foi claro!

Se nós tivéssemos, sobre esta matéria, uma análise jurídica, uma informação que nos dissesse assim, conforme já vos referi: “esta forma não é a forma correta, a forma como estão a ver a lei. A lei não diz isso, a lei diz é o contrário e, por essa via, isso é permitido”. Cá estamos e cá estaríamos! Agora, não é isso que se passa, não é isso que se passa!

E, portanto, eu admito que cada um dos partidos aqui presentes, dos partidos da oposição, tenha um entendimento diferente da forma como o Governo deve agir nesta questão:...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... que deve ceder, que deve fazer. Admito isso tudo. Agora, não posso admitir é que este Governo seja acusado ou de empurrar o assunto, ou de não se mexer,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou de estar a torpedear os trabalhadores, isso é que eu não posso admitir, com toda a franqueza e com toda a lealdade.

E, portanto, aqui fica a pergunta e aqui fica o pedido de esclarecimento.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores entendem que com este quadro de facto o Governo deve ou não deve ceder nesta questão?

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS) e Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Prescindo

Presidente: Segue o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado José San-Bento (PS): É melhor prescindir!

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma segunda intervenção, provavelmente última, para referir que, relativamente ao Projeto de Resolução do PCP, e como na parte resolutiva refere como o Governo deve agir numa negociação que está a decorrer, naturalmente que nós não vamos votar favoravelmente e o voto do PSD será um voto de abstenção, sendo certo que as negociações estão a decorrer. E, portanto, um processo negocial é um processo em que não se ganha tudo, não se perde

tudo, encontram-se equilíbrios entre as partes e encontram-se consensos para as divergências.

Mas permitam-me dizer o seguinte, em nome do PSD, que, apelando novamente ao sentido de responsabilidade, todas as palavras que nós aqui proferirmos têm impacto no processo negocial. Toda a forma, o modo como nós proferirmos essas palavras também tem impacto no processo negocial.

Eu falo da forma,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não fala do conteúdo!

O Orador: ... porque o PSD ficou preocupado com a intervenção do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes. Quando refere que estamos a fazer tudo e repete, “estamos a fazer tudo”, nós ficámos com a sensação de que o Governo Regional está encostado às cordas!

Deputado Francisco César (PS): Quem fica um bocadinho encostado às cordas, que eu saiba, não é o Governo!

O Orador: E os açorianos, todos os açorianos, acham que o pior que pode acontecer numa posição negocial é nós, pelas palavras e pela forma, mostrarmos que estamos encostados às cordas.

Quando diz, Sr. Secretário, que está a fazer esse tudo, é preciso que nós tenhamos bem a consciência de que esse tudo não chega e pode ter resultados devastadores na economia dos Açores. Portanto, mais do que as palavras e a ação, a forma também é importante.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E em relação a isso, a opinião do PSD é?

O Orador: E, Sr. Secretário, impressionou-nos também um pouco,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E em relação a isso, o voto do PSD é?

O Orador: ... e a divergência ou a diferença relativamente à primeira intervenção que nós fizemos aqui na bancada do PSD, que eu fiz em nome do PSD, foi de que...

Deputado Francisco César (PS): Também estranhei um bocado a diferença entre a primeira e a segunda!

O Orador: ... exagerou na via açoriana das desculpas. Foram demasiadas desculpas para justificar um processo que, para mal de todos nós, até este momento, não está a correr bem. E, portanto, o PSD, com o seu sentido de responsabilidade, não votando favoravelmente o Projeto de Resolução do PCP, porque, como referi, na parte resolutiva diz como é que o Governo deve ou não fazer e a negociação decorre neste momento, alerta para que,...

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não tem opinião!

Deputado Francisco César (*PS*): Para que é que te foste meter nisso, Jorge?

O Orador: ... na capacidade negocial, e estão duas partes a negociar, neste momento, fazemos votos, torcemos mesmo para que se encontrem consensos, mas a capacidade negocial do Governo e dos sindicatos do Governo, através da administração da SATA, tem de ter em atenção o seguinte. Quando se quer ganhar tudo, pode-se perder tudo.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ora!

O Orador: E, portanto, nem é correta a pergunta que o Sr. Presidente do Governo faz a todos os partidos aqui presentes, e sabe porquê, Sr. Presidente? Porque novamente num processo negocial não há preto e branco e,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Isso é porque o senhor se abstém! Fica cinzento!

(Risos da Deputada Isabel Almeida Rodrigues e do Deputado Carlos Mendonça)

O Orador: ... portanto, nessas circunstâncias há que encontrar soluções que resolvam um problema gravíssimo que pode afetar a economia dos Açores. Aliás, neste momento, esse problema já existe e não vale a pena insistir na via açoriana das desculpas.

Os açorianos elegeram um governo, o Governo nomeou ou manteve uma administração da SATA para resolver os problemas, não para passar o tempo, e a grande maioria desse tempo, na iniciativa do Projeto de Resolução do PSD, a grande maioria do tempo gasto pelo Governo foi na via açoriana das desculpas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, Sr. Presidente do Governo, nós reiteramos, com sentido de responsabilidade, e torcemos mesmo para que as negociações cheguem a bom porto, mas, da vossa parte, ou com o vosso comportamento, sinceramente, ficamos preocupados.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Diz isso de um partido que se vai abster?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E a posição do partido é?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradecer ao Sr. Presidente ter vindo ao debate e prestar os esclarecimentos, mas eu gostava de lhe colocar uma outra questão.

Eu não tenho dúvidas que este tipo de processos não é só aquilo que é público e que tem, com certeza, depois outros contornos, mas, Sr. Presidente, se me puder responder, quando é que foi a última vez que o Conselho de Administração da SATA e a plataforma sindical se sentaram à mesa de negociações? Excecionando hoje. Não sei se a reunião já acabou ou não. Qual foi a última data?

Depois, só fazer um comentário, eu já não tenho, digamos, crista,...

(Risos do Presidente do Governo)

... já não tenho crista, portanto, não tenho esse tipo de pretensão,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas disfarça bem!

O Orador: ... mas dizer-lhe o seguinte e até, eventualmente, a resposta que V. Excia. me vai dar, enfim, se o quiser fazer, apenas contribuirá para...

Não foi, ou melhor, pode não ter sido a proposta do PCP, mas lá que parece que foi, lá isso parece.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Parece, mas não é!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

O senhor perguntou a opinião dos grupos parlamentares desta Casa menos do seu.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

Deputado Francisco César (*PS*): Subscrevo aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente do Governo!

O Orador: Também era interessante saber qual é a opinião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Oh, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É a realidade!

O Orador: ... e se é subscrita por todos os deputados que integram o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Essa também é uma questão interessante de saber! Se concordam por convicção ou por obrigação de grupo.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E, portanto, nessa matéria sindical, era interessante que se soubesse também, e quem já negociou com sindicatos, essa posição, se é de todos os deputados do Partido Socialista.

Mas, Sr. Presidente do Governo, relativamente a exceções, eu julgo que nessa matéria V. Excia. não seria talvez a pessoa indicada para vir pedir aos outros que dissessem o que é que pensavam sobre exceções, porque no passado já se abriu exceções e quem abriu essa exceção...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Pronto! Acha que deve ceder!

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Para todos!

O Orador: Não, senhor! Deixe-me acabar!

... foi exatamente o Governo Regional relativamente a matéria salarial da função pública. Foi o Governo Regional que abriu uma exceção.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas para todos! Para todos!

O Orador: Para alguns!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Para todos! Para todos!
A diferença está aí!

O Orador: Agora, Sr. Presidente, a nossa posição já é há muito tempo conhecida, é que, por princípio, não deve haver exceções. Se tinha dúvidas, nós respondemos claramente, não andamos aqui a fazer tibiezas. Não deve haver exceções!

Agora, Sr. Presidente do Governo, eu também não sei, e acho que nenhum deputado desta Câmara sabe, que conversações públicas ou privadas (as públicas ainda vamos ouvindo alguma coisa!), mas também era bom que V.Excia. esclarecesse esta Câmara sobre as conversações que o Conselho de Administração, de um modo mais ou menos privado, tem feito,...

Deputado Francisco César (PS): Se são privadas!

O Orador: Não! É para a transparência do processo e se com toda a frontalidade o Sr. Presidente pede a nossa opinião sobre uma matéria, eu julgo que também não são matérias de segredo de estado e que são entidades públicas – que é um conselho de administração...

Deputado Francisco César (PS): Qual é a posição do CDS?

O Orador: ... e uma plataforma sindical –, eu julgo também que não é matéria que o Sr. Presidente do Governo não possa aqui adiantar sobre que progressos já teve nessas conversações e se é, de facto, possível, nessas conversações “privadas” entre o Conselho de Administração da SATA e os sindicatos, se há alguma coisa que possa compensar.

Isso também era preciso que o Sr. Presidente do Governo, se pudesse, ter a simpatia de nos esclarecer para nós também percebermos.

Agora, quanto a exceções, parece-me que já fui claro, Sr. Deputado Francisco César, naturalmente não estava atento, não há exceção.

Deputado Francisco César (PS): E a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista está bem clara, não está?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é de todos, Sr. Deputado Francisco César?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Era só para reiterar o pedido de resposta que solicitei ao Sr. Presidente: a última data da reunião do Conselho de Administração da SATA com a plataforma sindical, excepcionando a de hoje, é claro, Sr. Presidente. Se não se importasse e se quisesse informar-me a mim e a Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para lhe dizer, Sr. Deputado Aníbal Pires, que a reunião formal, não tenho a data presente, mas também é o seguinte. O Conselho do Governo reuniu há já algum tempo, mas nem por isso eu deixo de, todos os dias, falar com os membros do Governo.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Isso para negociações é uma grande comparação!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, relativamente à questão dos contatos, eu posso não ter sido inteiramente preciso na minha intervenção, mas o que julgo ter dito foram contatos de diversos intervenientes e é isso que lhe posso dizer. Contatos de diversos intervenientes neste processo, de diversos intervenientes. Contatos, obviamente, formais entre o Conselho de Administração do Grupo SATA e a plataforma de sindicatos, que estão a acontecer neste momento.

Portanto, houve contatos de diversos intervenientes. Era apenas essa clarificação que gostava de fazer.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estou esclarecido quanto à posição desse grupo! Vão obrigar a inscrever-me outra vez!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vale a pena dizer ao Sr. Presidente que eu não fiquei satisfeito com a resposta que me deu relativamente à questão que lhe coloquei, mas não vou insistir, Sr. Presidente. Não vou insistir! Mas até pela forma dúbia como V. Excia. respondeu a uma questão bem concreta que eu coloquei se pode concluir que o Governo Regional, em termos formais, ou melhor, que o Conselho de Administração da SATA, em termos formais, não reuniu, nem em tempo útil, nem com a frequência com que o deveria ter feito, com a plataforma dos sindicatos, o que significa que a Administração da SATA e quem tutela a Administração da SATA não fez tudo, mas não fez tudo para evitar as greves que estão anunciadas.

E, portanto, não se pode colocar o ónus do problema, do prejuízo, designadamente à diáspora, designadamente a questão dos peregrinos que vêm ao Senhor Santo Cristo dos Milagres. Não se pode colocar esse ónus em cima dos trabalhadores, porque há uma coisa que ficou clara, até pela forma opaca com que V. Excia., Sr. Presidente, respondeu à pergunta concreta que lhe fiz. Não houve, nem em tempo útil, nem com a frequência com que devia ter acontecido, negociações com a plataforma sindical para se chegar a um entendimento, fosse esse entendimento ou não a aplicação do memorando que, entretanto, a Administração da TAP chegou a entendimento com a plataforma de sindicatos da TAP, porque se é verdade que no Projeto de Resolução o PCP lá tem a recomendação para a abertura das negociações e para que seja

estendido o entendimento à SATA, a verdade é esta: de maneira nenhuma, a Representação Parlamentar do PCP tem nenhuma pretensão em substituir-se àquilo que é a estratégia sindical e àquilo que, entretanto, os sindicatos da plataforma de sindicatos possam, hoje, chegar a acordo com a Administração da SATA. Em boa verdade, nós não sabemos até se hoje o Conselho de Administração e a plataforma dos sindicatos chegam a acordo e que esse acordo não seja o estender do Memorando de Entendimento que foi feito entre a TAP e os seus trabalhadores.

Mas isso não é o que me preocupa. O que me preocupa, de facto, é isto, Sr. Presidente, é que o Conselho de Administração da SATA e a tutela não fizeram tudo aquilo que estava ao seu alcance, designadamente com a plataforma de sindicatos, para evitar aquilo que vai ser, eventualmente, ou que poderá vir a ser, eventualmente, a realização de uma greve no fim de semana do Senhor Santo Cristo dos Milagres e do SATA Rally Açores.

E, portanto, esse ónus não pode cair em cima dos trabalhadores. Esse ónus também cai em cima do Governo Regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Peça apoio à sua colega!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A sindicalista!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos, então, passar à votação do Projeto de Resolução apresentado pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 1 do PPM, 1 voto a favor do BE, 1 do PCP, 17 abstenções do PSD e 3 do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um pequeno intervalo. Regressamos às 18h20m.

Eram 18 horas e 06 minutos.

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 34 minutos.

(Pausa)

Entramos no ponto 12 da Agenda da Reunião: **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010/A, de 5 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem efetuado na Região Autónoma dos Açores por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente para justificar a urgência.

(*) Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicita esta dispensa de exame em comissão principalmente pela natureza dos objetivos deste diploma, pela sua abrangência, também pelos prazos que estão invocados no decreto que caduca daqui a pouco tempo e pela necessidade de regularizar uma atividade económica que ficaria fortemente penalizada se não se avançasse para a suspensão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos, então, passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Partido Socialista apresentou uma proposta de substituição integral que já foi distribuída pelas Sras. e Srs. Deputados. Será sobre esta proposta que incidirá o debate e que depois faremos a respetiva votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente para a apresentação do diploma.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há dois diplomas que foram, entretanto, reguladores da questão da atividade do transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, nomeadamente na questão dos veículos que têm mais do que 2500 quilos. Essa alteração inicial, melhor dizendo, aquela que vigora neste momento, corresponde a um período da frota de média de 15 anos e uma idade máxima de 18 anos.

Esta alteração foi implementada na altura e foi aprovada aqui, na Assembleia, por via de já alguma necessidade de conformar as exigências previstas no diploma e que, de algum modo, regulavam esta matéria e também atendendo e entendendo as condições das nossas empresas.

Acontece que a última alteração caduca dentro de pouco tempo, no final de maio, e isso obrigaria a todas as empresas singulares e coletivas que têm frotas que ultrapassariam estas idades que, entretanto, foram ponderadas, a terem que fazer um esforço financeiro incompatível não só com as condições atuais das empresas e do mercado, como também da grande impossibilidade face à falta de crédito bancário de poderem socorrer-se desse mecanismo.

Sendo assim, isso penalizaria não só várias e muitas empresas das nossas ilhas, das nossas freguesias, mas também sobretudo pequenas empresas que representam muito emprego na região.

Uma maneira, ou melhor, um caminho para obviar estas questões é suspender o artigo 13º, que, de algum modo, prorroga, com esta proposta de alteração, por um prazo de mais 5 anos, estas condições, garantindo-se também as questões de segurança, através dos mecanismos que hoje estão à disposição das frotas, que são as inspeções de veículos que, de algum modo, acabam por regularizar qualquer outra situação que não só atende à idade dos veículos.

E por isso esta proposta de suspensão do prazo por mais 5 anos dará tempo às empresas de se ver, nesse espaço de tempo, se há outras condições para que elas possam, efetivamente, renovar essas frotas e, assim, condicionarmos, de um modo positivo, a atividade de várias empresas que geram e que têm muitos empregos na região que ficariam comprometidas se esta proposta de suspensão não fosse agora, aqui, apresentada e aprovada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições,...

Sr. Deputado Francisco Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Silva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um breve comentário a esta segunda alteração.

Primeiro para dizer que o sentido de voto do nosso Grupo Parlamentar, o CDS, é favorável. Pensamos que as condições económicas atuais justificam, de facto, que se flexibilize os critérios e que se estenda o prazo até dezembro de 2018.

Achamos, contudo, que a necessidade desta alteração mais recente resulta de algum desconhecimento do setor por parte de quem elaborou as propostas iniciais e, portanto, que interessa, talvez, ter mais algum interesse por este setor, estudar as condições em que as empresas estão a operar e saber quais as consequências que a crise tem tido para essas empresas, quer em termos de queda de volumes de negócios, quer em termos de acesso ao crédito.

Mas, mais uma vez, pensamos que tudo o que seja para flexibilizar o funcionamento das empresas numa altura de crise é também uma forma de ajudar as empresas e, portanto, vamos votar a favor desta alteração.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD concorda também com esta proposta de Decreto Legislativo Regional que altera legislação já existente e que regula a atividade de transporte de mercadorias por conta de outrem em veículos com a capacidade superior a 2500 quilos.

Os argumentos já foram aqui apresentados. Trata-se, naturalmente, de adequar essa atividade e as exigências no licenciamento dessa atividade às contingências do nosso mercado e da nossa economia, e as razões são diversas, já foram aqui referidas, não vale a pena estar a repeti-las.

E, portanto, naturalmente o PSD, em coerência com aquilo que já fez em anteriores ocasiões, votará favoravelmente este projeto de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Prescindo

Presidente: Prescinde.

Não há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas, numa intervenção muito breve, para dizer que a Representação Parlamentar do PCP irá aprovar, dar o seu voto a favor a esta iniciativa que estamos a analisar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim, não há mais inscrições. Penso que estamos em condições de passar à votação, na generalidade, do projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O projeto de DLR foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A Mesa não tem também nenhuma proposta de alteração, pelo que coloco à consideração da Câmara a votação em conjunto dos três artigos que compõem este Decreto Legislativo Regional.

Vamos, então, votar na especialidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: Os artigos da proposta foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos para o ponto 14 da nossa Agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 29/X – “Regularização das transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias”**, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares para justificar a urgência.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A urgência deste Projeto de Resolução é evidente e a sua própria recomendação no sentido do Governo Regional regularizar de imediato as transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e as Misericórdias para pagamento das diuturnidades e progressões em atraso.

Não é propriamente uma urgência do Bloco de Esquerda, porque ao Bloco de Esquerda o Governo Regional não tem nada para regularizar, mas tem para com uma parte significativa de trabalhadores desta região que, no momento de situação de crise como aquela que todos vivemos (e, portanto, eles também), e de diminuição brutal dos seus proventos mensais, importâncias consideráveis entre 30 a 50 euros por mês são muito importantes para o orçamento de uma família e a urgência é exatamente isto.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos, então, votar, o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, vamos entrar, então, no ponto 15 da nossa Agenda de Trabalhos **(Projeto de Resolução n.º 29/X – “Regularização das transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias”)** e tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares para apresentação do diploma.

Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O conteúdo do nosso projeto de resolução é parco, é sintético, mas diz exatamente aquilo que nós entendemos que é preciso dizer neste momento. E, portanto, eu vou-me limitar a referir alguns dos considerandos que consideramos mais relevantes para uma tomada de posição desta Câmara.

Considerando que o Governo Regional delegou uma parte significativa da execução de políticas sociais nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Misericórdias, através de protocolos de cooperação técnico-financeira e, mais recentemente, de contratos de financiamento, no âmbito do Código de Ação Social, código este que, aliás, inaugurou uma perspetiva mercantilista entre a tutela, entidades promotoras e utentes, utentes que, aliás, viram o seu nome substituído por clientes.

Considerando também que atualmente uma grande maioria dos 4000 trabalhadores das IPSS e Misericórdias dos Açores estão sem receber as devidas diuturnidades e progressões na carreira devido ao incumprimento dos acordos

de cooperação estabelecidos com o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores.

Considerando também que estão em causa valores médios mensais na ordem dos 30€ relativamente às diuturnidades e entre 40 a 50€ no que diz respeito às progressões na carreira.

Considerando que a grande maioria das IPSS e Misericórdias são por um lado autónomas, no que diz respeito à contratação de recursos humanos, mas por outro lado são financeiramente dependentes de protocolos de assistência financeira com a região, protocolos esses que lhes permitem contratar e manter quadros de recursos humanos próprios, o que obriga à regularização do atraso do pagamento das diuturnidades e das progressões na carreira.

Considerando, finalmente, que o Acordo Coletivo de Trabalho entre a União Regional das Misericórdias dos Açores e o SINTAP/Açores obteve a aprovação tutelar da Segurança Social.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda solicita a esta Câmara que recomende ao Governo Regional que regularize de imediato as transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias para pagamento das diuturnidades e progressões em atraso dos respetivos trabalhadores e trabalhadoras.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para esta fase do debate?

Não havendo, podemos...

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer congratular-se pelo Governo Regional continuar a cumprir com os acordos celebrados no âmbito da cooperação e para o funcionamento celebrado com as IPSS e com as Misericórdias, e queremos também realçar a importância que as IPSS e as Misericórdias têm no âmbito da complementaridade e da responsabilidade do desempenho das políticas sociais implementadas pelo Governo.

É certo, e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assume que é verdade, que cabe ao Governo financiar e suportar os acordos de cooperação que celebra com as IPSS e com as Misericórdias, mas é importante lembrar e relembrar que quem contratualiza o regime salarial com os funcionários são as IPSS e as Misericórdias. O Governo apenas celebra os acordos para o funcionamento. Portanto, toda a contratualização resulta dos acordos que são celebrados e das reuniões que são feitas entre a União das IPSS e os respetivos sindicatos.

Por isso, nesse âmbito, o Governo continuará a apoiar as IPSS e as Misericórdias, de acordo com aquilo que são os objetivos do Governo nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá dar o voto favorável a este Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Queria, apenas, fazer aqui, embora não faça parte da parte resolutiva e, portanto, não tem um significado por aí e além, de qualquer forma gostava de dizer aqui que, relativamente ao último considerando, existem dois contratos coletivos de trabalho nesta área e que têm a ver com o SINTAP/Açores, mas também têm com o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, embora a aplicação, na parte resolutiva, depois não diga se é para um,

se é para outro. É para todos e, portanto, apenas para fazer esta ligeira correção e dizer que vamos dar o nosso voto favorável.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

Deputada Aida Amaral (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Como não podia deixar de ser, o PSD/Açores vai votar favoravelmente este pedido do Bloco de Esquerda.

Como temos dito, o melhor que pode acontecer na nossa Região é o governo pagar o que deve aos agentes económicos, ou neste caso, às instituições particulares de solidariedade social.

Estes atrasos do governo são muito penalizadores para essas instituições, mas são ainda mais penalizadores para as famílias que dependem dos seus salários e que estão a ser duplamente penalizadas.

São penalizadas por causa das medidas de austeridade nacional e, depois, são penalizados pela austeridade regional do governo socialista que não paga o que deve às empresas e que agora, pelo que vamos vendo, nem sequer cumpre os protocolos que assina livremente com as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: O melhor que o governo regional pode fazer, por isso, é abandonar a via açoriana das desculpas, sair do estado de negação em que se encontra e pagar as dívidas.

Quem prometeu uma via açoriana de soluções não pode continuar a esconder-se e a dizer todos os dias que tem a melhor execução orçamental e que a sua governação é de excelência.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os trabalhadores das IPSS, assim como muito outros pelos Açores, não sentem qualquer excelência na governação. O que sentem são os efeitos adversos de um governo que mente todos os dias.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu quero colocar uma pergunta ao Governo Regional, que é esta. O projeto do Bloco de Esquerda fala que uma grande maioria dos 4000 trabalhadores das IPSS e Misericórdias dos Açores estão sem receber as devidas diuturnidades e progressões na carreira. Eu pergunto, desde quando, quanto é que soma este valor e quanto destes 400 mil trabalhadores estão nesta situação?

A pergunta, para já, é esta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria reafirmar aquilo que o Sr. Deputado Domingos Cunha já disse, mas não é de mais lembrar que a relação laboral que acontece nas IPSS envolve as administrações, as direções das instituições e os seus trabalhadores e nessa relação o Governo não é interveniente direto com os trabalhadores das IPSS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o problema de pagar aos trabalhadores. Se o Governo pagasse o que deve!

A Oradora: O Governo não é interveniente direto nesta relação laboral.

Esta relação laboral rege-se pelos estatutos das IPSS, pelo Código do Trabalho, pelas convenções coletivas de trabalho que são aplicáveis às IPSS e Misericórdias e também a esse nível o Governo não é interveniente direto.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Dá carros?

A Oradora: A relação que o Governo estabelece é com as IPSS no âmbito dos protocolos de cooperação e é no âmbito desses acordos de cooperação que estão

definidos os direitos e os deveres de ambas as partes, quer das instituições, quer do Governo e ao, contrário...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Dá carros?

Deputado Luís Garcia (PSD): E à SAUDAÇORES não deve?

A Oradora: ... do que afirma o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, o Governo tem cumprido integralmente – e repito, integralmente – os acordos e o que consta dos acordos de cooperação.

Portanto, o Governo não deve nada às IPSS no que toca aos acordos de cooperação, ao contrário do que refere o Projeto de Resolução.

Relembro que no texto desses acordos, particularmente no número 7,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a Casa de Saúde?

A Oradora: ... é referido que é “obrigação das instituições não assumir compromissos com o pessoal sem ter assegurado a correspondente cobertura orçamental”.

Deputado Luís Garcia (PSD): E parte da saúde, não deve nada?

A Oradora: Isto é o texto que consta dos acordos de cooperação que são firmados entre o Governo e as instituições.

Portanto, relembro também, e mais uma vez, já foi hoje aqui referido em debate, que o orçamento que cobre estes acordos de cooperação é o orçamento da Segurança Social,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! Afinal sempre tem a ver!

A Oradora: ... que é devido à região, que é transferido do Estado português no âmbito das suas funções para com as regiões autónomas, e apesar de,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então a senhora não tinha dinheirinho!

A Oradora: ... como também já foi referido aqui,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a pobreza?

A Oradora: ... esse orçamento que cobre, ou deveria cobrir, o montante dos acordos de cooperação, ter sido reduzido, no ano de 2013, no montante de 2,6 milhões de euros (e lembrando aqui em resposta ao Sr. Deputado Artur Lima), apenas no que diz respeito aos acordos de cooperação, há uma redução de 2,6

milhões de euros, eu gostaria de anunciar que o Governo Regional, perante esta redução, irá garantir,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que não aumenta a senhora?

A Oradora: ... para não prejudicar as IPSS, e vai fazer um esforço...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Incomoda quando eu falo!

A Oradora: ... para que o montante global dos acordos de cooperação não sofra a redução que o Governo da República nos quer impor. E é porque o Governo Regional vai garantir este montante global, que não põe em causa os acordos de cooperação, que também está, da mesma forma, a defender os postos de trabalho de todos aqueles que trabalham nas IPSS.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não têm nada a ver, mas, afinal, estava lá no acordo de cooperação!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Objetivamente, e a resposta que agora foi dada pela Sra. Secretária, é evidente que a grande preocupação do Governo é garantir o salário dos trabalhadores que integram as IPSS e as Misericórdias...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem todos!

O Orador: ... e é sobretudo garantir que não haja despedimentos nestas instituições, que, como disse inicialmente, são fundamentais para, em cooperação com o Governo, manterem todas as áreas de intervenção e valências que vão desde a infância, juventude, à família, à comunidade, aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência e necessidades especiais.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: É esta a grande preocupação do Governo no âmbito presente da sua política social, tendo em consideração a situação económica em que vivemos e as restrições a que os orçamentos da Segurança Social estão sujeitos por via da diminuição das verbas, como acabou de dizer a Sra. Secretária, específicas dos acordos de cooperação.

Gostaria de reafirmar, em nome de Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que o Governo cumpre rigorosamente o pagamento dos acordos de cooperação que tem celebrado com as instituições e vai continuar a cumprir os acordos que estão celebrados para bem – repito – da salvaguarda dos vencimentos dos funcionários e também para contribuir para que não haja despedimentos dos funcionários das IPSS e Misericórdias.

Obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A senhora realmente vai ter que mudar de narrativa se quiser continuar a ser e a ser designada como Secretária Regional da Solidariedade Social,...

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sr. Deputado, não seja desagradável!

O Orador: ... porque a senhora corre seriamente o risco, e o Governo Regional, de, por absoluta poupança de meios e de racionalização, ser extinta a Secretaria da Solidariedade Social, porque, efetivamente, se o que a senhora sabe fazer é, pura e simplesmente, estar sempre a atirar culpas para a República, estar sempre a dizer que diminuiu isto, diminuiu aquilo e que são as transferências da República, então não percebo o que é que a senhora, e a sua secretaria (não é, obviamente, pessoalizado), faz cá. Tem havido transferências, e certas, e eu relembro, por exemplo, por quem é que os trabalhadores das casas do povo são pagos diretamente!

E, portanto, se alguém tem feito, eu quero saber (o Sr. Deputado Paulo Estêvão já fez uma pergunta e não teve resposta) que medidas específicas – específicas –

do Governo dos Açores, descontados os dinheiros que vêm da República, de aumento, a senhora, a sua secretaria, tomou para diferenciar a nossa autonomia para sermos melhores do que a República nos Açores, porque eu ainda não percebi uma. Mas volto, outra vez, e insisto, e agora o Governo tem espaço de resposta neste projeto, para responder. E o problema não se resume só no Bloco de Esquerda, nessa resolução do Bloco de Esquerda, resume-se a mais. Aos atrasos a pagamentos que têm às instituições, de protocolos e acordos que têm, que fizeram, de diárias que têm para pagar às instituições.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a Casa de Saúde?

O Orador: Muitos!

Quanto é que deve, às IPSS, o Governo dos Açores, dos vários protocolos que aqui são referidos? Regularização das transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias. É preciso saber isso! Não é só essa questão! E há quanto tempo o Governo Regional se comprometeu a resolver a situação desses trabalhadores? A senhora agora vem dizer que não tem nada a ver para o assunto! Mas isso foi um compromisso de anteriores, de velhos governos regionais...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiados pela Sra. Secretária!

O Orador: ... e que toda a gente se lembra. Quer dizer, já acabou? Já se acabou? Já desistiram? Mudaram de política?

E, portanto, a senhora vai ter que explicar que medidas específicas a sua secretaria tomou no âmbito da solidariedade social que nos possa ter diferenciado para melhor, como aqui já foi dito, que foram tomadas em alguns aspetos, medidas, em alguns setores da governação, que nos diferenciaram para melhor. Explique-nos aqui que medidas nos diferenciaram para melhor da solidariedade nacional, porque o que a senhora faz é, digamos, ser “pobre e mal agradecida”!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Agradecida de quê?

O Orador: É pobre e mal agradecida,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Agradecida de quê?

O Orador: ... como diz o povo!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Agradecida de quê?

O Orador: Pobre e mal agradecida,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Agradecida de quê?

O Orador: ... porque o que se vem queixar é que lhe diminuíram 2,5 milhões de euros, mas diga-me quanto é que aumentou o orçamento regional da Segurança Social e diga-me os pagamentos em atraso que tem às instituições sobre diversas matérias. É isso que é preciso explicar e para isso era preciso aumentar o Orçamento Regional para fazer especificidades regionais! E vou-lhe dar um exemplo de boa gestão de dinheiros públicos, que, aliás, foi a senhora que referiu há bem pouco tempo na comunicação social.

Quer dizer, nós construímos um lar para setenta, mas só temos quarenta e nove, mas temos que manter essa despesa. Isso é boa gestão? Porque planearam mal! Porque não souberam planejar e agora vão estar a gastar dinheiro onde não é preciso e depois não têm para onde ele faz falta!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a Casa de Saúde?

O Orador: É isso o que a senhora tem de explicar aqui! Não é só refugiar-se aqui na República! Não passa mais aqui as desculpas da República!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quer que lhe diga o que é que o Sr. Secretário-geral do PSD disse a seu respeito?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Pague o que deve!

O Orador: A senhora tem de explicar que medidas específicas ...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quer que lhe diga o que é que o Sr. Secretário-geral do PSD disse a seu respeito? É melhor não!

O Orador: ... tomou o IAS, tomou a sua secretaria, tomou a direção regional para fazer face à crise para resolver este problema dos trabalhadores, para resolver essa situação que, que...

Em primeiro lugar, os pagamentos em atraso que os senhores têm às IPSS. São vários!

Os acordos de cooperação estão todos em dia com as IPSS? A senhora garante aqui, neste Parlamento, que todos os acordos de cooperação, nas diversas áreas,

que tem com as IPSS estão em dia e não há pagamentos em atraso? É uma garantia sua?

Pronto! Fica aqui a garantia dada.

Agora, não é essa a informação que eu tenho. Não é essa a informação que eu tenho e presumo que é o que a senhora está aqui a dizer. Lamento que não seja essa a opinião de muitas IPSS, que veem dinheiro em atraso. Por exemplo, já se falou na Casa de Saúde, nas casas de saúde, já estão resolvidas? Nos lares, estão resolvidos? Nos lares de terceira idade, estão resolvidos? Não estão, não senhora!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tenho aqui as declarações!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Também temos muitas suas! Temos uma compilação!

O Orador: Sr. Vice-presidente, inscreva-se!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não estou a falar consigo!

O Orador: Não está a falar comigo, mas uma coisa é um aparte e uma coisa é o senhor estar sempre aí a falar, que incomoda...

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor é que é presidente agora?

O Orador: ... o diálogo que estou a ter com a Sra. Secretária. É só por isso. Não estou a chamá-lo à atenção, estou a pedir-lhe um pouco da sua compreensão.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem razão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai voltar a falar?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Deputado Aníbal Pires (PCP): Temos de começar a controlar o tempo do Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Eu só fiz uma pergunta ainda, Sr. Deputado.

A questão aqui, Sra. Secretária,...

Vamos ver se nos entendemos.

Então, todas as diuturnidades e progressões que estão em atraso não resultam do incumprimento dos acordos de cooperação estabelecidos. É isto? Assegura esta informação? Certíssimo. Era essa a questão que lhe queria colocar de forma muito específica.

Quero...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esta saiu mal! (*Risos*)

O Orador: Não, não! Oh, Sr. Deputado, a única coisa que eu queria... Tenho a informação do Bloco de Esquerda, projeto do Bloco de Esquerda, que afirma o contrário. Sabe que isto é uma urgência, não sabe? E, portanto, Sr. Deputado, eu, obviamente, não tive a faculdade de verificar e não posso dizer o contrário.

Portanto, isto foi-me apresentado,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A urgência já passou!

O Orador: ... é um projeto que eu estou a discutir, neste momento, e não tenho dados que possam contrariar o Governo.

Portanto, eu fiz a questão e eu penso que a questão tem toda a lógica, a partir do momento em que a afirmação do Projeto de Resolução é exatamente a contrária,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quer que eu o continue a ajudar?

O Orador: ... que diz que grande parte dos 4000 trabalhadores têm atraso.

Portanto, eu pergunto e informo-me, Sr. Deputado,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, deixe de ser mau!

O Orador: ... porque, evidentemente,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quer que eu o continue a ajudar?

O Orador: ... o sentido da minha votação irá obedecer àquilo que são um conjunto de dados que obtiver. Eu não decido à partida, sem ler os documentos. Aliás, em relação a estas questões, só decido depois da leitura dos relatórios e só decido também depois da discussão em Plenário.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Certamente, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Eu não venho aqui formatado para votar a favor ou contra, Sr. Deputado.

Para mim o Plenário, para mim a discussão no Plenário é absolutamente decisiva, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou a ajudá-lo!

O Orador: Agora, o que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é o seguinte.

Eu considero que é grave e quero aqui, já agora, no âmbito deste tema, referenciar duas coisas.

A primeira é: os compromissos que o Governo vem a assumir no âmbito das Misericórdias e das IPSS, porque eu considero que, neste momento, e isso eu posso testemunhar, entram uma série de pessoas, com concursos mais do que discutíveis, com regras de concurso mais do que discutíveis e depois esses trabalhadores que entraram nessas instituições são pagos com o dinheiro do contribuinte, e eu considero que nós, o Governo dos Açores e também esta Assembleia, temos que legislar neste sentido, porque não são verdadeiramente as Misericórdias e as IPSS que pagam esses salários. Em parte, é o contribuinte açoriano que está a pagar esses salários e as regras de entrada das pessoas nestas instituições, na minha perspetiva, não são claras.

E mais do que isso, há também um terceiro fator que é, no caso das Santas Casas da Misericórdia, inclusivamente era jurisdição, nomeadamente em relação à eleição dos órgãos, como se sabe, por via da concordata, da Santa Igreja e, portanto, o que nós temos é também, por parte do Governo Regional e por parte das entidades civis, uma total falta de controlo desta situação, que é uma situação grave. Nós temos que afinar a legislação nesta matéria, porque se os senhores acha que os tribunais em Portugal demoram muito e às vezes são tortuosos, então, o que vos aconselho é uma experiência, em relação aos tribunais do Vaticano e da Santa Igreja, porque os senhores, então, é que vão ver o que é bom e o que é que uma autêntica – eu não posso utilizar a expressão –,o que é realmente,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Utilize!

Deputado Berto Messias (PS): Não se iniba!

O Orador: Não posso, não posso!

Deputado Berto Messias (PS): É uma democracia! Diga!

O Orador: ... o que é, de facto, um sistema tortuoso e altamente subjetivo e com zonas de influência absolutamente incompreensíveis.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): “Felizes os pacientes...”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): “São insondáveis os caminhos dos céus!”

O Orador: Incompreensíveis!

Portanto, eu deixo aqui esta intervenção, neste sentido. Somos nós, os contribuintes açorianos, que acabamos por pagar quem estas entidades contratam, grande parte, porque muitas delas, o orçamento destas entidades, 80 ou 90%, é um apoio do Governo Regional e, portanto, é o contribuinte que está a pagar e depois a contratação é tudo menos clara. E nós temos que avançar, do ponto de vista legislativo, nesta matéria. Penso que é uma exigência em relação à objetividade e em relação à aplicação dos dinheiros públicos, meus senhores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A independência das IPSS, nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, depreendo das suas palavras que o drama social que todos os dias vivemos e ouvimos e lemos aqui nos Açores não é culpa do Governo Regional.

É muito mais fácil chutar para o lado.

Para o Governo Regional e para si, concretamente na área social, não há dívidas, não há fome, não há pobreza,...

Deputados Berto Messias e José San-Bento (PS): Ninguém disse isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é para si, Sra. Deputada!

A Oradora: ... diria, até, que vivemos num paraíso.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Pergunto, de uma forma muito direta e objetiva, afinal, qual é o verdadeiro papel do Governo Regional, durante estes seis meses de governação, no apoio social a todas as instituições que prestam diariamente serviço junto dos mais carenciados?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Eu gostava de começar por responder ao Sr. Deputado Paulo Estêvão (de alguma forma já respondi, em parte).

Realmente, o que está aqui em causa são diuturnidades e promoções que são direitos adquiridos pelos trabalhadores em sede de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho com as suas entidades empregadoras, que são a União das IPSS – que representam as IPSS – e a União das Misericórdias – que representam as Misericórdias. E, portanto, estes direitos são direitos que, neste momento, a Administração Regional não possui, estão congelados para a Administração Regional,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

A Oradora: ... mas que (neste momento, estão congelados para a Administração Regional) os trabalhadores das IPSS continuam a beneficiar deles, porque a Convenção Coletiva de Trabalho, que rege estas instituições, está ativa.

E, portanto, como eu disse na primeira intervenção, o Governo Regional não interfere, não tem um papel direto na negociação que se passa ao nível desta Convenção Coletiva de Trabalho, ou seja, não negocia estes direitos que os trabalhadores possuem ao nível das IPSS.

E, portanto, isto é algo que vem ao encontro de um aspeto interessante que se ouviu durante os últimos dois anos, em que se falava muito de equiparação dos técnicos das IPSS à administração regional.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: E, em bom rigor, se nós queremos equiparar os técnicos das IPSS à Administração Regional, então, deveríamos também ter congelado esses benefícios,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porquê?

A Oradora: ... deveríamos ter congelado o subsídio de Natal e o subsídio de férias que a Administração Regional foi penalizada a esse nível e que os trabalhadores das IPSS continuaram a receber, porque fazem parte da sua Convenção Coletiva de Trabalho.

E, portanto, são benefícios acordados nessa sede de negociação.

Repito, o Governo Regional não está presente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está através dos cortes!

A Oradora: ... nessa sede de negociação e o Governo Regional, o compromisso que tem com as IPSS é o que está assinado, protocolado (sim, a palavra aí é certa), acordado em acordo de cooperação ou protocolo de cooperação. E é isso que nós...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E não diz lá que tem que pagar?

A Oradora: ... temos cumprido e é isso que nós temos o dever, à partida, de cumprir.

Esta é a resposta à sua questão.

Em relação ao Sr. Deputado Artur Lima, eu acho interessante.

De manhã, a sua fonte estatística para falar dos casos problemáticos da nossa terra eram os jornais,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

A Oradora: ... agora a sua fonte estatística para falar das IPSS é uma reportagem de televisão!

Eu chamo-lhe a atenção, e até por acaso aproveitado que tenho a oportunidade de lhe responder, que todos os casos que vêm à comunicação social são casos acompanhados pela Ação Social e quando essa notícia aparece é redobrado esse acompanhamento, é revisto esse acompanhamento, é analisado em que medida é que falhou alguma coisa nesse acompanhamento.

E, portanto, a realidade dos problemas sociais, a não ser que eles não tenham sido identificados por alguma razão, está a ser acompanhada pelos técnicos do Serviço de Ação Social e que eu gostava aqui de fazer uma veemente homenagem a estas pessoas que estão no terreno e que todos os dias lidam com o dramatismo, quer seja na ação social, na habitação, no emprego, porque não é por acaso que as pessoas que perdem o rendimento através...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda está a falar dos privilegiados!

A Oradora: ... da perda do trabalho, ou que têm os seus rendimentos do RSI cortados, vão ter com os técnicos para tentar pedir ajuda e, inclusive, as pessoas que estão em situação de sobre-endividamento que recorrem...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os técnicos não vão a casa deles!

A Oradora: ... aos serviços de Ação Social a pedir ajuda para reequacionarem as suas dívidas, para verem como hão de lidar com essa situação, para, inclusive, negociarem com os bancos a consolidação das suas dívidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para comprar carros desportivos!

A Oradora: Ou seja, os serviços de Ação Social estão a acompanhar, neste momento, muitas situações difíceis por que passam as famílias açorinas e, portanto, devem merecer o nosso respeito pelo trabalho que estão a desenvolver.

E, portanto, isto para dizer que nós conhecemos a realidade, nós acompanhamos a realidade, dentro dos recursos existentes, vamos respondendo a essa realidade. Agora, é um facto que não é possível substituir-se à perda de rendimentos que estas famílias têm, ou por via da perda de trabalho, do emprego, ou por via da perda da prestação social que lhes foi cortada. Na medida em que a região tem capacidade financeira, e quando eu lhe disse há pouco, o senhor disse, “o que é que a região vai fazer para garantir os acordos de cooperação?”, o que a região vai fazer é tão simplesmente passar de 50,5 milhões de euros, que é aquilo que o orçamento da Segurança Social nos alocou para 2013, para 52.6, que é aquilo que a região precisa para manter os acordos de...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E diminuiu em relação ao ano passado?!

A Oradora: Não, o ano passado, em 2010, tivemos 50 milhões, em 2011, tivemos 52.6, em 2012, tivemos 52.6 e em 2013 foram-nos retirados 2.6, sem que a rede de equipamentos tivesse encolhido.

E, portanto, o que a região vai manter é essa rede de equipamentos, são os postos de trabalho que estão associados...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh! Da sua responsabilidade!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, a rede de equipamentos não é da nossa responsabilidade,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

A Oradora: ... é uma parceria com as IPSS que nós muito estimamos e que dá resposta às crianças, aos jovens, aos idosos, às vítimas de violência doméstica, aos sem abrigo, às famílias destruídas, ou seja, há um conjunto de respostas que, essas sim, são uma ação social de proximidade em todas as ilhas e que o Governo, em parceria com as IPSS, tem o dever de garantir, de protocolar em acordos de cooperação. Isto para vos responder diretamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estão fechadas!

A Oradora: Sra. Deputada Aida Amaral, quando a senhora diz que o Governo acha que não há dívida, não há fome, não há pobreza, sinceramente, a senhora não entendeu o que estava aqui em causa. O Bloco de Esquerda está a colocar aqui uma dívida em relação a direitos, como eu disse, que não estão inscritos nos acordos de cooperação, que são direitos negociados e não estão aqui em causa, a senhora não está ouvindo falar das IPSS a reivindicar postos de trabalho em causa, estão reivindicando direitos que vamos-lhes chamar acessórios, porque são aqueles que são negociados em Convenção Coletiva de Trabalho, mas que não estão em causa os salários desses trabalhadores.

Portanto, nós não estamos aqui a fechar os olhos aos direitos dos trabalhadores,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os privilegiados!

A Oradora: ... mas sim a colocar “o seu a seu dono”, ou seja, quem tem responsabilidade na defesa e no assumir destas diuturnidades e promoções são as entidades que as negociam à mesa da Convenção Coletiva de Trabalho.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Secretária, as minhas fontes são também os jornais e o que é curioso é que a senhora nunca desmentiu nenhum daqueles jornais. Aliás, furtou-se a prestar esclarecimento a alguns dos jornais que lhe pediram explicações,...

Deputado Berto Messias (PS): Como é que o senhor sabe?

Deputado Domingos Cunha (PS): Como é que sabe isso, Sr. Deputado?

O Orador: Vem referido nos referidos jornais.

... mas as fontes são estudos do EUROSTAT, do INE, de sociólogos que a senhora conhece melhor do que eu e que tenta escondê-los. A senhora conhece o conteúdo deles tão bem ou melhor do que eu.

Portanto, as minhas fontes são as suas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É muita formação académica!

O Orador: Agora, eu não tenho problema em revelar o que dizem aqueles estudos, o que dizem aqueles indicadores e não fui eu que os produzi, foi a União Europeia, foi o Instituto Regional de Estatística, foram estudos feitos no âmbito da coesão e foram estudos de sociólogos. A senhora conhece-os todos e essas são as minhas fontes.

Agora, Sra. Secretária, quando se planeia o aumento da rede tem que se planear o aumento dos recursos humanos,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque quando se planeia o aumento da rede e de infraestruturas de creches e etc. e etc., a senhora tem que planear o aumento de recursos humanos, e é isso que os senhores agora não têm dinheiro para fazer, mas o planeamento do aumento da rede é da vossa inteira responsabilidade. E algumas, que já são feitas, estão inauguradas e estão fechadas, porque não têm recursos humanos para dar a essas IPSS para fazerem o seu trabalho. Algumas estão, pura e simplesmente, encerradas, outras estão sobredimensionadas e outras foram feitas por puro eleitoralismo, nada mais. É só olhar para o mapa e

perceber onde é que elas estão, e perceber por que é que estão encerradas. É que agora a sua preocupação é manter os postos de trabalho dessas instituições, e bem, mas ao aumentar a rede e a criar novas infraestruturas tinha a obrigação de as dispor de recursos humanos qualificados para essas infraestruturas funcionarem bem e isso não foi feito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de recentrar um pouco o nosso debate que apesar de ter transbordado para outras áreas de natureza social diretamente relacionadas com o nosso Projeto de Resolução, a verdade é que nós estamos a falar de uma preocupação trazida a esta Casa, que é o facto de existirem trabalhadores/as das IPSS e das Misericórdias nesta região que não veem os seus direitos, não é protocolizados, é que estão na lei, estão inscritos na lei, a progressão na carreira e as diuturnidades. Isto não depende dos protocolos, depende do cumprimento da Lei do Trabalho no nosso país.

Mas a propósito deste Projeto de Resolução, eu gostava de lembrar que, em fevereiro do ano passado, o Bloco de Esquerda trouxe a este Câmara, aliás, com um pedido de urgência aprovado pela maioria e depois a sua resolução chumbada (mas isso é o normal da vida, já nem sequer é uma novidade), mas nesse Projeto de Resolução dizia o seguinte. O Bloco de Esquerda propunha e recomendava ao Governo Regional que fiscalizasse a aplicação da retribuição mínima mensal garantida nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e nas Misericórdias nesta região.

O Partido Socialista afirmou, nesta Câmara, que não podia aprovar esta recomendação – e a nossa recomendação era fiscalizem, nem era paguem, era fiscalizem. O Partido Socialista disse que não podia aprovar, porque não havia, na nossa região, nem IPSS, nem Misericórdias cujos trabalhadores recebessem menos do que o salário mínimo regional. Porquê? Porque o Governo Regional cumpria a lei. Muito bem!

Qual não é, então, o meu espanto, Sras. e Srs. Deputados, quando, no dia 25 de fevereiro deste ano, ou seja, exatamente um ano depois do Projeto de Resolução apresentado nesta Casa a dizer ao Governo Regional, “por favor, fiscalizem”, um ano depois, a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social garantiu à comunicação social que a entrevistou que o IDSA está a cumprir com os acordos de cooperação (sim, senhor), mas que tem uma preocupação, que é o executivo desbloquear, esta semana (esta semana era a semana de 26 de fevereiro), verba para apoiar as instituições que não têm fonte de rendimento próprio, para quê, Sra. Secretária Regional? Para assegurar o pagamento do salário mínimo regional, já que foram identificados casos de funcionários que não estavam a receber.

Aquilo que é extraordinário, Sras. e Srs. Deputados, é que este Governo Regional do Partido Socialista diga, há um ano, que cumpre a lei e que cumpre os protocolos e que não há trabalhadores nesta região, pelo menos dependentes de si e dos seus protocolos, a receber menos do que o salário mínimo regional e que, um ano depois, não seja o Bloco de Esquerda, mas seja uma responsável da governação que tutela esta área a vir admitir que, sim senhor, é uma preocupação do Governo Regional e que o Governo Regional até vai aumentar o financiamento a algumas instituições, por forma a que elas cumpram o quê? A lei! Não são os protocolos, é que cumpram a lei.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, o Projeto de Resolução apresentado hoje pelo Bolco de Esquerda vai ter exatamente o mesmo caminho e eu sou capaz de adivinhar que daqui a um ano a Sra. Secretária Regional ou outro governante qualquer há de reconhecer que grande parte das IPSS e das Misericórdias nesta região não estão a cumprir as suas obrigações para com os seus trabalhadores, não ao nível dos protocolos, ao nível daquilo que está inscrito na lei, que são as diuturnidade e a progressão na carreira, e que não o fazem, Sra. Secretária Regional, porque o Governo Regional não lhes disponibiliza as verbas necessárias para cumprirem a lei dentro das instituições que dirigem.

Portanto, isto não é uma questão um pouco à maneira...

Ainda agora até fiquei preocupada, porque, *mutatis mutandis*, a Sra. Secretária Regional fez-me lembrar Vítor Gaspar com a Lei dos Compromissos quando disse que o Governo Regional não era interveniente direto em coisa nenhuma e que havia, até, uma “alineazinha” lá nos acordos que dizia que não é possível contratar ninguém se não tiver dinheiro para se lhes pagar. Parecia mesmo o Vítor Gaspar a falar do que chamamos nós a Lei dos Compromissos. Mas o que é certo, Sra. Secretária Regional, é que esta região, que está a sofrer como qualquer outra região do país a situação de tragédia social que todos reconhecemos (até a Sra. Secretária Regional em várias das suas intervenções), precisa das IPSS e das Misericórdias como de pão para a boca, precisa dos seus recursos que são insuficientes, precisa das suas responsabilidades aumentadas, precisa do seu empenho, do seu trabalho, da sua dedicação. E, Sra. Secretária Regional, o Governo Regional e o Partido Socialista que o suporta...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): São suficientes. Por isso é que há dirigentes nas IPSS a ganhar 5000 euros por mês!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quanto?

A Oradora: Deixe-me acabar, Sr. Vice-presidente. Pode-se inscrever! O Sr. Vice-presidente pode-se inscrever, pode vir falar.

Isso não é para o Bloco de Esquerda. Nós não temos ninguém a receber senhas de presença de 400 e tal euros. Portanto, quando o Sr. Vice-presidente quiser mandar recados, mande-os para o sítio certo. Se quiser falar com o Bloco de Esquerda, é muito bem-vindo ao debate.

Permite-me que continue? Permite-me que continue?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A senhora é que enfiou o barrete!

A Oradora: Muito obrigada!

Estava eu, então, a dizer que quando se pede, nesta Casa, quando o Governo Regional e o partido que o suporta, o Partido Socialista,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é socialista, é PS!

A Oradora: ... vêm aqui a esta Câmara defender, apoiar e propor medidas para os nossos empresários, o Bloco de Esquerda não pode admitir que o mesmo

Governo Regional apoiado pelo mesmo Partido Socialista rejeite, nesta Câmara, as propostas que pretendem apoiar, defender os nossos trabalhadores, porque as IPSS e as Misericórdias vivem dos trabalhadores, que fazem a mesma coisa que os funcionários públicos, por exemplo, e que recebem, em algumas fases da sua carreira, bem menos do que aquilo que recebem os funcionários públicos. E não se queixam, e não deixam de fazer um bom trabalho - um bom trabalho-, responsável e dedicado por causa disso.

O Governo Regional diz que não tem nada a ver com isto. Tem tudo, Sra. Secretária Regional, porque quando a senhora protocoliza com uma IPSS ou com uma Misericórdia uma determinada função, uma determinada responsabilidade tem, necessariamente, que lhe identificar e disponibilizar recursos humanos para o cumprimento decente daquela função. Estes recursos humanos têm inscritos na lei que têm direito a diuturnidades e a progressões na carreira. E não é decente que um Governo Regional apoiado por um Partido Socialista permita que, desde janeiro de 2012, mais ou menos na altura em que não havia nenhuma IPSS ou Misericórdia que não cumprisse o salário mínimo regional, que estes trabalhadores estejam há um ano, há mais de um ano, desde janeiro de 2012, para verem o Governo Regional cumprir a lei e obrigar as instituições que o Governo Regional financia a cumprir a lei para com os seus trabalhadores.

Mais uma vez, é a segunda vez que, durante estes dias, o Bloco de Esquerda tira esta conclusão: dois pesos e duas medidas. Quando se trata dos empregadores, não há medidas de apoio que nós todos não tenhamos aqui aprovado e venham mais, se forem, de facto, aquelas que são necessárias. Quando se trata de pôr o dedo na ferida e dizer “os nossos trabalhadores não estão a ser bem tratados”, os senhores negam, negam durante um ano e depois vêm reconhecer timidamente que afinal o Bloco de Esquerda tinha razão, sem o dizer, e vão fazê-lo novamente daqui a um ano.

E, Sras. e Srs. Deputados, para um Governo Regional apoiado por um Partido Socialista, é tão “poucochinho”, tão “poucochinho”,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é socialista, é PS!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto foi sem piedade nenhuma!

A Oradora: ... que o Vítor Gaspar havia de gostar de ouvir e de ver aquilo que se passa.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi sem piedade nenhuma!

Deputado Berto Messias (PS): A senhora está a tornar-se mestre na área da demagogia!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(* **Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos, outra vez, centrar a questão no que é essencial.

As diuturnidades e as promoções que a senhora reivindica no seu documento, volto a dizer, não fazem parte dos acordos de cooperação, fazem parte da negociação que as IPSS têm à mesa da Convenção Coletiva de Trabalho. O que a senhora identificou o ano passado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Deputada!

A Oradora: Não deixe de ser uma senhora!

O que a Sra. Deputada identificou o ano passado foi a questão do salário mínimo e foi entendido, até porque não faz parte da Convenção Coletiva de Trabalho nesse sentido, ou seja, não é uma regalia extra, não é um suplemente salarial, é algo de base que está em causa, e, portanto, dentro dessa medida, o Governo, de forma eventual, apoiou as instituições que, sem recursos próprios, não tinham regularizado esta...

Deputada Zuraida Soares (BE): E fez bem, Sra. Secretária!

A Oradora: E fez bem e faria de novo! Agora, são coisas completamente diferentes. Nós não estamos aqui a substituir-nos no sentido do que é negociado na Convenção Coletiva de Trabalho. É bom que a senhora perceba.

O Governo não é que tem a relação laboral, não foi o Governo que estava em falta com a lei. Quem estava em falta com a lei, nesse sentido, são as IPSS.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não tem a aprovação da tutela?

A Oradora: Não tem aprovação da tutela, coisíssima nenhuma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então, por que é que anunciou?

A Oradora: Aquilo que a senhora diz no vosso Projeto de Resolução está errado! Não existe qualquer aprovação da tutela da Convenção Coletiva de Trabalho. E a referência que a senhora faz, já agora, explique se é isso que vai colocar como pergunta a uma reunião que terá havido. A senhora, aliás, enganase na direção regional, não existe...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olá! Enganou-se em tudo!

A Oradora: ... a Direção Regional do Trabalho e da Solidariedade, que faz aqui uma referência, essa direção regional não existe. Portanto, o que houve realmente, faz aqui uma referência que houve uma reunião na Direção Regional do Trabalho (se não me engano) e Solidariedade Social. Essa direção regional não existe o que houve realmente foi uma reunião de trabalho, em dezembro de 2011, a pedido da União das Misericórdias e das IPSS, e a Direção Regional do Emprego convocou os vários sindicatos para estarem presentes, foi mediadora, digamos assim, dessa solicitação da União das IPSS e da União das Misericórdias e pediu a presença da presidente do Conselho Diretivo do IDSA. E o que foi solicitado à presença, neste caso, da Segurança Social, foi que contribuísse para uma revisão do conteúdo funcional das carreiras das IPSS, que coloca alguns problemas em algumas carreiras, porque, exatamente, não têm referencial até na Administração Regional e os próprios trabalhadores reivindicam uma revisão do conteúdo funcional.

E foi nesse sentido que a Segurança Social esteve presente. Portanto, não foi para acordar regalias do ponto de vista financeiro, nem regalias salariais e, portanto, essa reunião foi uma reunião de um grupo de trabalho e não teve a leitura que a senhora quis colocar aqui no Projeto de Resolução.

Portanto, volto outra vez à mesma questão. A negociação é feita com os trabalhadores e as entidades empregadoras, a relação laboral, e se alguém está a falhar na relação laboral, são as entidades empregadoras. O Governo Regional não tem uma relação laboral direta com os trabalhadores das IPSS.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O meu pedido de intervenção tem a ver com uma afirmação da Sra. Deputada Zuraida Soares, que é bom que nós esclareçamos aqui, clara e objetivamente.

Os trabalhadores das IPSS e Misericórdias não são e não dependem diretamente do Governo.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Os trabalhadores das IPSS e das Misericórdias são dos quadros das IPSS e das Misericórdias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Metidos lá pelos senhores, com cunhas!

O Orador: Portanto, não dependem diretamente do Governo.

Portanto, é preciso que isto fique claro e totalmente esclarecido, sobre esta situação.

A Sra. Secretária já disse e já explicou bem como é que este processo se processa e evidentemente que, na sequência de afirmações e da intervenção que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez relativamente às Misericórdias, as Misericórdias são instituições que dependem do direito canónico e da Concordata e, portanto, tudo o que se possa ali passar é da estrita responsabilidade da Igreja, que tem a ver com toda a gestão e administração daquelas entidades.

O problema da existência ou não de situações que possam raiar, eventualmente, as ilegalidades no âmbito do concurso ou da admissão de pessoal, cai dentro daquilo que é a lei geral, isto é, há as entidades a quem se pode recorrer para verificar ou não da legalidade ou não desses processos e, a partir daí, resolver a situação.

Mas eu queria deixar aqui bem claro, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E lá vão vocês meter cunhas!

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quer um nome?

O Orador: ... para que não restem dúvidas, que todos os funcionários das IPSS e Misericórdias não são funcionários do Governo, são funcionários das instituições.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, diuturnidades e progressão na carreira não são regalias. Não são regalias! São direitos que estão inscritos na lei, tal como o salário mínimo regional, e aquilo que me surpreende é que o Governo Regional não tenha nada a ver com os trabalhadores das IPSS, mas esteja preocupado porque, afinal, alguns não recebem o salário mínimo regional e vá aumentar a dotação orçamental e financeira das instituições – as IPSS e as Misericórdias – para que elas possam cumprir com a lei, mas que no caso das diuturnidades e a progressão na carreira de recursos humanos, que, sabemos bem, não são diretamente pagos pelo Governo, mas são aqueles que estão implícitos nos protocolos estabelecidos com cada uma destas instituições.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Não, não estão!

A Oradora: Estão!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Não estão! Eu mostro-lhe o texto!

A Oradora: Sra. Secretária, não me diga...

Deputado Domingos Cunha (PS): Não estão, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que a Sra. Secretária faz um protocolo com uma instituição atribuindo-lhe uma determinada função (vamos imaginar, trabalhar com as mulheres vítimas de violência) e não se preocupa quais são os recursos humanos que vão fazer esse trabalho?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora!

A Oradora: A senhora paga no escuro?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora!

A Oradora: Dá o dinheiro e não se preocupa se têm competências, se têm capacidades, qual a sua formação? É que o Governo, sendo o Governo Regional, é de nós todos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual a sua filiação partidária?

A Oradora: É bom que a Sra. Secretária se preocupe com este tipo de características. Não é dar o dinheiro e depois ir embora, porque, Sra. Secretária Regional, deixe-me dizer-lhe uma coisa, essa, de facto, tem sido a prática do Governo Regional, é dar o dinheiro e depois ir embora. Mas quando a casa começa a arder, e ela às vezes começa a arder mais cedo do que tarde, finalmente cai o “Carmo e a Trindade” e vai tudo fiscalizar. Portanto, vamos voltar ao princípio, Sra. Secretária.

Os trabalhadores não dependem do Governo Regional. Não precisamos de um desenho, sabemos-lo bem, mas os trabalhadores são pagos pelas dotações financeiras que o Governo Regional atribui às IPSS e às Misericórdias nos protocolos que estabelece com elas, ou seja, indiretamente, é o Governo que lhes paga e se lhes paga é porque lhes reconhece competência para estarem a trabalhar naquelas instituições e a receber o dinheiro que é de todos nós.

Finalmente, se chegamos aqui, porque é que o Governo Regional não reconhece que há trabalhadores das IPSS e das Misericórdias que não estão a receber as diuturnidades e as progressões na carreira como têm direito e não faz para estes casos o mesmo que agora fez para as instituições que não cumprem a lei, isto é, que não pagam o salário mínimo regional.

Com um ano de atraso, Sra. Secretária Regional! É lamentável que o Governo Regional, com um ano de atraso, tenha reconhecido que o Bloco de Esquerda tinha razão. E volto a dizer, tenho a certeza absoluta que daqui a um ano voltaremos a esta conversa e a Sra. Secretária Regional vai, outra vez, reconhecer, indiretamente, que o Bloco de Esquerda tinha razão.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sra. Presidente.

Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É para concordar com a intervenção do Sr. Deputado Domingos Cunha.

Eu concordo, é esse o enquadramento.

O que eu referenciei é que talvez fosse boa ideia, por parte da região, introduzir maiores critérios de rigor no âmbito dos protocolos e acordos que se vierem a estabelecer com as Santas Casas no sentido de exigir maior rigor no âmbito da contratualização do pessoal, porque a verdade é que depois estas instituições estão dependentes, do ponto de vista orçamental, e acabam por ser os contribuintes açorianos a pagar uma parte substancial desse orçamento e,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Pagam tudo!

O Orador: ... por outro lado, as entidades que, por sua vez, caem em situações económicas difíceis que depois, mais tarde ou mais cedo, somos nós que acabamos por pagar.

Portanto, o que sugeri aqui foram regras mais rígidas no âmbito da contratualização do pessoal, porque acabamos por ser nós, a região, que acaba por pagar quer as pessoas que são contratadas pelas Santas Casas da Misericórdia, nós, os funcionários, quer também as dívidas que resultam de uma gestão menos equilibrada.

E a questão é esta. Deixei esta sugestão ao Governo Regional nessa matéria.

Presidente: Sra. Deputada, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos por hoje.

Uma boa noite a todos. Regressamos amanhã, às 10 horas.

(Eram 19 horas e 42 minutos)

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

José António Vieira da Silva Contente

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Duarte Manuel Braga Moreira

Partido Social Democrata (PSD)

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

(*) Texto não revisto pelo/a orador/a.

Documento entrado

DECLARAÇÃO DE VOTO

Considerando que o presente projeto de resolução corresponde a uma preocupação justa;

Considerando que o PSD-A discorda da decisão do Governo da República tomada em Conselho de Ministros;

Considerando que a deliberação do Conselho de Ministros não corresponde às obrigações que se lhe exigem no âmbito da Lei das Finanças das Regiões Autónomas;

Considerando que o PSD-A entende que a deliberação do Conselho de Ministros se revela desadequada à realidade concreta do que sucedeu nos Açores, onde os prejuízos ocorreram maioritariamente em infraestruturas regionais e não em autárquicas;

Considerando que se aceita de boa-fé que o valor dos estragos, estimado pelo Governo Regional dos Açores em cerca de 35 milhões de euros, é verdadeiro;

O PSD-A votou favoravelmente o projeto de resolução em apreço, mas não se revê, nem subscreve, nem apoia, várias passagens da explanação de motivos, que recorrem a uma terminologia excessiva, que não dignifica o relacionamento institucional que deve haver entre órgãos de governo.

Horta, 18 de Abril de 2013

O Presidente do Grupo Parlamentar: Duarte Freitas

A redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*